MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SUL-RIO-GRANDENSE - CAMPUS PASSO FUNDO

Mestrado Profissional em Docência para Educação Profissional

e Tecnológica (ProfDocência-EPT)

Passo Fundo - RS

Setembro/2026

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL RIO-GRANDENSE

Carlos Jesus Anghinoni Correa
Reitor
Fabiola Mattos Pereira
Pró-Reitor de Ensino

Marcelo Bender Machado
Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

Luciana Neves Loponte
Coordenadora de Inovação Tecnológica

Joao Mario Lopes Brezolin
Coordenador do Curso de Mestrado em Docência para EPT

Lucas Vanini
Diretor-geral do Campus Passo Fundo

Alexsander Furtado Carneiro
Chefe do departamento de ensino, pesquisa e extensão

Passo Fundo - RS

Setembro/2026

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO

Cláudia Pereira de Lima Parente
Abigail Noadia Barbalho da Silva
Alcindo Mariano de Souza
Avelino Aldo de Lima Neto
Ana Cristina Pereira Lima
Márcio Adriano de Azevedo
Edneide da Conceição Bezerra
Elizama das Chagas Lemos
Emiliana Souza Soares
Flávio Rodrigo Freire Ferreira
Francisco das Chagas de Souza Júnior
Gerluzia de Azevedo Oliveira
Giovana Gomes Albino
Kadydja Karla Nascimento Chagas
Lenina Lopes Soares Silva
Marke Geisy da Silva Dantas
Maria José de Oliveira
Nadia Farias dos Santos
Nilton Xavier Bezerra
Neílson Ferreira de Lima
Patrícia Carla de Macêdo Chagas
Sandra Maria de Assis
Silvia Regina Pereira de Mendonça
Thalita Cunha Motta
Tito Matias Ferreira Júnior

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO DO PROFDOCÊNCIA-EPT

Simone Medeiros
Sandra Grutzmacher
Ana Lúcia Sarmento Henrique
Márcio Adriano de Azevedo
Deuzilene Marques Salazar
Laís Alves da Gama
Carolina Torres Oliveira
Cinthia Nepomuceno Xavier
Danielle Piontkovsky
Edson Maciel Peixoto
João Mário Lopez Brezolin
Veridiana Krolow Bosenbecker
Darle Silva Teixeira
Carmem Lúcia de Souza Ribeiro
Rodolfo Sena da Penha
Maria Alves de Melo
Pedro Ivo Jorge de Faria
Kézia Cláudia da Cruz

Vívian Barbosa de Brito Alves Barros
Sandro Jorge Tavares Ribeiro
Josiane Bez Fontana
Edmilson dos Santos

EQUIPE DE COLABORADORES DO PROFDOCÊNCIA-EPT

Abigail Noádia Barbalho da Silva (IFRN)
Cristian Andrey Momoli Salla (IFSul)
Dante Henrique Moura (IFRN)
Ilane Ferreira Cavalcante (IFRN)
Jacinta Lourdes Weber Bourscheid (IFSul)
João Kaio Cavalcante de Morais (SEEC/RN)
José Mateus do Nascimento (IFRN)
Kadydja Karla Nascimento Chagas (IFRN)
Lenina Lopes Soares Silva (IFRN)
Lisandro Lemos Machado (IFSul)
Luis Vieira Duarte (UEG)
Nadia Farias dos Santos (IFRN)
Neftali Társis Fernandes de Medeiros (IFRN)
Paula Ivani Medeiros dos Santos (IFRN)
Rodrigo Luiz Silva Pessoa (IFRN)
Thalita Cunha Motta (IFRN)
Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira (IFRN)

COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DE CURSO

Alexsander Furtado Carneiro
Carmen Vera Scorsatto
Jacinta Lourdes Weber Bourscheid
João Mário Lopes Brezolin
Jucelino Cortez
Lisandro Lemos Machado
Roseli Nunes Rico Gonçalves

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO....8

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO....10

2. OBJETIVOS....15

3. JUSTIFICATIVA....16

4. EXAME NACIONAL DE ACESSO....29

5. PERFIL DE INGRESSO E DO PROFISSIONAL A SER FORMADO NO PROFDOCÊNCIA-EPT....31

6. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E COMISSÕES....32

6.1 COMISSÃO NACIONAL....33
6.2 COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO....36
6.3 COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO....38
6.4 COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO....39
6.5 COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS....39
6.6 COMISSÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E APOIO PEDAGÓGICO....41
6.7 COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA....43
6.8 COMISSÃO DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO....44

7. COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIOS....47

7.1 INTERNACIONALIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS....47
7.1.1 Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)....48
7.1.2 Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB)....49
7.1.3 Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL)....52
7.1.4 Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito (IFES)....55
7.1.5 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)....58

8. COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE....59

8.1 NORMAS DE CREDENCIAMENTO, DESCREDENCIAMENTO E RECREDENCIAMENTO DE DOCENTES E DE INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS NO PROFDOCÊNCIA-EPT....71
8.1.1 Credenciamento, descredenciamento e recredenciamento de docentes....72
8.2 REDENCIAMENTO, DESCREDENCIAMENTO E RECREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS....75
8.2.1 Credenciamento de instituições associadas....75
8.2.2 Descredenciamento de instituição associada....76

9. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO....77

10. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR E AVALIAÇÃO DISCENTE....78

11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO....89

12. ATIVIDADES FORMATIVAS COMPLEMENTARES....91

13. DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS....92

14. INDICADORES....93

15. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM....93

16. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS....95

16.1 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM....95

17. DESLIGAMENTO DISCENTE....96

18. COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO NO PROFDOCÊNCIA-EPT 97

18.1 REPOSITÓRIOS DAS INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS....97
18.2 OBSERVATÓRIOS DAS INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS....101
18.3 EDITORAS DAS INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS....103
18.4 REVISTAS ELETRÔNICAS DAS INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS....105

19. INFRAESTRUTURA E CAPACIDADE INSTALADA DE PESQUISA NAS INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS....114

19.1 INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS (IFAM) – CAMPUS ITACOATIARA....115
19.2 INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB) – *CAMPUS* SAMAMBAIA....116
19.3 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE – CAMPUS PASSO FUNDO....117
19.4 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO (IFES) – CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM....119
19.5 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN): ASPECTOS GERAIS....120

20. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO....125

21. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO PROFDOCÊNCIA-EPT....126

22. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA....129

22.1 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E LABORATÓRIOS - *CAMPUS* NATAL ZONA LESTE....129
22.2 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DE SUPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS EDUCACIONAIS DO *CAMPUS* NATAL- ZONA LESTE....133
22.3 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E LABORATÓRIOS *CAMPUS* CAICÓ....141

22.4 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DE SUPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS EDUCACIONAIS DO *CAMPUS* CAICÓ 145
22.5 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E LABORATÓRIOS *CAMPUS* CANGUARETAMA 152
22.6 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DE SUPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS EDUCACIONAIS 157

23. BIBLIOTECA 165

23.1 BIBLIOTECA *CAMPUS* NATAL-ZONA LESTE 165
23.2 BIBLIOTECA *CAMPUS* CANGUARETAMA 168
23.3 BIBLIOTECA CAMPUS CAICÓ 170

24. DIPLOMA 173

CONSIDERAÇÕES FINAIS 174

REFERÊNCIAS 175

APÊNDICE I – EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS 180

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS 180
DISCIPLINAS OPTATIVAS 191

APÊNDICE II – BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR 225

APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se do Projeto Pedagógico do Curso - PPC do Mestrado Profissional em Docência para Educação Profissional e Tecnológica - ProfDocência-EPT, na modalidade presencial, da área multidisciplinar na tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes**,** aprovado pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 793, de 21 de novembro 2025, com base no parecer do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior - CTC-ES, da Capes, durante a 237ª Reunião, realizada nos dias 4 e 5 de junho de 2025. Trata-se, este documento, de uma adaptação da Avaliação de Propostas de Cursos Novos - APCN/Capes-2025.

O ProfDocênciaEPT tem como área de concentração: Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, posto que tem como finalidade a qualificação de docentes da Educação Básica para atuarem de forma crítica, ética e científica no campo da EPT, visando à formação humana integral e politécnica, articulada às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e das tecnologias, a verticalização do saber e do fazer docentes, bem como a ampliação e consolidação de conhecimentos solidamente estruturados por meio de pesquisa aplicada no desenvolvimento de investigações que resultem em propostas inovadoras de intervenção educacional e na produção de conhecimentos científicos e tecnológicos em docência para o fortalecimento da análise e da elaboração de produtos educacionais fundamentados na omnilateralidade e no trabalho como princípio educativo

A instituição proponente do curso é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, tendo como instituições associadas, o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM; o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB; o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES; e o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense - IFSul.

Este PPC do ProfDocênciaEPT se propõe a definir as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento do respectivo curso de Mestrado no IFSUL, de acordo com a APCN aprovada pela CAPES, bem como considerando como marco orientador os objetivos, os princípios pedagógicos, filosóficos e legais e a compreensão de educação explicitados no Projeto-Político-Pedagógico – PPP e demais normativos regulamentadores de cursos do IFSUL.

Estão presentes, como marco orientador desse PPC as decisões institucionais explicitadas no PPP/IFSUL, traduzidas nos objetivos, na função social e na compreensão da educação como prática social. Assim, em consonância com a função social do IFSUL, esse curso se compromete a promover formação continuada de profissionais comprometida com os valores fundantes da

sociedade democrática, tendo a educação como uma prática social transformadora, com o domínio dos conhecimentos científicos específicos, em diferentes contextos e a necessária articulação multidisciplinar da área na qual se encontra inserido o curso. Para isso, no IFSUL o ProfDocência-EPT será ofertado no Campus Passo Fundo.

A concepção de pós-graduação é definida como um campo no qual se processa a produção do conhecimento como propulsora do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como de socialização e divulgação de conhecimentos, fortalecido pelo protagonismo dos sujeitos envolvidos e pelo aprimoramento da cultura da pesquisa, do ensino e da extensão, e da inovação na dinâmica das atuações docente e discente. É um espaço fortalecido também pela responsabilidade social inerente ao processo de produção socioeconômica e de formação profissional do qual podem emergir inovações acadêmicas, profissionais e científicas para o desenvolvimento do país. Sob a égide desse entendimento, o avanço científico e tecnológico, a socialização do conhecimento e o compromisso de promover o diálogo plural entre os diversos tipos de saberes são elementos que permeiam e integram as ofertas educativas do IFSUL, incluindo a pós-graduação *lato e stricto sensu.*

Este PPC apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes da formação continuada na pós-graduação stricto sensu, em consonância com o PPP/ IFSUL e com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/IFSUL. Em todos os elementos estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino e de aprendizagem e de pesquisa destinado a todos os envolvidos nesta práxis pedagógica distribuídos nos seguintes itens constantes neste documento: identificação do curso; objetivos; justificativa; exame nacional de acesso; perfil de ingresso e do profissional a ser formado; estrutura administrativa e comissões; cooperação e intercâmbios; composição do corpo docente; corpo técnico-administrativo; integralização curricular e avaliação discente; desligamento discente; comunicação e difusão do conhecimento; infraestrutura e capacidade instalada de pesquisa nas instituições; trabalho de conclusão de curso; atividades complementares; indicadores de desempenho; critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem; critérios de aproveitamento de estudos e certificação de conhecimentos; critérios de avaliação do projeto pedagógico do curso; instalações, equipamentos e tecnologias; certificados; e por último referências e apêndices.

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

a) Nome do curso: Mestrado em Docência para Educação Profissional e Tecnológica (Pós-Graduação *Stricto Sensu*).

b) Área de conhecimento:

- **Área de Avaliação da CAPES**: 51 - Ciências e Humanidades para a Educação Básica.
- **Área de Concentração**: Docência na Educação Profissional e Tecnológica

c) Forma de oferta: Modalidade presencial em rede, sendo o IFRN a instituição proponente, tendo como instituições associadas, o IFAM, o IFB, o IFES e o IFSUL.

d) Delimitação da área:

No contexto da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica e de Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), este projeto tem como delimitação a formação continuada de professores das redes públicas de educação que atuam ou poderão atuar na educação profissional e tecnológica.

e) Justificativa:

O Prodocência-EPT tem como área de concentração: Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, posto que tem como finalidade a qualificação de docentes da Educação Básica para atuarem de forma crítica, ética e científica no campo da EPT, visando a formação humana integral e politécnica, articulada às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e das tecnologias, a verticalização do saber e do fazer docentes, bem como a ampliação e consolidação de conhecimentos solidamente estruturados por meio de pesquisa aplicada no desenvolvimento de investigações que resultem em propostas inovadoras de intervenção educacional e na produção de conhecimentos científicos e tecnológicos em docência para o fortalecimento da análise e da elaboração de produtos educacionais fundamentados na omnilateralidade e no trabalho como princípio educativo

f) Caracterização e fundamentos legais e teóricos do programa

O ProfDocência-EPT se insere na Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica -Setec do Ministério da Educação – MEC em consonância com o PROEB/CAPES, e assume as bases conceituais e princípios formativos expressos nas diretrizes gerais das instituições envolvidas, conforme já apresentados e aprovados na APCN-Capes/2025 do curso, quais sejam:

a) formação humana integral;

b) Trabalho como princípio educativo;

c) Prática social como produtora de conhecimento;

d) Indissociabilidade entre todas as dimensões do processo educativo (ensino, pesquisa e extensão);

e) O/a educando/a como produtor/a de conhecimentos.

Este PPC em linhas gerais corrobora as diretrizes, princípios e bases conceituais que fundamentam as ações de formação da Setec/MEC (Brasil, 2024), por considerar que o papel do Estado, no âmbito de suas políticas públicas de educação profissional (e tecnológica), não é formar mão de obra para o capital, mas contribuir para a formação de cidadãos e cidadãs que sejam técnicos/as, mas, ao mesmo tempo, também possam ser poetas/poetisas, filósofos/as, humanistas, dentre outras inúmeras e socialmente relevantes possibilidades, é fundamental que toda a educação profissional (e tecnológica) pública parta da perspectiva de formação humana integral, que permita ao educando desenvolver suas potencialidades.

Sendo assim, discutir formação humana integral é tentar superar a divisão dos seres humanos entre os que pensam e os que executam. Essa divisão estabelece uma hierarquia de conhecimentos correspondente à hierarquia das classes sociais. Trata-se também de cumprir o disposto no artigo 205 da Constituição Federal (Brasil, 1988): "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988, n.p.).

Assim, cabe à educação pública formar para a cidadania e, para isso, é fundamental que os sujeitos sejam capazes de compreender o processo produtivo e o seu papel nele, considerando as relações sociais que ocorrem em dado processo histórico, no qual o trabalho, na busca pela satisfação das necessidades materiais e subjetivas, possibilita construir novos conhecimentos.

A história da humanidade é a história da produção da existência humana, e a história do conhecimento é a história da apropriação social das potencialidades da natureza pela humanidade mesma, mediada pelo trabalho (Ramos, 2008). Essa construção epistemológica é mediada pela realidade concreta, compreendida como uma totalidade, ou seja, síntese dialética de múltiplas relações sociais que se estabelecem em diversas dimensões da vida em sociedade. A formação humana integral, omnilateral em sua historicidade, inclui o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia como eixos estruturantes, compreendendo-se o trabalho como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência, compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (Brasil, 2010a). Cumpre acrescentar que, a tecnologia é aqui compreendida como a intervenção humana, o trabalho humano aplicado ao processo produtivo desenvolvendo as forças produtivas.

O trabalho como princípio educativo tem sentido ontológico enquanto constitutivo do ser humano e realização humana, e sentido histórico como prática econômica associada ao modo de

produção. Quando a pesquisa é aplicada ao processo produtivo, desenvolvendo as forças produtivas, ela se transforma em tecnologia. Por isso, a concepção de educação profissional (e tecnológica) - EPT que fundamenta este projeto de formação docente defende que a EPT esteja integrada à educação propedêutica, encarando o trabalho como princípio educativo, para a superação da dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, incorporando a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, a fim de "formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos" ativos (Brasil, 2010b, p. 42). Ao se inserir no processo produtivo, as pessoas elaboram sua compreensão desse processo e do mundo, gerando novos conhecimentos. Assim, é preciso apresentar esse processo produtivo como um sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender/transformar. Cumpre, pois ao/à educador/a um papel central no desvendamento desse processo. Por essas concepções da realidade, além da formação humana integral, também se toma o trabalho como princípio educativo no ProfDocência-EPT. Nesse sentido, Saviani (2022) afirma que

> a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural e muito menos divina, mas deve ser produzida pelos próprios seres humanos sendo, pois, um produto do trabalho, a educação, de modo geral, e especificamente a organização do ensino, deve tomar como referência o conceito gramsciano do trabalho como princípio educativo (Saviani, 2022, p.2).

Em sua argumentação, o pesquisador lembra que o trabalho é princípio educativo em três perspectivas. Primeiro, "o trabalho é princípio educativo na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto" (Saviani, 2022, p.3). Dessa forma, os modos de produção influenciam ou determinam modos distintos de educar. Em um segundo sentido, conforme Saviani (2022), "[...] o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher, em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo" (Saviani, 2022, p.3).

O terceiro sentido atribuído ao trabalho como princípio educativo refere-se ao fato de se considerar a educação como modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico. Além desses sentidos, pode-se lembrar do sentido histórico do trabalho como prática econômica associada ao modo de produção. De forma mais concreta,

> Cada nova geração se depara com os instrumentos/ferramentas criados pelas gerações anteriores e deles se serve, aperfeiçoando-os e modificando-os de acordo com as necessidades percebidas. Do arado ao trator, e destes às modernas colheitadeiras informatizadas, por exemplo, é uma trajetória que passa por muitas gerações, num processo de desenvolvimento tecnológico e do conhecimento (Brasil, 2024a, p. 30).

Subjacente a esta afirmação, está a premissa de que homens e mulheres são seres histórico-sociais que atuam no mundo concreto para satisfazerem suas necessidades subjetivas e sociais e, nessa ação, produzem conhecimentos (Brasil, 2010b).

O trabalho e a produção conduzem ao desenvolvimento histórico da humanidade de forma contraditória. Em outras palavras, de um lado, ao transformar a natureza pelo trabalho, o gênero humano conquista liberdade e universalidade, produzindo conhecimentos os quais, sistematizados, sob o crivo social e por um processo histórico, constituem a Ciência. Por outro lado, esse movimento produz contradições e desigualdades quando esse processo e seu resultado não implicam em distribuição social justa e igualitária.

A compreensão da realidade concreta enquanto totalidade dialética e a reflexão sobre ela, elevando o concreto ao nível de pensamento, produz a teoria, elemento essencial para a intervenção nessa realidade. O conhecimento teorizado, sistematizado, produz Ciência, que, por sua vez, gera conceitos e métodos cuja objetividade permite a transmissão para diferentes gerações, os quais serão questionados e superados historicamente pelas gerações futuras, num movimento permanente de construção de novos conhecimentos (Brasil, 2024a).

Além dos sentidos ontológico e histórico, é fundante pensar o trabalho como prática social. Nas palavras de Ferreira (2018), "todo o trabalho objetiva um resultado, um fim, um produto. Por isto se trabalha: para realizar algo que, antes do trabalho, não existia". Na medida em que a ciência intervém na realidade promovendo o avanço das forças produtivas, ela gera técnica e tecnologia, fazendo a humanidade avançar. O/As educadore/as em EPT devem possibilitar que o/a educando/a consiga identificar a historicidade do avanço das forças produtivas e o papel das classes sociais no desenvolvimento dos processos produtivos (Brasil, 2024a).

> Pensar o trabalho como prática social e princípio educativo é considerar que o ser humano é produtor de sua realidade e que, por isso, apropria-se dela e pode transformá-la. Isso também implica que as pessoas sejam agentes da história. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre as pessoas e a realidade material e social (Ramos, 2004; Brasil, 2007).

Para o entendimento da prática social como produtora de conhecimento é necessário considerar que, como a educação, o trabalho é prática social, e ao mesmo tempo instrumento relacional que provoca mediação entre as pessoas e a realidade. Afirma-se também que a prática social é produtora de conhecimento, assim sendo, é o terceiro princípio em que se fundamenta este projeto de formação docente para educação profissional (e tecnológica). O trabalho como prática social, de um lado, é atividade transformadora própria do ser humano frente à realidade objetiva e, de outro, é produtor de conhecimento.

O conhecimento, nessa perspectiva, "[...] é uma produção social e coletiva e não apenas o resultado da atividade solitária de um/a pesquisador/a. O mérito deste/a é promover um salto

qualitativo no acúmulo de conhecimentos produzidos pela prática social, dando estatuto científico e acadêmico a esse conhecimento" (Brasil, 2024a, p. 31).

A indissociabilidade entre todas as dimensões do processo educativo (ensino, pesquisa e extensão) no ProfDocência-EPT é o princípio que considera esses três aspectos do processo educativo orientados para o ensino superior na Lei nº 9.3934 de 20 de dezembro de 1996 e não podem ser separados ou divididos, e no século XXI pode-se considerar que alberga o de inovação, sendo partes de uma mesma dinâmica, uma vez que, o processo educativo é uma totalidade que ocorre ao longo da vida, e essas três aspectos como dimensões de uma prática, aliadas à inovação, são partes de um procedimento indissociável de construção do conhecimento na EPT. Os gregos já trabalhavam nessa perspectiva por meio do que chamavam de Paideia, termo que denominava o sistema de educação e de formação na Grécia clássica, que buscava uma formação integral do cidadão livre (Brasil, 2024a).

A extensão deve ser considerada como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a instituição superior de ensino e a sociedade. É espaço para a produção do conhecimento, de forma interdisciplinar, resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação (Brasil, 2006, p. 21). Além disso, é espaço também de intervenção social e constitui-se em um elemento de mão dupla indispensável tanto para a instituição acadêmica conhecer a realidade sociocultural, econômica e política de seu entorno, quanto para a comunidade ter acesso ao saber produzido no e pela Instituição. É por meio da sua integração dialética que teoria e prática são unidas como elementos constitutivos da produção do conhecimento. Pelo contrário, o processo educativo na EPT pode e deve ser desenvolvido com o concurso de todas elas, incluindo a inovação (Brasil, 2024a).

Os/As educandos/as como produtores/as de conhecimentos são constituídos como sujeitos da história, para isso, é necessário que a eles/as seja garantida educação integral que considere e que valorize seus saberes e, concomitantemente, que os/as convide a produzir novos conhecimentos. O enciclopedismo pedagógico gera seres humanos passivos e aprendizagens descartáveis. Um projeto pedagógico deve incentivar a autonomia e a produção de conhecimentos por meio da pesquisa e do desenvolvimento de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão com perspectiva de inovação.

A EPT demanda um/a educador/a que seja orientador/a e incentivador/a da busca de saberes, pautado/a pela pesquisa como princípio pedagógico. Educar na EPT envolve desafiar permanentemente os/as educandos/as a pesquisar, a produzir e a publicar; a promover pesquisa

comprometida com a transformação social e a produzir conhecimentos e tecnologias que ajudem a melhorar a vida das pessoas; e a buscar permanentemente a criação de tecnologias sociais, pois a finalidade principal da ciência e da tecnologia deve ser melhorar a vida das pessoas em sociedade (Brasil, 2024a).

Desse modo, o ProfDocência-EPT apresenta-se como proposta inovadora e propositiva tanto no que diz respeito ao campo da Educação Profissional e Tecnológica quanto na sua pertinência como parte da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica, ancorada no âmbito da SETEC/MEC e das instituições associadas em rede nacional.

2. OBJETIVOS

O ProfDocência-EPT tem como objetivo geral, de acordo com a APCN aprovada pela Capes/2025:

- Promover, para os docentes da Educação Básica dos sistemas públicos de ensino, em exercício na educação profissional, a formação continuada *stricto sensu* para a docência em Educação Profissional e Tecnológica, solidamente estruturada em bases científicas, críticas e éticas, articulada a propostas criativas e inovadoras de intervenção educacional, tendo em vista a formação humana integral, a emancipação social e a consolidação do Brasil como um país soberano e democrático.

Tem também como objetivos específicos, conforme a APCN aprovada pela Capes/2025:

a) Ampliar, verticalizar e consolidar a formação de professores no âmbito da EPT, com ênfase na produção do conhecimento e saberes docentes solidamente estruturados em bases científicas, críticas e éticas, articulando as concepções e os fundamentos da educação, do trabalho, da ciência, da cultura e das tecnologias;
b) Desenvolver pesquisas que disseminem a produção do conhecimento científico e tecnológico em docência para a EPT, articulada a propostas criativas e inovadoras de intervenção educacional, tendo em vista a formação humana integral e politécnica;
c) Desenvolver pesquisas que visem à produção do conhecimento científico e tecnológico, a fim de propor, analisar, avaliar e monitorar as políticas, os programas, os projetos e ações voltados à formação e ao trabalho docente no âmbito da EPT;
d) Fortalecer e ampliar as pesquisas e a produção do conhecimento científico e tecnológico sobre o currículo, a formação e o trabalho docente na EPT, bem como a elaboração e análise de produtos educacionais e tecnológicos fundamentados nos princípios da formação

humana omnilateral; o trabalho como princípio educativo; a prática social como produtora de conhecimento; a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; e, os educandos como produtores de conhecimento

3. JUSTIFICATIVA

A justificativa para a oferta de um mestrado para formação docente em EPT, como o ProfDocência-EPT, passa pela visão legal da EPT como uma modalidade de ensino que se articula aos diferentes níveis e etapas da educação nacional, tendo como base os eixos estruturantes do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, conforme a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. No contexto da Educação Básica, a EPT pode ser ofertada por meio de cursos de qualificação profissional e cursos técnicos de nível médio. Assim, essa modalidade contribui para a formação de adolescentes, jovens e adultos, o que resulta no desenvolvimento econômico e social do país. Passa também pela quantidade de alunos que se encontram matriculados na EPT o que é demonstrado nos Censos Escolares do país.

Sendo assim, toma-se como exemplo o Censo Escolar de 2023, o total de estudantes na Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM - era de 2.271.607, sendo que a maior concentração estava nos cursos subsequentes ao Ensino Médio (1.078.193), seguido do Ensino Médio Integrado (782.129). No que concerne aos cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, existiam 142.218 matriculados, o que totalizava 2.413.825 estudantes na oferta de EPT vinculada à Educação Básica.

A EPT é também ofertada por instituições privadas, bem como pelo Sistema S, constituído por um conjunto de organizações e de entidades, como o Serviço Social da Indústria - Sesi, Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - Senac, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai e o Serviço Social do Comércio - Sesc, dentre outros. Há, ainda, instituições de ensino privadas de origem filantrópica, comunitária e sindical que atuam na EPT. Cumpre destacar que as redes de ensino estaduais e distrital podem estabelecer parcerias com a iniciativa privada no desenvolvimento do itinerário formativo da Formação Técnica e Profissional - FTP, conforme a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017) e a Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 (Brasil, 2021), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a EPT.

Ainda conforme dados do Censo Escolar de 2023 (INEP, 2024), do quantitativo de 2.271.607 estudantes da EPTNM, 1.341.981 estavam vinculados ao sistema público de ensino, enquanto 1.071.844 estavam na esfera privada. No que diz respeito à distribuição da matrícula na EPT por rede pública, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

-RFEPCT alcança o percentual 24,7% das matrículas, enquanto as redes municipais somam 6,7% e as redes estaduais e distrital totalizam 68,6%. Assim, a maior oferta, em termos de matrículas, está concentrada nas redes estadual e distrital. No que diz respeito ao número de instituições ofertantes, os dados do Censo Escolar de 2023 mostram que 651 unidades são federais, 890 municipais, 3.022 privadas e 4.600 estaduais.

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT (Brasil, 2020), os cursos técnicos oferecidos pela EPTNM se desenvolvem com base em 13 (treze) eixos tecnológicos. Na esfera pública, segundo os dados do Censo Escolar de 2023, os eixos com maior número de matrículas são: (1) Gestão e Negócios, (2) Informação e Comunicação, (3) Ambiente e Saúde, (4) Controle e Processos Industriais, (5) Recursos Naturais, (6) Infraestrutura, (7) Produção Industrial, (8) Segurança, (9) Produção Cultural e Design, (10) Turismo, Hospitalidade e Lazer, (11) Desenvolvimento Educacional e Social, (12) Produção Alimentícia e (13) Militar, totalizando 227 cursos técnicos.

Nota-se, assim, a diversidade de ofertas de EPT e a pluralidade de cursos desenvolvidos no interior dos sistemas, redes e instituições de ensino, sejam públicas ou privadas no país, o que já justifica o enquadre do ProfDocência-EPT na área multidisciplinar. Por ter essa diversidade e pluralidade em um país de dimensões continentais e características sociais, políticas, econômicas e culturais diversas, o Brasil se caracteriza por oferecer uma EPT também diversa, mas com a questão da FPT presente em todas elas como desafios a serem enfrentados, incluindo-se a necessidade de formação específica de professores para essa área, o que também justifica a oferta em rede.

Especificamente no que se refere à Educação Básica, os dados levantados no Censo Escolar de 2023 (INEP, 2024) evidenciam que, a EPT se articula com a educação básica em diferentes etapas e modalidades. O total de 2.413.825 matrículas[1] se distribui por etapa de ensino e dependência administrativa, conforme mostra a Tabela 01.

Tabela 1 - Número de matrículas da Educação Profissional por etapa de ensino e dependência administrativa

Etapas de Ensino	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	782.129[1]	215.193	509.614	9.281	48.041
Ensino Médio Normal/Magistério	41.458[2]	36	34.537	4.543	2.342

[1] O Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) inclui matrículas do Ensino Regular.
[2] O Ensino Médio Normal/Magistério inclui matrículas do Ensino Regular.

Curso Técnico - Concomitante	331.514[3]	12.403	60.111	2.497	256.503
Curso Técnico - Subsequente	1.078.193[4]	95.019	248.401	8.820	725.953
Curso Técnico (Ensino Médio) Integrada à EJA	38.313[5]	5.482	29.637	211	2.983
Curso FIC Concomitante	59.004[6]	1.677	3.675	27.059	26.593
Curso FIC Integrado na Modalidade EJA de Nível Fundamental	38.516[7]	416	593	37.128	379
Curso FIC Integrado na Modalidade EJA de Nível Médio[8]	44.698[9]	811	34.680	157	9.050

Fonte: INEP (2024)

A Tabela 1 mostra que a oferta prioritária de Educação Profissional está na articulação com o Ensino Médio. A oferta prioritária do Ensino Médio Integrado à EPT acontece nas redes federal e estaduais, o que demonstra a necessidade de formação de profissionais professores para este tipo de EPTNM. A vinculação dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes desenvolvidos na iniciativa privada chama atenção, sinalizando à necessidade de os adolescentes, jovens e adultos se profissionalizarem, o que faz esse público recorrer à iniciativa privada, sem necessariamente se vincularem a um projeto de EPTNM que tenha como base a formação humana integral. Apesar de ainda minoritária, a oferta de cursos FIC, seja na iniciativa pública ou privada, representa também um dos desafios para as redes e instituições de EPT do país.

Os cursos técnicos são desenvolvidos prioritariamente na zona urbana (2.269.029 matrículas), tendo maior concentração nos eixos tecnológicos de Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Ambiente e Saúde e Controle e Processos Industriais, fundamentais para o desenvolvimento do país numa perspectiva tecnológica e ambiental. Esse panorama já evidencia a necessidade de interiorização e expansão da oferta de cursos técnicos de nível médio para atender a espaços em que essa formação é escassa ou ainda não se faz presente, o que ratifica o sentido de interiorização da EPT

[3] O Curso Técnico Concomitante inclui matrículas do Ensino Regular.
[4] O Curso Técnico Subsequente inclui matrículas do Ensino Regular.
[5] O Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio) inclui matrículas da EJA
[6] O Curso FIC Concomitante inclui matrículas do Ensino Regular.
[7] O Curso FIC Integrado na Modalidade EJA de Nível Fundamental inclui matrículas da EJA.
[8] FIC são os cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional
[9] O Curso FIC Integrado na Modalidade EJA de Nível Médio inclui matrículas da EJA.

O número de instituições ofertando EPT vem aumentando no decorrer dos anos, tanto na iniciativa privada como na esfera pública estadual. De 2020 a 2023, esse número passou de 3.077 para 4.600 unidades escolares, isto é, um aumento de 49% nas redes estaduais e distrital. Essa ampliação exige professores(as) licenciado(a)s, bacharel(éis) e tecnólogo(a)s que possam atuar nas diferentes regiões do país, na perspectiva da oferta de cursos técnicos integrados, concomitante ou subsequente, bem como na oferta de cursos FIC ou de Qualificação Profissional.

Ainda conforme o Censo Escolar de 2023 (INEP, 2024), 160.423 professores(as) atuam na EPT, do(a)s quais 5.321 estão nas redes municipais, 85.374 nas redes estaduais, 33.468 na RFEPCT e 37.418 em instituições privadas. Esses profissionais apresentam formação inicial distintas em diferentes níveis educacionais. São 122.252 docentes que têm formação inicial em licenciatura, 28.659 em bacharelados, 1.912 em curso médio normal (magistério), e 7.600 no ensino médio (técnico e geral), conforme pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1 - Quadro sobre a formação inicial de professores(as) que atuam na EPT.



Fonte: desenvolvido com base no Censo Escolar de 2023 (INEP, 2024).

A diversidade de ofertas de EPT e de formação inicial de professores(as), bem como o processo de expansão dessa modalidade educacional no interior dos sistemas, redes e instituições de ensino do país na atualidade, se somam aos desafios históricos com relação à formação dos(das) profissionais e professores(as) que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, sejam eles profissionais com bacharelado, licenciatura e/ou curso superior de tecnologia.

Nenhum desses perfis profissionais de professores recebe, em sua formação inicial, conhecimentos e saberes para atuar na docência na EPT, posto que existem especificidades inerentes ao trabalho nesta oferta de educação. Pesquisadores da área como Moura (2014) e Machado (2019) afirmam que os cursos de formação inicial (sejam eles de licenciatura, bacharelado e cursos superiores de tecnologia) não preparam para a docência na EPT e menos ainda para trabalhar na perspectiva da formação humana integral e do currículo integrado, tendo o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico. Ao citar as

necessidades formativas dos(as) docentes para atuar na educação profissional, Moura (2014) chama à atenção para o fato de que esses(as) profissionais precisam

> [...] compreender as relações entre a disciplina objeto da licenciatura e as demais disciplinas do ensino médio integrado, tanto aquelas denominadas de formação geral como as de formação profissional, a partir da concepção de formação humana integral que tem como eixo estruturante a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura (Moura, 2014, p. 89).

Além disso, Moura (2014) lembra que os cursos de formação de professores não discutem aspectos da formação humana integral, do trabalho como princípio educativo e do currículo integrado, elementos defendidos pelos autores da área da educação profissional que trabalham na perspectiva social e crítica e, principalmente, na epistemologia da práxis.

Todos os(as) profissionais e professores(as) que atuam na EPTNM partem de um ponto em comum: a atuação em lócus de formação técnica e profissional na Educação Básica. Essa formação se articula com a inserção socioprofissional dos(as) estudantes no território e, consequentemente, no setor produtivo. Assim, há um conjunto de conhecimentos que caracteriza e especifica o trabalho docente e de profissionais que desenvolvem seu trabalho nas unidades escolares ofertantes de educação profissional, posto que a dimensão do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura deveriam estar presentes na formação do(a) estudante.

Independentemente de ser uma instituição de ensino pública, privada, confessional, urbana ou rural, todas elas têm como fio condutor do trabalho pedagógico a dimensão da formação profissional no nível da Educação Básica. Com base nesse ponto, todos(as) os(as) profissionais e professores(as), independentemente da formação inicial, necessitam receber formação na perspectiva da relação entre trabalho e educação, na articulação entre os processos educativos e de trabalho, na relação entre escola e mundo do trabalho e nas tecnologias que envolvem o fazer profissional.

Além dessas dimensões em torno da relação educação e trabalho, tem-se a necessidade de formação didática e pedagógica. As especificidades em torno do planejamento, da relação com a comunidade, as rotinas pedagógicas, os fluxos de trabalho em ambiente escolar e os instrumentos de avaliação e suas finalidades são temáticas e discussões na formação inicial dos professores(as) e profissionais licenciados que atuam nas disciplinas da formação geral e dos pedagogos que atuam nas funções técnicas das instituições de EPT, mas não estão presentes na formação inicial dos(as) bacharéis e tecnólogos, menos ainda na formação do técnicos que atuam na formação profissional.

Apesar disso, todos os(as) profissionais que atuam na EPT, sejam eles(as) licenciados(as), bacharéis e tecnólogos(as), precisam receber formação continuada para as questões específicas

dessa modalidade de ensino. A forma como uma instituição de EPT se comunica com a sociedade e com o setor produtivo, com o público e os(as) estudantes, bem como a maneira de ensinar, são diferenciadas, posto a formação técnica e profissional inerente à modalidade, bem como a vinculação com as demandas do mundo do trabalho. Esse conjunto de características pressiona o trabalho do(a) professor(a) e dos(das) profissionais da instituição, o que demanda formação permanente em ambiente de trabalho.

Assim, a EPT desenvolvida de forma articulada à Educação Básica se caracteriza no Brasil pela sua diversidade na oferta, não existindo apenas um perfil/padrão. A dimensão continental do país e a pluralidade dos tipos de ofertas que foram se desenvolvendo e se consolidando no país exercem diversos tipos de necessidades formativas, sejam para os(as) professores(as), gestores(as) e técnicos(as) pedagógicos(as) das instituições e redes de ensino. Essa diversidade converge com os aspectos teórico-práticos trazidos pelos estudos de Moura (2014) e Machado (2019).

Nesse sentido, a expansão no quantitativo de instituição de ensino de EPT no Brasil, o aumento no número de professores(as) atuando nessas instituições e o avanço da oferta técnica e profissional nas redes estaduais são elementos fundamentais para o desenvolvimento de cursos de pós-graduação voltados para as especificidades da EPT.

Diante desse contexto, o MEC, por intermédio da Setec, lançou, em 2024, as Diretrizes Gerais para a Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica (DGPNFPEPT-2024), com o objetivo de:

> Subsidiar políticas de Estado, de caráter público, com a finalidade de contribuir para a formação de profissionais que atuam ou que pretendem atuar na educação profissional e tecnológica – docentes, gestores/as, servidores/as e funcionários/as – na perspectiva da efetivação de uma formação humana integral e emancipatória comprometida com a transformação social (Brasil, 2024a, p.17).

A política de formação docente da Setec/MEC se funda na compreensão da indissociabilidade entre formação inicial, formação continuada e valorização dos profissionais da Educação Profissional e Tecnológica, com o intuito de garantir formação com qualidade socialmente referenciada. Em consequência, as DGPNFPEPT - 2024 apontam para o imperativo de que a formação propiciada se fundamente na formação humana integral, a partir de uma visão emancipatória e na busca da transformação da sociedade sob a ótica dos interesses dos/as trabalhadores/as. Nesse viés, o texto afirma que o papel do Estado é “contribuir para a formação de cidadãos/ãs que poderão ser técnicos/as, mas também poetas/poetisas, filósofos/as, humanistas, dentre outras inúmeras e socialmente relevantes possibilidades” (Brasil, 2024a, p.28).

As DGPNFPEPT-2024 estão ancoradas em princípios e bases os quais norteiam toda a política nacional de formação de professores para a EPT de forma ampla e, consequentemente, o ProfDocência-EPT, como pode ser visualizado na Figura 02.

Figura 2 – síntese dos princípios e bases da DGPNFPEPT - 2024



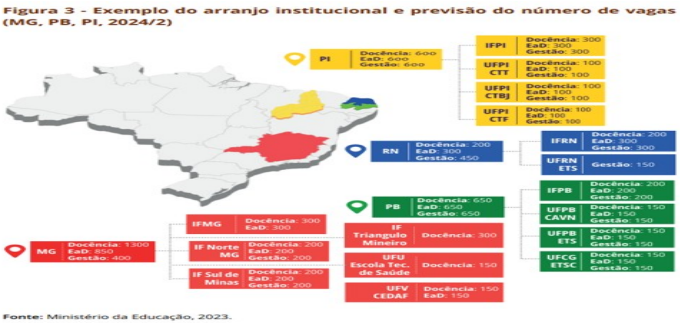
Fonte: (Brasil, 2024a, p. 33)

A Figura 2 mostra que a formação humana integral vinculada a seus princípios e fundamentos é a base da fundamentação teórico-prática da DGPNFPEPT - 2024 e, por extensão, do ProfDocência-EPT. Nessa lógica, os educandos são produtores de conhecimentos, o que exige articulação entre trabalho docente e o trabalho do(a) estudante.

No âmbito da DGPNFPEPT - 2024, iniciam-se em parceria com instituições públicas de Ensino Superior (IES), no decorrer de 2024 e 2025, cursos de pós-graduação (*lato sensu*) em Docência na EPT (360h), Gestão na EPT (360h) e Educação a Distância na EPT (360h), em parceria com a Universidade Aberta do Brasil.

Além dos cursos de especialização, no escopo da política, a Setec/MEC, em parceria com a Capes e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal EPCT (Conif), institucionalizou o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Rede (ProfEPT), no âmbito do Programa de Pós-Graduação (*stricto sensu*) da Capes, com a intenção de ampliar a oferta do Mestrado Profissional nas mais de 40 instituições associadas, conforme mostra a figura 3 que apresenta o arranjo institucional e perspectiva de oferta:

Figura 3:Arranjo institucional e perspectiva de oferta



Fonte: Ministério da Educação, 2023.

A Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica converge com a Meta 16 do PNE (2014-2024) vigente e com o objetivo 15 do Projeto de Lei nº 2.614/2024 (Brasil, 2024b), ainda em tramitação, que determina a ampliação da formação de mestres e doutores, de maneira equitativa e inclusiva, com foco na prospecção e na solução dos problemas da sociedade (Brasil, 2024b).

O Projeto de Lei nº 2.614/2024 (Brasil, 2024b) ainda expõe no seu objetivo 16, que é garantir formação e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica, e a Estratégia 16.21 busca valorizar e reconhecer a formação continuada de profissionais que atuam na Educação Básica. Nessa perspectiva, os objetivos desse PL se coadunam com a Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica.

É nesse desenho da política de formação de professores para a EPT, que a Portaria Capes n° 207, de 4 de julho de 2024 (Capes, 2024), regulamentou o Programa de PROEB, que engloba os(as) docentes atuantes na EPT articulada a esse nível educacional. Dentre os objetivos do PROEB, podem-se destacar o estímulo à formação continuada dos docentes da Educação Básica, na modalidade semipresencial e o fomento à manutenção e desenvolvimento dos programas nacionais de pós-graduação *stricto sensu* na forma associativa, nas modalidades de Mestrado Profissional e Doutorado Profissional, no intuito de:

> a) valorizar as experiências advindas da prática do professor, ao mesmo tempo que colabora, por intermédio dos trabalhos realizados, para o desenvolvimento de materiais e de estratégias didáticas que ensejem a melhoria do desempenho de aprendizagem dos alunos;
> b) criar uma rede de reflexão sobre a realidade da educação básica pública brasileira apontando perspectivas de mudanças e respostas aos problemas do cotidiano da escola e da sociedade (Capes, 2024, n.p.).

Os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação, as DGPNFPEPT-2024 e o PROEB estão em consonância com o Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 (Brasil, 2016), que dispõe sobre a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica. A Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), em seus artigos 62 ao 66, expõe que se espera do Estado a organização e o fomento de uma política nacional em torno da formação de profissionais e professores(as) para a educação de forma mais ampla e da EPT de forma mais específica, coadunando com o referido plano. Assim, a formação de professores torna-se temática central na discussão em torno da qualidade socialmente referenciada da educação nacional.

Dessa forma, justifica-se a presente proposta de curso *stricto sensu* para atender à formação de professores, no âmbito do PROEB, para a EPT desenvolvida e integrada à Educação Básica. Nessa perspectiva, os Institutos Federais de educação são espaços propícios para a formação desses profissionais, tendo em vista que são lócus histórico de educação profissional e, na nova identidade institucional, passam também a ser espaço para a formação de professores(as) e profissionais da EPT em nível de *stricto sensu*.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), instituiu a RFEPCT e criou os Institutos Federais, as Escolas Técnicas, os Centros Federais, a Universidade Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II. Dentre os objetivos dessas instituições, destaca-se a formação continuada em pós-graduação, incluindo cursos de especialização, mestrado e doutorado, promovendo a formação continuada e o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas.

Dentre os objetivos e finalidades dos institutos federais, destaca-se a oferta de

> cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento [em] cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia (Brasil, 2008, s.p.).

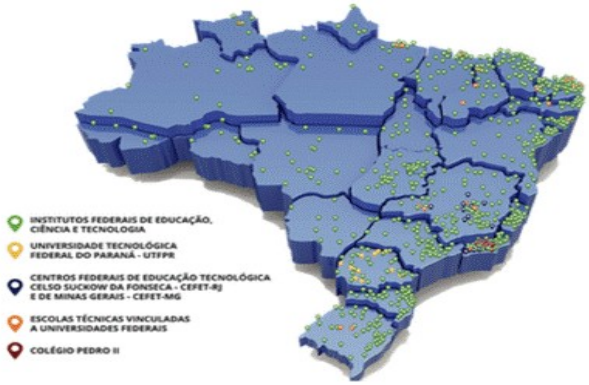
A RFEPCT como lócus privilegiado de formação para a EPT articulada à Educação Básica, destaca-se também pelo processo de interiorização e democratização do acesso à educação pública, gratuita e laica com efetivo acesso à ciência e à tecnologia. Assim como a oferta de EPT em âmbito nacional está em expansão, a RFEPCT também passou e passa por esse processo.

Em 2002, existiam 140 unidades de EPT vinculadas à RFEPCT, enquanto em 2023, esse número alcançou 682 instituições, como pode ser visualizado na Figura 03, ilustrativa da distribuição das unidades de EPT vinculadas a rede federal no país. Observa-se um processo de atendimento a todos os estados e ao Distrito Federal (DF), além do processo de interiorização. Assim, essas instituições podem ser um espaço privilegiado de formação para profissionais e professores(as) também de outras redes de ensino.

Acrescente-se a isso a expansão da RFEPCT, que é um indutor da interiorização da formação de professores da rede pública de Educação Básica no país tanto na graduação como na pós-graduação. A expansão tem como objetivo aumentar a oferta de vagas na EPT,

predominantemente em cursos técnicos integrados ao ensino médio, ou seja, no nível básico da educação brasileira, e criar oportunidades para jovens e adultos.

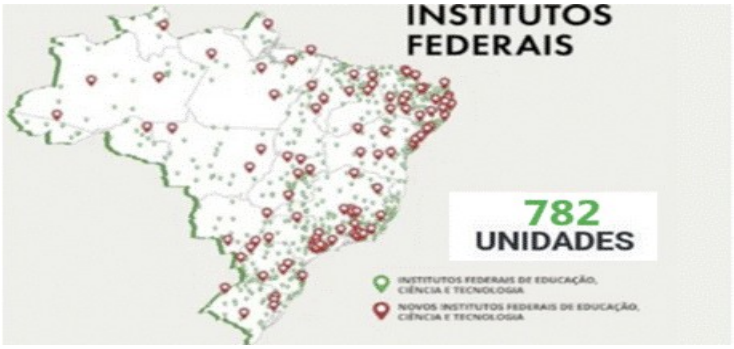
Figura 4 - Distribuição geográfica dos *campi* da RFEPCT, em 2023.



Fonte: https://ifctour-ibirama.com.br/tour-historia-ifc/. Acesso em 21 nov. 2024.

Na distribuição regional dos novos *campi* anunciados pelo Governo Federal em 2024, o Nordeste contará com mais 38 *campi*; o Sudeste, com 27 novos *campi*; a região Sul, com 13; o Norte, com 12; e o Centro-Oeste, com 10. Segundo projeções do Governo Federal, essa expansão pode gerar cerca de 140 mil novas vagas. Somando-se às 682 unidades existentes, serão 782 unidades, interiorizando a oferta de Educação Básica integrada à educação profissional. A Figura 5 mostra os *campi* existentes e a configuração com a abertura das novas unidades.

Figura 5 - Distribuição geográfica dos *campi* da RFEPCT incluindo as novas unidades.



Fonte: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/novos-campi-de-institutos-federais-iniciam-obras-em-2024. Acesso em 21 nov. 2024.

A Figura 04 mostra que os novos *campi* dos institutos federais atenderão a municípios que ainda não possuem unidades, de forma a ampliar a oferta de matrículas em cursos técnicos de nível médio em relação à população local. Com isso, a expansão vem ao encontro da Meta 11 do PL, a

qual prevê triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, com pelo menos 50% da expansão na rede pública e a Meta 11.a do PL nº 2.614/2024, que prevê

> expandir as matrículas da educação profissional técnica de nível médio de modo a atingir 50% (cinquenta por cento) dos estudantes matriculados no ensino médio, de modo a assegurar a qualidade da oferta e a permanência do estudante, observados, no mínimo, **45% (quarenta e cinco por cento) da expansão no segmento público** (Brasil, 2024b, n.p. grifo nosso).

A expansão da RFEPCT e sua capilaridade implicarão a necessidade de formação docente para que se possa atuar na educação profissional e tecnológica na Educação Básica da rede pública de ensino de forma qualificada e socialmente referenciada, com base nas Diretrizes Gerais da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2024a). Além disso, ao ofertar um curso de mestrado profissional em rede nos Institutos Federais, das Escolas Técnicas dos Centros Federais, da Universidade Tecnológica e do Colégio Pedro II, a RFEPCT também se compromete com a formação de professores(as) não só para a própria Rede, mas também para as redes estaduais e distritais, que também estão passando por um amplo processo de expansão na oferta de educação profissional.

O contexto local e regional das instituições associadas para a oferta do ProfDocência-EPT se insere no contexto de oferta de formação para a docência em educação profissional e, por se tratar de um programa de pós-graduação em rede, considerou-se a necessidade de atender geograficamente a todas as regiões do país. Nesse sentido, foram identificados cinco institutos: o IFRN, na Região Nordeste, como instituição proponente e, como instituições associadas, o IFAM, na região Norte; o IFB, na região Centro-Oeste; o IFES, na região Sudeste; o IFSul, na região Sul. Para a escolha, foram considerados a capacidade docente, capacidade técnica, infraestrutura e alcance geográfico de sua atuação, conforme se encontram destacadas na APCN-Capes/2025. Com base nos dados apresentados na APCN (2025), é possível constatar que existe uma demanda considerável em todas as regiões do país para a oferta de um curso de pós-graduação em nível de mestrado profissional, o que corrobora a importância da proposta de oferta em rede para as cinco regiões.

Como esse PCC se direciona à oferta do ProfDocência-EPT pelo IFSUL, é válido destacar que o PDI/IFSUL – 2025-2029 (IFSUL, 2025) traz a oferta de cursos na educação superior, com enfoque profissional e tecnológico, nas modalidades de graduação de tecnologia, de licenciatura e bacharelado e de pós-graduação lato e stricto sensu. No que se refere ao último ponto, destaca-se que

> A Pós-graduação do IFSul tem se alinhado principalmente com o equacionamento de problemas concretos do mundo da produção e dos serviços, além da vinculação com a formação em nível de pós-

> -graduação dos docentes vinculados à educação fundamental, média e técnica de nível médio. (IFSUL, 2025, p. 66).

Quanto aos princípios, o 2025-2029 esclarece que a pós-graduação do IFSUL busca a promoção da formação científica e acadêmica, com vistas ao desenvolvimento local, regional e nacional; à produção e à difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; e o comprometimento com a formação humana integral, por meio da EPT, vinculando trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Esses mesmos princípios estão postos nas DGPNFPEPT (Brasil, 2024a).

Na oferta de cursos stricto sensu ofertados pelo IFSUL e pelas instituições associadas, não se observa uma oferta de cursos direcionado especificamente a professores da educação básica em exercício em instituições que ofertam educação profissional e tecnológica. Dessa forma, o ProfDocência-EPT vem ocupar um espaço ainda não preenchido na formação de professores da Educação Básica e, com a capilaridade da RFEPCT no país, vai chegar a municípios em que a formação docente para EPT ainda é escassa. Nesse contexto, é um instrumento importante no processo de interiorização e democratização da educação profissional, principalmente pelo fato de contribuir para a formação dos(as) professores(as) em efetivo exercício nas diferentes redes de ensino do país, permitindo reduzir as assimetrias existentes na formação pós-graduada. As redes estaduais e distritais estão em amplo processo de expansão de matrículas, por essa razão, a oferta de formação no ProfDocência-EPT terá 50% das vagas destinadas aos professores(as) das redes estaduais e distritais. Nesse sentido, destacamos a necessidade da oferta do ProfDocência-EPT, que está direcionado especificamente para professores da educação básica em exercício em instituições que ofertam educação profissional, sendo uma demanda local, regional e nacional.

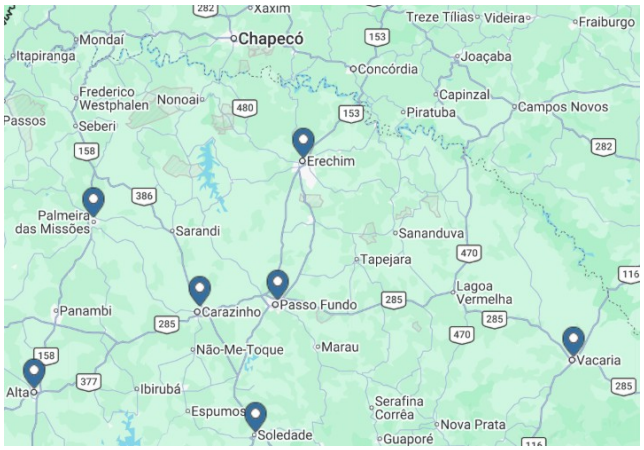
O ProfDocência-EPT/IFSul será ofertado no Campus Passo Fundo no qual já são ofertados os seguintes cursos: Formação Pedagógica para graduados não-licenciados na modalidade Educação a Distância; Licenciatura em etras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa e suas Respectivas Literaturas, na modalidade a distância; Pedagogia, na modalidade Educação a Distância; Especialização em Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade Educação a Distância; Especialização em Gestão para a Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade Educação a Distância; Especialização em Educação a Distãncia para a Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade Educação a Distância; Cursos Superiores de Bacharelado em Ciência da Computação, Engenharia Civiln e Engenharia Mecânica na modalidade Presencial; Cursos técnicos subsequentes em Manutenção e Suporte em Informática, Edificações e Mecânica na modalidade Presencial; Cursos técnicos integrados em

Informática, Desenho para Construção Civil e Fabricação Mecânica na modalidade Presencial e Especialização em Linguagens e Tecnologias.

Cabe observar que os cursos ofertados na área de formação em Educação Profissional ofertados pelo Campus buscam atingir e preparar um publico potencial de interessados em cursar o Mestrado em Docência para Educação Profissional e Tecnológica. Soma-se a esse fato o posicionamento estratégico do Campus Passo Fundo, que se encontra próximo a cinco Coordenadorias Regionais de Educação, a saber:

- CRE 7 – Passo Fundo
- CRE 15 - Erechim
- CRE 20 - Palmeira das Missões
- CRE 23 – Vacaria
- CRE 25 – Soledade
- CRE 39 – Carazinho.

Figura 6 - Distribuição das Coordenadorias Regionais de Educação próximas ao Campus Passo Fundo



Fonte: https://educacao.rs.gov.br/coordenadorias-regionais-de-educacao. Acesso em 07 Set. 2026.

4. EXAME NACIONAL DE ACESSO

As diretrizes de ingresso no ProfDocência-EPT, estão contempladas na APCN/Capes-2025, e consideram sua inserção PROEB, sendo assim, o candidato deve ter graduação e ser professor da Educação Básica em escolas públicas das redes federal, estadual e municipal que ofertam educação profissional (e tecnológica).

O processo de seleção será regido por edital nacional e terá, anualmente, disponibilidade de 100 (cem) vagas para o curso de mestrado, distribuídas entre as instituições associadas. A

distribuição do número de vagas por instituição e por linha de pesquisa será apresentada no edital de seleção nacional, a ser elaborado por comissão de seleção designada pela Comissão Nacional, gestora do Programa. A designação do orientador acontecerá ao longo do primeiro semestre.

O processo seletivo terá prova única elaborada pela Comissão de Seleção, que também se responsabilizará pela elaboração do calendário a ser cumprido pelas instituições associadas no processo seletivo.

A seleção ocorrerá por meio de prova presencial escrita a nível nacional, que acontecerá no mesmo dia e horário em todas as instituições associadas. Cada uma delas se responsabilizará pela execução do processo seletivo do(a)s candidato(a)s que se inscreverem para suas unidades. O(a) candidato(a) só poderá se inscrever para uma das linhas de pesquisa e para uma instituição associada.

O/A candidato/a se inscreverá para as vagas oferecidas por linha de pesquisa e instituição associada e o resultado da seleção explicitará, em cada linha, os/as candidatos/as aprovados/as e a instituição a que se ligará academicamente.

Como ação afirmativa, em cada seleção, haverá reserva de vagas para Pessoas com Deficiência, autodeclarados(as) negros(as) – pretos ou pardos – quilombola, indígenas e transgêneros. As reservas de vagas definidas nesse âmbito que não forem preenchidas serão remanejadas para candidatos(as) aprovados(as) em ampla concorrência.

O ProfDocência-EPT apresenta as seguintes linhas de pesquisa para estruturação das investigações dos discentes aprovados na seleção:

a) **Linha de pesquisa** 1 - Políticas, Gestão e Avaliação da/na Educação Profissional e Tecnológica A linha de Políticas, Gestão e Avaliação da/na Educação Profissional tem como eixos norteadores de suas pesquisas: 1) análise crítica da docência na Educação Profissional no contexto da política educacional brasileira e das mudanças históricas, socioeconômicas e políticas no mundo do trabalho e na sua relação com a educação; 2) a análise, a avaliação política da política e a avaliação de políticas, programas e projetos e outras iniciativas governamentais.
b) **Linha de pesquisa 2** - Currículo, Formação e Trabalho Docente na Educação Profissional e Tecnológica A linha de Currículo, Formação e Trabalho Docente na Educação Profissional e Tecnológica tem como eixos de pesquisa: 1) o currículo na educação profissional; 2) os processos de formação e do trabalho docente na e para a educação profissional e tecnológica; 3) as práticas pedagógicas desenvolvidas no campo da educação profissional em sua relação com a educação básica, com a educação de jovens e adultos, com a educação do campo e outras expressões da educação, diversidade e inclusão,

incluindo-se as instituições formadoras nos espaços escolares e não escolares; 4) as tecnologias educacionais, seus processos e técnicas; e os fundamentos históricos, políticos, socioeconômicos e culturais desses quatro eixos.

No primeiro semestre do Mestrado, será designado um(a) docente orientador(a) que acompanhará o desenvolvimento do discente ao longo do mestrado, para construir, em conjunto com o discente, o seu plano de estudos, que inclui o projeto de pesquisa, a elaboração da dissertação e a proposta de produto educacional.

Será automaticamente desclassificado do processo seletivo o candidato que obtiver nota inferior a 70 (setenta) pontos na prova escrita.

5. PERFIL DE INGRESSO E DO PROFISSIONAL A SER FORMADO NO PROFDOCÊNCIA-EPT

O perfil de ingresso no ProfDocência-EPT considera sua inserção no PROEB, e o/a candidato/a deve ter graduação e ser professor da Educação Básica em escolas públicas das redes federal, estadual e municipal que ofertam educação profissional.

Quanto ao Perfil do profissional, a formação propiciada pelo ProfDocência-EPT/IFSUL visa qualificar professores da Educação Básica para a docência, para a produção de produtos educacionais que facilitem os processos de ensino e aprendizagem, para a pesquisa na educação profissional e para a formulação e atuação em projetos de pesquisa e de extensão. Essas ações têm finalidade de promover uma ação pedagógica crítica reflexiva, autônoma e ética, fundado no trabalho como princípio educativo; na prática social como produtora de conhecimento; na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Dessa forma, pretende-se que o egresso:

a) se aproprie das bases científicas, críticas e éticas para a docência na EPT;
b) saiba articular, no âmbito da docência na EPT, os fundamentos relacionados à educação, ao trabalho, à ciência, às tecnologias e à cultura.
c) desenvolva materiais, processos e instrumentos pedagógicos que possibilitem a análise crítica da realidade, a criação e geração de estratégias de intervenção com vistas à transformação e emancipação social;
d) avalie materiais, processos, instrumentos pedagógicos e propostas inovadoras para uso didático, tendo em vista a formação humana integral e politécnica;
e) participe de comunidades sócio-científicas com vistas ao fortalecimento da docência em EPT e à produção de políticas públicas de formação docente, por meio de

pesquisas, publicação, comunicação e difusão de conhecimentos e experiências educacionais.

f) socialize o conhecimento científico e tecnológico, os produtos educacionais e os materiais pedagógicos em docência para a EPT, na perspectiva da formação humana omnilateral.
g) seja capaz de propor, analisar, avaliar, monitorar e gerir políticas, programas, projetos e ações voltados à formação e ao trabalho docente no âmbito da EPT;
h) elabore projetos, programas e ações de extensão e de inovação que se relacionem com a formação docente para/na EPT, de modo a contribuir para o fortalecimento da docência na perspectiva da omnilateralidade.

6. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E COMISSÕES

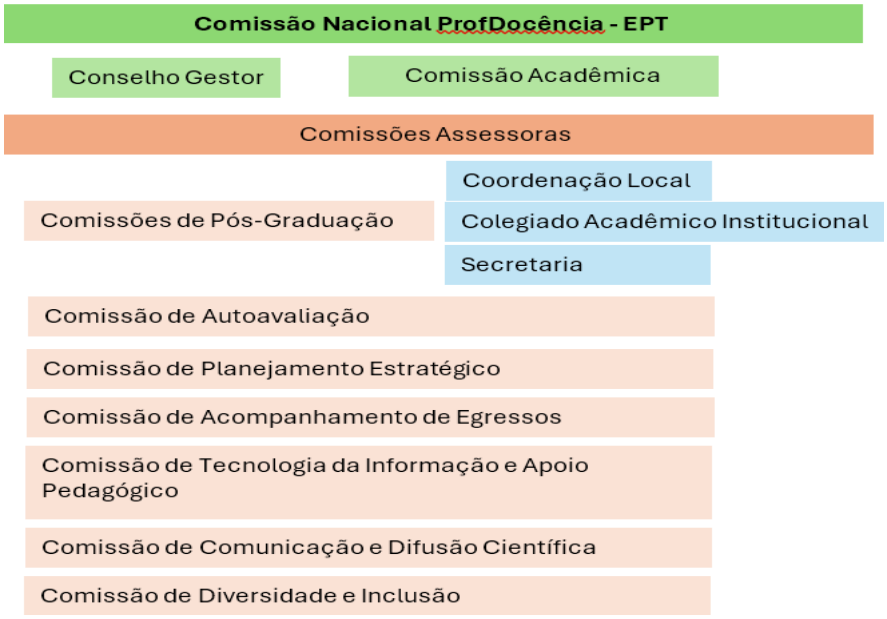
A gestão nacional e local do ProfDocência-EPT tem como princípio a gestão democrática organizada de forma colegiada, conforme consta na APCN – Capes/ 2025 em apêndice que é assim composta:

I - Comissão Nacional;
II - Comissão de Pós-Graduação;
III - Comissão de Autoavaliação;
IV - Comissão de Planejamento Estratégico;
V - Comissão de Acompanhamento de Egressos;
VI - Comissão de Tecnologia da Informação e Apoio Pedagógico;
VII - Comissão de Comunicação e Divulgação Científica.
VIII - Comissão de Diversidade e Inclusão.

As comissões de Pós-Graduação, Autoavaliação, Planejamento Estratégico, Acompanhamento de Egressos, Tecnologia da Informação e Apoio Pedagógico, Comunicação e Divulgação Científica, e de Diversidade e Inclusão são órgãos assessores da Comissão Nacional, subsidiando a tomada de decisões da Comissão Nacional em suas respectivas áreas de conhecimento, em consonância com o regimento do ProfDocência-EPT.

A Figura 6 apresenta a estrutura organizacional do ProfDocência-EPT.

Figura 6 - Estrutura organizacional do ProfDocência-EPT



Fonte: elaboração própria (2024).

6.1 COMISSÃO NACIONAL

A Comissão Nacional é composta pelo Conselho Gestor e pela Comissão Acadêmica Nacional. É o órgão central com poderes para atuar de maneira consultiva, deliberativa e normativa, a quem caberá supervisionar as atividades acadêmicas e administrativas do ProfDocência-EPT.

A Comissão Nacional é composta pelos seguintes membros:

I. Coordenador Geral, representante da instituição proponente, que preside a Comissão Nacional;
II. representação da Comissão Acadêmica Nacional, composta por titular e suplente;
III. representação da Pós-Graduação da Sede, composta por titular e suplente;
IV. representação do Colegiado Acadêmico Institucional de cada região geográfica do país com instituição associada ao ProfDocência-EPT, escolhido por seus pares, composta por titular e suplente;
V. representação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), composta por titular e suplente;
VI. representação de membro do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED;

VII. representação do corpo discente, composta por titular e suplente.

A Coordenação Geral do ProfDocência-EPT, composta de coordenador e vice coordenador, é nomeada pelo IFRN, instituição proponente, mediante indicação feita pelo Colegiado Acadêmico Institucional, após eleição dentre os docentes permanentes do ProfDocência-EPT do IFRN.

a) Conselho Gestor

O Conselho Gestor, composto por todos os membros da Comissão Nacional, realiza a gestão administrativa do Programa, com as seguintes competências e atribuições:

I. conduzir o Coordenador Geral e Coordenador Adjunto da ProfDocência-EPT à coordenação e à vice-coordenação do programa, respectivamente;
II. estabelecer as diretrizes gerais do Programa de Pós-Graduação;
III. coordenar as ações de proposição, implantação e desenvolvimento do ProfDocência-EPT, com apoio dos órgãos assessores do ProfDocência-EPT;
IV. decidir sobre os planos de utilização de recursos financeiros vinculados ao Programa;
V. conduzir processos de autoavaliação e de planejamento estratégico do Programa, com apoio dos órgãos assessores do ProfDocência-EPT;
VI. apreciar e propor convênios e termos de cooperação de interesse do programa com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
VII. homologar sobre a admissão de novas IES à ProfDocência-EPT;
VIII. apreciar o Relatório Anual de Atividades elaborado pela Comissão Acadêmica Nacional;
IX. funcionar como instância recursal de questões das Comissões Acadêmicas Institucionais;
X. deliberar sobre questões não previstas nesse Regimento;
XI. propor ao CONSUP as modificações dos termos deste Regimento.

Todos os membros da Comissão Nacional têm direito a voto nas deliberações do Conselho Gestor.

b) Comissão Acadêmica Nacional

A Comissão Acadêmica Nacional é um órgão executivo, subordinada ao Conselho Gestor, composta pelos seguintes membros:

I. Coordenação, composta por coordenador e vice coordenador e secretaria;
II. Coordenadores das Comissões de Pós-Graduação locais;

III. duas representações do corpo docente nacional, compostas por titular e suplente, eleitas pelos Colegiados Acadêmicos Institucionais, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;

IV. uma representação discente, composta por titular e suplente, eleita entre os pares, com mandato de um ano, não permitida a recondução;

V. uma representação do IFRN, designada pelo Conselho Superior do IFRN, composta por titular e suplente.

O Coordenador Acadêmico Nacional preside a Comissão Acadêmica Nacional e, sempre que necessário, decidirá demandas submetidas à Comissão exercendo voto de minerva.

Compete à Comissão Acadêmica Nacional:

I. supervisionar o trabalho das Coordenações das Comissões Acadêmicas Institucionais;

II. orientar os trabalhos das comissões assessoras;

III. dirigir as reuniões da Comissão Acadêmica Nacional;

IV. propor ementas, carga horária e programas das disciplinas de pós-graduação, ouvidos os docentes, discentes e Comissão de Autoavaliação;

V. avaliar as disciplinas obrigatórias e optativas do ProfDocência-EPT;

VI. elaborar o calendário de atividades e a programação acadêmica das disciplinas da ProfDocência-EPT para o período letivo, respeitando as especificidades de cada Comissão da Pós-Graduação;

VII. deliberar sobre a criação, alteração e extinção de linhas de pesquisa, disciplinas obrigatórias e optativas e outras atividades e componentes da Estrutura Curricular do Programa;

VIII. coordenar a elaboração do material didático nacional e a criação e utilização de ferramentas informáticas para ensino e comunicação à distância, como conteúdo de referência;

IX. criar e extinguir coordenações técnicas nacionais para atender às necessidades de funcionamento do ProfDocência-EPT e designar os respectivos titulares e o presidente ouvidos as Comissões de Pós-Graduação locais;

X. estimular a integração da pós-graduação com o ensino de graduação e a educação básica, responsabilizando-se pela boa execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do ProfDocência-EPT;

XI. elaborar normas e procedimentos e deliberar sobre os critérios para credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de professores;

XII. elaborar normas e procedimentos e deliberar sobre os critérios para credenciamento e descredenciamento de instituições associadas;

XIII. organizar e homologar anualmente edital público contendo as normas gerais para processo seletivo de ingresso discente;

XIV. manter atualizada toda a documentação relativa ao ProfDocência-EPT, inclusive o seu portal na internet;

XV. elaborar e encaminhar o Relatório Anual de Atividades do ProfDocência-EPT ao Conselho Gestor;

XVI. certificar o cumprimento dos requisitos nacionais para conclusão do curso trazidos neste Regimento;

XVII. apoiar a realização de atividades complementares, tais como eventos, palestras e minicursos, nas Instituições Associadas;

XVIII. manter atualizados os sistemas informáticos acadêmicos, de acompanhamento e avaliação.

6.2 COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Comissão da Pós-Graduação é uma unidade organizacional de gestão acadêmica presente em cada Instituição Associada.

São membros da Comissão da Pós-Graduação:

I. A Coordenação Local, composta por coordenador(a) e vice coordenador(a);

II. os docentes credenciados ao Programa;

III. representação discente por titular e suplente;

IV. representante técnico-administrativo do Programa.

A Comissão da Pós-Graduação é composta pela Coordenação Local e pelo Colegiado Acadêmico Institucional.

A Coordenação Local é composta por:

I. coordenador(a);

II. vice coordenador(a);

III. secretário(a).

O Colegiado Acadêmico Institucional é composto por:

I. a Coordenação Local, composta por coordenador(a) e vice coordenador(a);

II. os docentes credenciados ao Programa;

III. a representação discente, composta por 02 (dois) titulares e 02 (dois) suplentes;

IV. o representante técnico-administrativo do Programa.

O Colegiado Acadêmico Institucional poderá atuar como órgão consultivo, deliberativo, normativo e supervisor das atividades acadêmicas do ProfDocência-EPT, no âmbito da instituição associada, observando as determinações da Comissão Nacional e será responsável pela administração acadêmica do curso de mestrado profissional em docência para EPT, em sua instituição.

São competências e atribuições do Colegiado Acadêmico Institucional:

I. deliberar sobre o que for necessário para o bom funcionamento do Programa, do ponto de vista didático, científico e administrativo;
II. definir regras e procedimentos normativos do programa;
III. apreciar o credenciamento, descredenciamento e recredenciamento docente;
IV. gerir recursos financeiros vinculados à Coordenação Local;
V. determinar, em edital público, o número de vagas de cada processo seletivo com base na disponibilidade de orientação nas linhas de pesquisa;
VI. acompanhar o desempenho acadêmico dos discentes e, quando for o caso, determinar desligamentos do Programa;
VII. apreciar pedidos de mudança de orientação e de coorientação;
VIII. atribuir ou revalidar créditos obtidos em curso de pós-graduação equivalente em outros Programas;
IX. deflagrar o processo consultivo para escolha da coordenação do Programa na Coordenação Local, conforme as normas de cada IES;
X. apreciar e deliberar sobre quaisquer demandas do corpo docente e discente do Colegiado Acadêmico encaminhadas por via de processo administrativo;
XI. indicar os representantes discentes para a Comissão Nacional da ProfDocência-EPT;
XII. deliberar, quando convocado pelo coordenador, ou pela maioria absoluta de seus membros, sobre os casos omissos no âmbito de suas atribuições legais e opinar sobre quaisquer outras matérias do interesse do Programa.

6.3 COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO

São membros da Comissão de Autoavaliação: os professores permanentes, estudantes com matrícula ativa e egressos eleitos, conforme composição discriminada a seguir:

I. 01 (um) coordenador que atua como presidente, escolhido entre os docentes eleitos;
II. 01 (um) docente permanente por instituição associada;
III. 01 (um) docente colaborador por instituição associada, se houver;
IV. 01 (um) servidor técnico-administrativo do Programa por instituição associada;
V. 01 (um) discente regularmente matriculado por instituição associada;
VI. 01 (um) egresso como representante da comunidade externa por instituição associada.

São competências e atribuições da Comissão de Autoavaliação:

I. elaborar, ouvindo os segmentos do Programa, o Plano de Autoavaliação e seus instrumentos de monitoramento das ações e da produção acadêmica e científica para aprovação pela Comissão Nacional do ProfDocência-EPT e pelo Colegiados Acadêmicos Institucionais;
II. elaborar o Plano de Autoavaliação como projeto de pesquisa científica de natureza aplicada;
III. submeter o projeto de pesquisa da autoavaliação do Programa ao Comitê de Ética em Pesquisa;
IV. promover a sensibilização da comunidade acadêmica sobre a relevância do envolvimento de todos no processo de autoavaliação;
V. construir um banco de dados para o registro de informações e das ações realizadas no processo de autoavaliação e da pesquisa;
VI. coletar de docentes, discentes, gestores, servidores técnico-administrativos e egressos dados e opiniões sobre o programa e sua dinâmica de funcionamento;
VII. promover a discussão e a análise dos dados coletados;
VIII. elaborar o relatório circunstanciado de autoavaliação quadrienal com ênfase nos pontos fortes e fracos e nas sugestões de melhorias do programa, antes do encerramento do período de avaliação do Programa;
IX. constituir, anualmente, espaços de discussão e acompanhamento da produção acadêmica e científica, bem como de sua divulgação e comunicação;
X. implantar a autoavaliação como um processo permanente e continuado com registros anuais de ações e procedimentos de comunicação e divulgação como forma de retroalimentação para melhorias constantes do Programa.

6.4 COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Comissão de Planejamento Estratégico é responsável pelo diagnóstico das futuras ações com o objetivo de auxiliar o ProfDocência-EPT na condução de ajustes no processo formativo, adotando medidas para reforçar pontos fortes e minimizar fragilidades, além de considerar as oportunidades e ameaças externas que podem ter impactos positivos ou negativos à consolidação da excelência do Programa.

São membros da Comissão de Planejamento Estratégico: professores permanentes, estudantes com matrícula ativa e egressos eleitos, conforme composição discriminada a seguir:

I. 01 (um) coordenador que atua como presidente, escolhido entre os docentes eleitos;
II. 01 (um) docente permanente por instituição associada;
III. 01 (um) docente colaborador por instituição associada, se houver;
IV. 01 (um) servidor técnico-administrativo do Programa por instituição associada;
V. 01 (um) discente regularmente matriculado por instituição associada;
VI. 01 (um) egresso por instituição associada como representante da comunidade externa.

6.5 COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento de egressos é peça fundamental de avaliação do sucesso do ProfDocência-EPT. As informações referentes aos egressos são essenciais, pois permitem desvelar elementos que contribuem tanto para a avaliação do curso como para sua a contribuição para formação acadêmica dos egressos e seu nível de satisfação com a vida profissional, entre outros. A ausência dessas informações, muitas vezes, é resultado da inexistência de um sistema eficiente de acompanhamento de egressos por parte das Instituições de Ensino Superior (Batista *et al*., 2016).

Existe uma diversidade de formas para realizar essas avaliações de cursos (Meira; Kurcgant, 2009). Dentre elas, é comum que o acompanhamento seja realizado por meio de questionários enviados aos egressos.

O surgimento dos observatórios de egressos foi motivado pela necessidade de organizar dados de diferentes fontes de informação para viabilizar a tomada de decisão em nível estratégico (Soares *et al*., 2018). Nesse contexto, as redes sociais virtuais abrem a possibilidade de usar os dados públicos dos usuários para a pesquisa de egressos de uma instituição de ensino para acompanhamento de sua carreira ou dar prosseguimento a seus estudos.

O desenvolvimento das tecnologias atuais permite que sejam realizadas a captura e o cruzamento de dados de diferentes fontes de informações como a rede Social Linkedin e a Plataforma Lattes, por exemplo. Conforme já demonstrado por Calado (2021), é possível criar um observatório de egressos por meio de processamento de informações disponíveis nas redes sociais utilizando técnicas de Inteligência Artificial (IA).

Nesse sentido, a proposta de acompanhamento de egressos do ProfDocência-EPT é a de realizar a convergência das técnicas tradicionais desse acompanhamento com tecnologias de vanguarda, utilizando técnicas avançadas de IA Inteligência Artificial, com o intuito de criar um robusto observatório de acompanhamento de egressos, o qual sirva de modelo para outros programas de pós-graduação.

Para acompanhar os egressos de forma mais efetiva, tem-se a Comissão de Acompanhamento de Egressos no ProfDocência-EPT, cujos integrantes são professores permanentes, estudantes com matrícula ativa e egressos eleitos, conforme composição discriminada a seguir:

I. 01 (um) coordenador que atua como presidente, escolhido entre os docentes eleitos;
II. 01 (um) docente permanente por instituição associada;
III. 01 (um) docente colaborador por instituição associada, se houver;
IV. 01 (um) servidor técnico-administrativo do Programa por instituição associada;
V. 01 (um) discente regularmente matriculado por instituição associada;
VI. 01 (um) egresso por instituição associada como representante da comunidade externa.

6.6 COMISSÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E APOIO PEDAGÓGICO

Por se constituir em um Programa em rede com instituições em todas as regiões do país, o ProfDocência-EPT fará uso da mediação das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas. Por isso, necessita de uma plataforma virtual de aprendizagem que albergue o Programa, com salas destinadas às disciplinas optativas e salas destinadas à administração pedagógica. As disciplinas obrigatórias serão de oferta presencial e contarão com apoio do ambiente virtual de aprendizagem apenas para inserção do material utilizado em todas as Instituições Associadas, como forma de unificar e dar coerência à disciplina.

Assim, a fim de democratizar o acesso dos estudantes às diversas disciplinas optativas, optou-se por utilizar as tecnologias de informação e comunicação para sua oferta nos moldes da

educação à distância para esses componentes curriculares. Essa decisão, no entanto, não caracteriza o curso como EaD, uma vez que, conforme o Art. 6º, da Portaria Capes n º 90, de 24 de abril de 2019, que dispõe sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade de educação a distância:

A oferta de disciplinas esparsas a distância não caracteriza, *per se*, os cursos como a distância, pois as instituições de ensino podem introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos presenciais reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em parte, utilizem método não presencial, com base na Lei nº 9.394, de 1.996 (Capes, 2019, n.p.).

As disciplinas optativas ofertadas na modalidade EaD, que não é mera transposição do ensino presencial para o ambiente virtual, exigirão novas práticas pedagógicas, novas formas de interação entre professores e estudantes e uma infraestrutura tecnológica robusta. Por isso, todos os profissionais envolvidos receberão formação que discuta as especificidades da educação à distância e as potencialidades do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Contarão com material didático elaborado por especialistas, apoio do AVA do curso em que se pode utilizar, fóruns de discussão, videoconferências, *chats* e *quizzes*, exercícios avaliativos e outros recursos ofertados pelo AVA. Assim, ambiente virtual proporciona um espaço onde o estudante pode interagir com o professor, pode participar de discussões com os colegas e acessar conteúdos de forma síncrona (em tempo real) ou assíncrona (no horário que for mais conveniente).

A oferta das disciplinas optativas na modalidade de educação a distância permite a flexibilidade de horários e locais de estudo, adaptando-se às necessidades dos estudantes que estão na formação em serviço. Além disso, permite que os estudantes matriculados em uma instituição associada possam se matricular em disciplinas optativas de outras instituições associadas sem a necessidade de deslocamento de seu lugar de origem.

O curso será mantido no AVA do IFRN, instituição proponente, uma vez que, dessa forma, as experiências de usuário do aluno ficam centradas em um único ambiente, promovendo a coesão do curso a nível nacional na percepção de estudantes e docentes. O IFRN, com apoio das instituições associadas, dará suporte contínuo a professores e estudantes para o uso eficiente das ferramentas tecnológicas e uso das potencialidades do AVA.

Além do suporte pedagógico, por meio do uso do AVA, a Comissão de Acompanhamento de Tecnologia da Informação e Apoio Pedagógico é responsável pela mensuração da efetividade da formação dos egressos com o intuito de auxiliar o ProfDocência-EPT na condução de ajustes no processo formativo. Dessa forma, dará apoio à Comissão de Acompanhamento de Egressos.

São atribuições e competências da Comissão de Acompanhamento de Tecnologia da Informação e Apoio Pedagógico:

I. dar suporte à Comissão de Autoavaliação e de Acompanhamento de Egressos;
II. elaborar instrumentos com o escopo de coletar informações dos discentes que possibilitem acompanhar o desenvolvimento dos alunos durante o cumprimento das atividades acadêmicas;
III. tratar os dados coletados para identificar fragilidades e propor soluções de melhoria no processo formativo, inclusive os relacionados às questões tecnológicas;
IV. elaborar relatórios com base nas informações compiladas para subsidiar a tomada de decisões estratégicas do programa;
V. Apresentar, ao Colegiado Acadêmico Institucional, um resumo dos dados coletados em que se apontem necessidade de interferência mais urgente do programa para solucionar dificuldades;
VI. propor melhorias no que diz respeito às condições técnicas e pedagógicas do processo formativo;
VII. estruturar e manter o ambiente virtual de aprendizagem condizente com as necessidades do curso.

6.7 COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

A Comissão de Comunicação e Divulgação Científica é responsável pela publicação das informações e produções científicas concretizadas no âmbito do ProfDocência – EPT, promovendo um diálogo constante com servidores, estudantes, corpo técnico e sociedade. Além disso, é responsável pela manutenção da página do Programa.

São órgãos da Comissão de Comunicação e Divulgação Científica:

I. Subcomissão de Eventos;
II. Subcomissão de Publicações.

A Subcomissão de Eventos deve organizar encontros científicos, como seminários, congressos e workshops, bem como aulas inaugurais e outros eventos de extensão e ensino relacionados à pós-graduação, fortalecendo a formação do corpo docente e discente do programa e a divulgação das produções para a sociedade.

Compõem a Subcomissão de Eventos 01 (um) representante docente do Programa e 1 (um) representante discente regularmente matriculado no Programa.

São atribuições e competências da Subcomissão de Eventos:

I. identificar quais eventos periódicos deverão ser organizados pelo programa;

II. definir o período favorável ao evento a ser efetivado pelo programa;
III. identificar quais eventos com pertinência temática ao programa estão sendo realizados e fomentar a participação dos docentes e discentes;
IV. estabelecer metas e cronograma para a realização dos eventos;
V. ser responsável pela logística do processo de organização do evento, desde o planejamento até a execução dos encontros organizados no âmbito do programa;
VI. organizar grupos de discussões;
VII. convidar coordenadores dos grupos de discussões, palestrantes, entre outros que participarão dos eventos.

Os eventos acadêmicos nacionais organizados pelo ProfDocência-EPT poderão acontecer anualmente em cada instituição associada, em sistema de rodízio, no intuito de promover a integração e socialização das pesquisas e produtos educacionais.

Compõem a Subcomissão de Publicações 3 (três) docentes ligados ao Programa e 02 (dois) discentes com atribuição de garantir a transparência ativa no âmbito do programa, identificando as informações relevantes para a sociedade e promovendo a divulgação desses dados de forma tempestiva.

São atribuições e competências da Subcomissão de Publicações:

I. dar apoio à Comissão de Autoavaliação;
II. socializar os requisitos definidos pela Capes para atender às exigências na construção das produções científicas;
III. acompanhar as produções dos docentes do programa, verificando a adequação às normas fixadas pela Capes, propondo melhorias quando possível;
IV. realizar momentos formativos com os discentes para explicar as regras de produção científica exigidas pela CAPES para o funcionamento do programa;
V. organizar possíveis periódicos para publicação com a identificação do qualis (ou sucedâneo) e suas temáticas;
VI. auxiliar na identificação de produções científicas elaboradas no âmbito do programa e verificar a existência de recursos do programa para pagamento da publicação e/ou tradução;
VII. estimular a publicação de resultados de pesquisas, de organização de dossiês e publicação de livros junto às editoras responsáveis e editais existentes.
VIII. manter a página do Programa atualizada;
IX. manter as redes sociais do ProfDocência-EPT atualizadas.

6.8 COMISSÃO DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Em cumprimento das Leis nº 10.098/2000, nº 12.288/2010, nº. 12.711/2012; nº 12.764/2012, nº 13.146/2015, nº 14.254/2021**,** do Decreto nº 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos, estabelecem-se, no ProfDocência-EPT, ações afirmativas para pessoas com deficiência, autodeclarados(as) negros(as) – pretos ou pardos – quilombola, indígenas e transgênero.

Para garantir o ingresso, a permanência e o sucesso dos/as ingressantes no curso, pretende-se desenvolver um trabalho pedagógico fundamentado na perspectiva do currículo integrado, conforme estabelecido no PPP/IFSUL. Assim, com base no princípio de um currículo aberto e flexível, busca-se atender às necessidades formativas dos estudantes por meio de metodologias integradoras e acessíveis. Quando necessário, realizar-se-á a adequação curricular, ajustando objetivos, diversificando atividades e formas de avaliação, sempre preservando uma abordagem processual e formativa.

O artigo 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015) enfatiza que o poder público deve promover adaptações razoáveis para esse público, assegurando a implementação de medidas individualizadas e coletivas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência. Isso inclui o planejamento de estudos de caso, a elaboração de planos de atendimento educacional especializado, a organização de recursos e serviços de acessibilidade e a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva com usabilidade pedagógica.

A Comissão de Diversidade e Inclusão tem por finalidade fomentar e assessorar o desenvolvimento de ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, através da cultura para a convivência, a defesa dos direitos humanos, o respeito às diferenças, a inclusão de Pessoas com Deficiência, autodeclarados(as) negros(as) – pretos ou pardos – quilombola, indígenas e transgênero, através da valorização da identidade étnico-racial, o combate ao racismo, homofobia, sexismo e demais formas de discriminação.

A Comissão de Diversidade e Inclusão é composta por:

I. 01 (um) coordenador que atua como presidente, escolhido entre os docentes eleitos;
II. 01 (um) docente permanente por instituição associada;
III. 01 (um) docente colaborador por instituição associada, se houver;
IV. 01 (um) servidor técnico-administrativo do Programa por instituição associada;
V. 01 (um) discente regularmente matriculado por instituição associada;

VI. 01 (um) egresso por instituição associada como representante da comunidade externa.

Compete à Comissão de Diversidade e Inclusão:

I. apoiar a gestão interinstitucional do Programa, na promoção da defesa dos direitos humanos, o respeito às diferenças, a inclusão de Pessoas com Deficiência, população negra e da comunidade indígena, através da valorização da identidade étnico-racial, o combate ao racismo, homofobia, sexismo e demais formas de discriminação;

II. incentivar e apoiar o uso, produção e inovação de recursos de tecnologias assistivas e materiais didáticos acessíveis por estudantes e docentes;

III. auxiliar, acompanhar e avaliar as ações afirmativas do Programa de Pós-Graduação;

IV. promover e incentivar a oferta de capacitação de servidores para atendimento às pessoas com deficiência e outras necessidades específicas, para a valorização da cultura afrobrasileira e indígena e para a disseminação de estudos relacionados ao gênero e diversidade;

V. articular-se com as ações dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Napne), os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), os Núcleos de Gênero e Diversidade (NEGEDI), das instituições associadas;

VI. promover ações interinstitucionais voltadas à implementação das políticas de acessibilidade, inclusão e o respeito à diversidade;

VII. incentivar e orientar a identificação e análise das necessidades de adequações curriculares para os/as estudantes com dificuldades de aprendizagem, construindo alternativas metodológicas para uma aprendizagem mais significativa para os/as estudantes;

VIII. executar outras funções que, por sua natureza, lhe sejam pertinentes ou que lhe tenham sido designadas.

As Comissões previstas no âmbito do ProfDocência-EPT poderão atuar de forma articulada e integrada, sempre que necessário para o desempenho de suas atribuições institucionais, observadas as competências, diretrizes e finalidades específicas de cada instância, com delineamento no regimento. Essa articulação tem por finalidade promover a otimização dos processos de gestão, acompanhamento, planejamento e avaliação institucional, considerando o quantitativo de docentes da Instituição Associada (IA) e a disponibilidade de recursos humanos

destinados às atividades administrativas, de modo a favorecer a eficiência administrativa, a cooperação intercomissões e a racionalização das atividades desenvolvidas.

7. COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIOS

A internacionalização no contexto dos Institutos Federais foi aprovada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) (Conif,2009), por meio do documento “Política de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia", o qual orienta a implementação de estratégias de internacionalização em toda a RFEPCT. Essa política busca integrar as ações dos Institutos Federais, promovendo uma abordagem coordenada e estratégica para a internacionalização do ensino, pesquisa e extensão. O documento estabelece diretrizes para fortalecer as relações internacionais, transferir a ampliação das oportunidades de cooperação acadêmica e científica, a mobilidade de estudantes e professores, a troca de conhecimentos e a construção de parcerias globais. Ao seguir uma estratégia de concepção nacional, a política procura garantir que os processos de internacionalização sejam consistentes e alinhados com os objetivos institucionais, atendendo às demandas locais e globais e promovendo uma educação de qualidade.

7.1 INTERNACIONALIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS

A internacionalização constitui dimensão estratégica para o fortalecimento da EPT, na medida em que amplia as possibilidades de cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural entre instituições nacionais e estrangeiras. Nesse contexto, as Instituições Associadas do ProfDocência-EPT políticas e ações voltadas à inserção internacional, por meio da celebração de acordos de cooperação, programas de mobilidade acadêmica, intercâmbio de estudantes e servidores, desenvolvimento de pesquisas em rede, oferta de formação conjunta e participação em organismos e redes internacionais. Tais iniciativas contribuem para a qualificação das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, promovendo a circulação de conhecimentos, o fortalecimento institucional e a construção de redes colaborativas. Além disso, as experiências de internacionalização desenvolvidas pelas Instituições Associadas potencializam a formação acadêmica e profissional dos discentes e docentes do programa, favorecendo o diálogo intercultural, a produção científica compartilhada e a ampliação das oportunidades de inserção em contextos educacionais e tecnológicos internacionais. Neste tópico, serão apresentadas as principais ações, diretrizes, parcerias e estratégias de internacionalização desenvolvidas por cada

Instituição Associada (IA), evidenciando suas experiências, redes de cooperação e iniciativas voltadas ao fortalecimento da atuação internacional no âmbito do ProfDocência-EPT.

7.1.1 Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)

A Pró-Reitoria de Extensão do IFAM, por meio da Coordenação Geral de Relações Institucionais e Cooperações, tem como objetivo a formalização de parcerias estratégicas que não envolvem repasse de recursos financeiros, tais como Acordos de Cooperação Técnica, Acordos de Cooperação e Protocolos de Intenções, Convênios de Concessão de Estágio e Contratos não Onerosos.

A celebração desses instrumentos de cooperação é fundamental para o fortalecimento das ações de extensão, pesquisa, ensino e inovação no IFAM. Por meio dessas parcerias, ampliam-se as oportunidades para estudantes e servidores, enriquecendo sua formação acadêmica e profissional. Além disso, essas colaborações contribuem diretamente para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região, uma vez que integram projetos de interesse comum entre o IFAM e outras instituições.

Dessa forma, as parcerias contribuem para o avanço de projetos estratégicos e para a formação qualificada dos alunos, gerando benefícios concretos tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral.

Essas colaborações, portanto, são essenciais para consolidar o papel do IFAM como agente transformador no desenvolvimento sustentável da Amazônia e na promoção de educação de qualidade.

Atualmente, o IFAM possui protocolos e acordos de cooperação com as instituições internacionais apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Instituições que possuem convênio com o IFAM

País	Instituição
Canadá	North Island College
Colômbia	Gobernación de Guainia Universidad Nacional de Colombia Servicio Nacional de Aprendizaje Tecnologico de Antioquia
Espanha	Universidade de Santiago de Compostela Universidade de Vigo

Finlândia	Tampere University
França	Embaixada da França no Brasil
Portugal	Instituto Politécnico de Castelo Branco Instituto Politécnico de Leiria Instituto Politécnico de Bragança Instituto Politécnico de Tomar Instituto Politécnico do Porto Instituto Politécnico de Coimbra Association Artech-International Universidade de Aveiro
Japão	SOKA University

Fonte: Dados disponíveis em: http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/extensao/proex/acoes-inclusivas. Acesso em 23 nov. 2024.

7.1.2 Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB)

A Assessoria de Relações Internacionais do Instituto Federal de Brasília (IFB) tem como missão desenvolver uma política institucional de cooperação internacional, promovendo o intercâmbio científico, tecnológico, artístico e cultural entre o IFB e instituições nacionais e internacionais. Suas principais atribuições incluem estabelecer parcerias, planejar e coordenar ações para fortalecer o relacionamento internacional, incentivar o desenvolvimento de projetos interinstitucionais, estudos, avanços, cursos e pesquisas em diversas áreas, além de divulgar informações sobre oportunidades de cursos, bolsas de estudo e programas em instituições internacionais, beneficiários de alunos e servidores do instituto.

A internacionalização do IFB segue as seguintes estratégias/ações:

a) Criação e estruturação das assessorias e/ou diretorias de relações internacionais dos Institutos Federais;

b) Capacitação dos assessores/diretores de relações internacionais e equipe técnica;

c) Promoção de acordos com instituições estrangeiras;

d) Incentivo a projetos de cooperação técnica;

e) Realização de atividades de mobilidade de estudantes, docentes e técnicos administrativos;

f) Incentivo ao intercâmbio no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;

g) Atualização do portal de ensino profissional e tecnológico internacional;

h) Fomento à prática de línguas e de intercâmbio cultural/centro de línguas;

i) Atuação consonante com as diretrizes da SETEC/MEC;

j) Interação com agências e organismos de cooperação nacionais e internacionais.

As diretrizes para a internacionalização no Instituto Federal de Brasília (IFB) visam atender ao tripé Ensino - Pesquisa e Inovação - Extensão e Cultura, bem como fortalecer uma cultura institucional voltada para a interação global, proporcionando um ambiente acadêmico multicultural e multilíngue. As ações incluem iniciativas para a internacionalização do currículo, parcerias com instituições, desenvolvimento de competências linguísticas e engajamento em temas globais, como saúde, direitos humanos e desenvolvimento sustentável. Os objetivos principais incluem: promoção da cultura de internacionalização e incentivo a práticas que incorporem uma visão internacional no ensino, pesquisa e extensão, alinhadas com os princípios da educação profissional e tecnológica.

Quadro 2 - Instituições que possuem convênio com o IFB

País	Instituição
Redes internacionais	Rede Internacional Acadêmica da Lusofonia - RIAL
Alemanha	Staatliche Ballettschule Berlin und Schule für Artistik
Angola	Universidade Kimpa Vita Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude Universidade Metodista de Angola
Benin	Lycée Agricole Mèdji de Sékou
Canadá	International Language Schools of Canada - ILSC Camosun College
Colômbia	Institución Universitaria Colegio Mayor de Antioquia - ColMayor Institución Tecnológica Colegio Mayor de Bolívar - ITCMB Instituto de Cultura Brasil-Colômbia - IBRACO
Dinamarca	Danish National School of Performing Arts

Espanha	Ministerio de Educación, Cultura y Deporte
Estados Unidos	Association for Heritage Preservation of the Americas - ApoyOnline Emory University Community College for International Development - CCID Highline College
Finlândia	Tampere University of Applied Sciences - TAMK Kainuu Vocational College - KAO Kajaani University of Applied Sciences - KAMK
França	Centre International d'Études Pédagogiques - CIEP
Irlanda	Institute of Technology Blanchardstown
Inglaterra	IamtheCODE Foundation
Itália	Scuola di Alta Formazione, e StudiSpecializzati per Professionisti - SAFES
Moçambique	Associação Fórum dos Acadêmicos de Moçambique - AFAMO Instituto Superior de Comunicação e Imagem de Moçambique - ISCIM Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência - ISFIC Universidade Técnica Diogo Eugénio Guilande - UTDEG Secretaria de Estado do Ensino Técnico e Profissional - SEETP
Peru	Instituto del Sur
Portugal	Centro de Formação Profissional da Reparação Automóvel - CEPRA Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD Cooperativa de Formação e Animação Cultural - COFAC Instituto Politécnico de Bragança - IPB Instituto Politécnico de Castelo Branco - IPCB Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - IPCA Instituto Politécnico de Coimbra - IPC Instituto Politécnico de Santarém - IPSantarém Universidade de Lisboa - ULisboa
Sudão	Embaixada do Brasil no Sudão National Council on Technical and Technological Education

	(NCTTE)
Suíça	International Telecommunication Union - ITU
Suriname	The Polytechnic College Suriname

Fonte: Dados disponíveis em: https://www.ifb.edu.br/internacional/acordos-de-cooperacao. Acesso em 23 nov. 2024.

7.1.3 Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL)

A Diretoria de Assuntos Internacionais (ligada à Reitoria do IFSul) possui como objetivo estimular e operacionalizar trocas de experiências entre as várias instâncias de trabalho deste IF e instituições nacionais e internacionais, tais como intercâmbio de alunos e servidores (docentes/pesquisadores; técnico-administrativos) e desenvolvimento de projetos interinstitucionais, dando ênfase a qualquer atividade relacionada com a cooperação nacional e internacional. As atribuições principais desta Diretoria são:

a) Estabelecer vínculos de cooperação entre o Instituto Federal Sul-rio-grandense e instituições nacionais e internacionais;

b) Planejar, coordenar e executar as ações que promovam o relacionamento internacional;

c) Produzir e encaminhar propostas dos vários setores de trabalho do IFSul para organismos de fomento internacional;

d) Acompanhar o desenvolvimento de propostas junto aos organismos de fomento;

e) Conceber estudos e projetos nas múltiplas áreas do conhecimento, em articulação com os diversos setores operacionais do IFSul, junto a entidades financiadoras públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, buscando a captação de recursos para o desenvolvimento de planos;

f) Promover intercâmbio com instituições similares ao IFSul, instituições universitárias e outros organismos nacionais e internacionais, estimulando o desenvolvimento de projetos, estudos, estágios, cursos e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento;

g) Estabelecer vínculos com outros organismos internacionais que desempenham atividades correlatas, visando ao constante fortalecimento e ao aperfeiçoamento das ações do IFSul;

h) Divulgar informações sobre cursos, bolsas de estudo e programas de instituições internacionais.

No Quadro 3 estão listadas as Instituições com as quais o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense possui um Protocolo de Intenções vigente, o qual possibilita ações conjuntas no futuro, a serem formalizadas através de Convênios Específicos que são acordos entre duas ou mais Instituições públicas ou privadas celebrados a fim de executar mobilidade, dupla diplomação ou outras ações de interesse comum.

Quadro 3 - Instituições que possuem convênio com o IFSul

País	**Instituição**
Brasil	AFS Intercultura Brasil - Rio de Janeiro, RJ
Alemanha	Fachhochschule Trier - Standort Umwelt-*Campus* Birkenfeld Universidade de Ciências Aplicadas de Trier (FH)
Canadá	British Columbia Institute of Technology - Burnaby, British Columbia Camosun College (Canadá) - Victoria, British Columbia Niagara College Canada - Ontario
Colômbia	Corporación Tecnológica de Bogotá (CTB) Bogotá Fundación Tecnologica Liderazgo Canadiense Internacional (LCI) Bogotá Universidad de Ciencias Aplicadas Y Ambientales (UDCA) Bogotá Universidad de Antioquia Colômbia Instituto Tecnológico Metropolitano Medellin Universidad de San Buenaventura Medellin
Escócia	City of Glasgow College - Glasgow, Escócia
Espanha	Universidad de Léon León Universitat Politècnica de CatalunyaBarcelona
Estados Unidos	Alamo Colleges (AC) - San Antonio, Texas Buffalo State University - Buffalo, NY
França	A cadémie de Montpellier - Montpellier Lycée Eugène Livet - Nantes - Nantes

	Lycée Dhuoda - Nimes - Nîmes Lycée Washington Touchard - Le Mans - Le Mans Université de Technologie de Compiègne (UTC) - Compiègne Ècole des Mines d´Alès - Alès Instituto Francês de Mecânica Avançada (Institut Français de Mécanique Avancée) - Aubière
México	Instituto Tecnológico Superior de Libres - Municipio de Libres
Portugal	Instituto Politécnico de Bragança (IPB) - Bragança Universidade de Aveiro - Aveiro Universidade de Lisboa - Lisboa Instituto Politécnico do Porto - Porto
Uruguai	Consejo de Educación Tecnico Professional - Universidad del Trabajo del Uruguay (CETP - UTU) - Montevidéu Universidad Tecnológica del Uruguay - UTEC - Uruguai

Fonte: Dados disponíveis em: https://www.ifsul.edu.br/instituicoes-parceiras. Acesso em 23 nov. 2024.

Além dos convênios citados no Quadro 6, o IFsul possui as escolas de fronteira, as quais ofererecerem os cursos binacionais, trazendo um inegável avanço na educação tecnológica brasileira e na educação dos países vizinhos. Essas escolas têm como beneficiários o Brasil, o Uruguai e a Argentina, que, desde a década de 90, por meio das discussões no âmbito do Mercosul, ensaiavam a concretização desta parceria pioneira. Em 2006, o IFSul, ainda na condição de CEFET, estabeleceu uma importante relação com *Consejo de Educación Técnico Profesional - Universidad del Trabajo del Uruguay* (CETP-UTU) em reunião realizada em Montevidéu com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores. Já em 2007, foram realizados cursos de capacitação envolvendo docentes do IFSul e mais de 100 servidores do CETP-UTU.

A criação dos Institutos Federais, em dezembro de 2008, possibilitou ações mais concretas com o objetivo de oferecer aos jovens brasileiros e de países fronteiriços uma formação profissional com respaldo de uma diplomação binacional. A autorização de funcionamento do *campus* Santana do Livramento, em 2010, aliado à Escola Técnica de Rivera, veio garantir, efetivamente, o começo dos cursos. Com o *campus* Avançado Jaguarão, em 2014, ampliaram-se as alternativas educacionais, com a oferta de dois novos cursos juntamente com a Escola Técnica de Rio Branco, no Uruguai.

A parceria entre o IFSul e o CETP-UTU se estabelece como referência para os demais Institutos Federais na diplomação binacional de estudantes de dois países de fronteira. Dessa forma, o IFSul quer fortalecer a relação já existente e ampliar as oportunidades na Educação Tecnológica ofertando cursos superiores binacionais, cuja proposição foi apresentada no 2º Encontro dos Institutos de Fronteira do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), em setembro de 2015.

7.1.4 Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito (IFES)

A Assessoria de Relações Internacionais, unidade de apoio imediato à Reitoria, desenvolve, orienta e promove a política de internacionalização do IFES, inserindo a Instituição no cenário internacional por meio da cooperação e do intercâmbio científico, tecnológico, cultural e acadêmico.

Suas principais atividades são:

a) Realizar convênios com instituições estrangeiras de ensino, pesquisa, extensão e inovação;

b) Auxiliar estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos do IFES para a realização de pesquisas e estudos no exterior;

c) Monitorar oportunidades de bolsas de estudos e financiamento a pesquisas e projetos de ensino e extensão para a comunidade acadêmica do IFES;

d) Recepcionar e orientar estudantes, docentes e pesquisadores estrangeiros em visita ao IFES;

e) Promover eventos internacionais no IFES;

f) Realizar acordos para estudo de línguas e trabalho no exterior;

g) Desenvolver projetos voltados para a internacionalização do IFES.

O IFES faz parte das seguintes redes e associações:

a) Rede de Internacionalização da Educação do Espírito Santo (Riees), junto com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a Universidade Vila Velha (UVV), a Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam), a Faculdade de Direito de Vitória (FDV), a Faculdade Centro Leste (UCL) e o Centro Universitário do Espírito Santo (Unesc), de Colatina.

b) Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai) criada em 1988 e reúne gestores e responsáveis de assuntos internacionais de instituições de ensino superior brasileiras. Atua na ampliação do processo de internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras, na promoção do sistema de educação brasileira no exterior e na capacitação profissional de seus associados.

c) Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul e Estados Associados (Arcu-Sul) é um mecanismo permanente de acreditação regional do Setor Educacional do Mercosul. Seu objetivo é dar garantia pública, na região do Mercosul e dos estados associados, dos níveis de qualidade acadêmicos e científicos dos cursos. Os países participantes são Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. No Brasil, a operacionalização do Arcu-Sul no Brasil é feita pelo Inep, que executa o sistema de avaliação nacional de instituições de educação superior e de cursos de graduação.

d) Projeto Centros de Competências para a Inovação (I-Hubs) faz parte de um projeto liderado pela Unesco-Unevoc com o intuito de desenvolver instituições de educação e formação técnica e profissional em todo o mundo, com foco no empreendedorismo, inovação e sustentabilidade. No IFES, o projeto será promovido pelo *Campus* Vila Velha.

e) Rede Internacional Académica da Lusofonia (RIAL) conta com entidades signatárias oriundas de cinco países – Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal. Tem como objetivo facilitar e fomentar a cooperação em nível internacional por meio da atuação em rede, contribuindo para a difusão do conhecimento entre as instituições sediadas nos países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o fortalecimento da língua portuguesa.

O quadro 4 retrata as instituições com as quais o IFES possui convênio.

Quadro 4 - Instituições que possuem convênio com o IFES

País	Instituição
Argentina	Instituto Tecnológico Iguazú - Itec 2024
Brasil	IFAP 2022 Unila 2022

	Unifap e Guiana Francesa 2022
Colômbia	Politécnico Colombiano Jaime Isaza Cadavid 2024 Universidade Nacional da Colômbia 2024
França	Université Côte d'Azur 2022
Rússia	Universidade Agrária de Moscou 2019
Itália	Fondazione Museo Storico del Trentino 2021
México	Universidade Veracruzana 2023
Noruega	Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia (NTNU) 2023
Portugal	Universidade dos Açores 2022 Politécnico de Bragança - 2020 Politécnico de Coimbra 2024 Politécnico de Portalegre 2023 Politécnico do Porto 2023 Politécnico de Viseu 2023 Universidade Trás-Os-Montes e Alto Douro (UTAD) 2023
Rússia	Universidade Agrária de Moscou 2019

Fonte: Dados disponíveis em: https://www.ifes.edu.br/component/content/article/2-uncategorised/21378-cooperacao-internacional-relacoes-internacionais. Acesso em 23 nov. 2024.

7.1.5 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

O processo de internacionalização das ações acadêmicas do IFRN vem ganhando espaço ao longo do tempo e ganhou mais força a partir da assunção de diretrizes no PDI da Instituição em suas duas últimas versões (2014-2018 e 2019-2026). Assim, no IFRN, instituição sede da proposta, estão vigentes 24 (vinte e quatro) parcerias para cooperação internacional em 14 (quatorze) países, a saber: Portugal, Espanha, França, Angola, Argentina, Colômbia, Equador, Costa Rica, Uruguai, Chile, México, África do Sul, Moçambique e Estados Unidos.

Segundo informações da Diretoria de Internacionalização do IFRN, registradas no Sistema Unificado de Administração Pública em 02 de outubro de 2024, o IFRN mantém parcerias de cooperação internacional com instituições de diferentes países, conforme apresentadas a seguir.

Quadro 5 - Parcerias de cooperação internacional do IFRN

Ano/ Registro	Instituição Parceira	País
01/2018	Instituto Politécnico da Guarda	Portugal
01/2019	Universidade de Coimbra	Portugal
01/2021	Universidade de Montpellier – Atividades Físicas e Esportivas	França
02/2021	Universidade de Almería	Espanha
03/2021	Universidade Internacional do Cuanza	Angola
04/2021	Universidade de Buenos Aires – Filosofia e Letras	Argentina
01/2022	Universidade Pedagógica Nacional	Colômbia
02/2022	Universidade Estadual Península de Santa Elena	Equador
03/2022	Universidade do Minho	Portugal
04/2022	Instituto Politécnico do Porto	Portugal
05/2022	Universidade da Coruña	Espanha
06/2022	Universidad Nacional	Costa Rica
07/2022	Universidad Tecnológica	Uruguai
08/2022	AFS Intercultura	Brasil
09/2022	Universidade Jean Monnet	França
01/2023	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	Portugal
02/2023	Instituto Politécnico de Beja	Portugal
03/2023	Universidade do Chile – Filosofia e Humanidades	Chile
04/2023	Rotary Club	Brasil
05/2023	Universidade Nacional del Litoral	Argentina
06/2023	Universidad Autónoma del Estado de México – Turismo e Gastronomia	México
07/2023	University of Western Cape	África do Sul
08/2023	Universidade Católica de Moçambique	Moçambique
01/2024	EducationUSA	Estados Unidos

Fonte: Diretoria de Internacionalização do IFRN/SUAP (2024).

Dentro dos programas de internacionalização das instituições supracitadas, alguns convênios são comuns entre as instituições, conforme apresentado no Quadro 06.

Quadro 6 - Lista de convênios com instituições afins entre as instituições associadas

PAÍS	INSTITUIÇÃO	INSTITUTO FEDERAL
Portugal	Instituto Politécnico de Bragança (IPB) - Bragança	IFSul, IFES, IFB e IFAM
	Instituto Politécnico do Porto - Porto	IFSul; IFES; IFAM E IFRN
	Instituto Politécnico de Castelo Branco	IFB - IFAM
	Instituto Politécnico de Coimbra	IFAM – IFB- IFES
	Universidade de Aveiro	IFAM - IFSul

	Universidade de Lisboa - ULisboa	IFB- IFSul
Finlândia	Tampere University of Applied Sciences - TAMK	IFB – IFAM
Colômbia	Universidad Nacional de Colômbia	IFAM - IFES

Fonte: elaboração própria (2024).

A RFEPCT tem investido na internacionalização tanto no que se refere a visitas técnicas como para formação de docentes e estudantes. Nota-se que há convênios entre instituições europeias norte-americanas e da África, além das latino-americanas, indicando que já existe um desenho de uma rede de colaboração SUL-Norte e Sul-Sul.

Essas parcerias já firmadas são espaços que permitirão o intercâmbio dos estudantes do ProfDocência-EPT tanto para períodos de ensino e pesquisa como para formação de seu próprio corpo docente em estágios de pós-doutoramento. Além disso, os convênios permitem receber professores visitantes para troca de experiências acadêmicas.

8. COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE

A composição do corpo docente foi organizada conforme as diretrizes da Capes para atuação na pós-graduação stricto sensu e distribuída nas duas linhas de pesquisa do ProfDocência-EPT, quais sejam:

1. Políticas, Gestão e Avaliação da/na Educação Profissional e Tecnológica;
2. Currículo, Formação e Trabalho Docente na Educação Profissional e Tecnológica.

O Quadro 7 apresenta a composição do corpo docente com atuação na linha de pesquisa 1, Políticas, Gestão e Avaliação da/na Educação Profissional e Tecnológica.

Quadro 7 - Professores vinculados à linha de pesquisa 1, Políticas, Gestão e Avaliação da/na Educação Profissional e Tecnológica, com indicação de vínculo institucional e formação.

Linha de pesquisa 1 - Políticas, Gestão e Avaliação da/na Educação Profissional e Tecnológica.			
IFRN			
DOCENTE CURRÍCULO *LATTES*	**CPF**	**VÍNCULO INSTITUCIONAL *CAMPUS* DE ATUAÇÃO**	**FORMAÇÃO**

Kadydja Karla Nascimento Chagas https://lattes.cnpq.br/2409854653619871	027.019.374-00	IFRN *Campus Centro Histórico*	Graduação: Licenciatura em Educação Física - UFRN/2001 Mestrado: Educação - UFRN/2007 Doutorado: Educação - UFRN/2014
Lenina Lopes Soares Silva http://lattes.cnpq.br/1487610808390702	107 025 554-87	IFRN *Campus* Santa Cruz	Graduação: Pedagogia - UFRN/1992 Mestrado: Ciências Sociais - UFRN/2006 Doutorado: Ciências Sociais - UFRN/2010
Márcio Adriano de Azevedo http://lattes.cnpq.br/2689467070016983	839.017.014-00	IFRN *Campus* Caicó	Graduação: Pedagogia - UFRN/2002 Mestrado: Educação - UFRN/2006 Doutorado: Educação - UFRN/2010
Neílson Ferreira de Lima http://lattes.cnpq.br/7580097144705724	055.300.224-48	IFRN *Campus* Canguaretama	Graduação: Licenciatura em matemática - UFRPE/2009 Mestrado: Biometria e Estatística Aplicada - UFRPE/2012 Doutorado: Biometria e Estatística Aplicada - UFRPE/2017
Thalita Cunha Motta http://lattes.cnpq.br/9872376684254476	013.425.104-02	IFRN *Campus* Zona Leste	Graduação: Pedagogia - UFCG/2006 Mestrado: Educação - UFPE/2011 Doutorado: Educação - UFPE/2018
IFES			
Elizangela Tonelli http://lattes.cnpq.br/4908961209200145	031.641.767-08	IFES *Campus* Cachoeiro	Graduação: Letras - Inglês - USC/2007 Mestrado: Cognição e Linguagem - UENF/2014 Doutorado: Cognição e Linguagem - UENF/2022
Leonardo Bis dos Santos http://lattes.cnpq.br/9329890613026505	070.626.557-24	IFES *Campus* Vitória	Graduação: Ciências Sociais Licenciatura - UFES/2004 Mestrado: Políticas Sociais - UENF/2007 Doutorado: História - UFES/2016
IFAM			
Ana Maria de Lucena Rodrigues http://lattes.cnpq.br/7711936468049245	417.241.782-53	IFAM *Campus* Eirunepé	Graduação: Letras - UFAM/2000 Mestrado: LETRAS - UFAM/2013 Doutorado: Educação - UFAM/2018
Deuzilene Marques Salazar http://lattes.cnpq.br/4519799169077909	441.449.382-04	IFAM *Campus* Manaus Centro	Graduação: Pedagogia - UFAM/1998 Mestrado: Educação - UFAM/2007 Doutorado: Educação - UFAM /2017
Darlane Cristina Maciel Saraiva	740.497.802-59	IFAM *Campus* Manaus	Graduação: Lic. em Matemática - UFAM/2005

http://lattes.cnpq.br/6175623714692252		Centro	Mestrado: Educação Agrícola - UFRRJ/2016 Doutorado: Educação em Ciências e Matemática - UFMT/2022
Francisco Brandão Aguiar http://lattes.cnpq.br/2507668163907431	033.413.663-69	IFAM *Campus* São Gabriel da Cachoeira	Graduação: Pedagogia - ISEED/2018 Mestrado: Filosofia - UECE/2016 Doutorado: Educação - UFC/2023
Rafael Diego Barbosa Soares http://lattes.cnpq.br/4490186955501605	004.662.453-86	IFAM *Campus* Parintins	Graduação: Lic. em Ciências Biológicas - UESPI/2006 Mestrado: Sustentabilidade de Ecossistemas - UFMA/2013 Doutorado: Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFPI/2019
IFSUL			
Jacinta Lourdes Weber Bourscheid http://lattes.cnpq.br/7246150885320973	451.794.170-15	IFSUL *Campus* Passo Fundo	Graduação: Pedagogia - UNIGRAN/2011 Mestrado: Educação em Ciências e Matemática - PUCRS/2004 Doutorado: Ensino de Ciências e Matemática - ULBRA/2016
João Mário Lopes Brezolin http://lattes.cnpq.br/7941106852092853	883.220.840-72	IFSUL *Campus* Passo Fundo	Graduação: Curso de Ciência da Computação - UPF/2001 Mestrado: Educação - UPF/2011 Doutorado: Ciência da Computação - PUCRS/2017
Leonardo Betemps Kontz http://lattes.cnpq.br/7653904929240644	934.048.160-72	IFSUL *Campus* Pelotas	Graduação: Programa Especial de Graduação de Formação de Professores Para a Educação P. - UFSM/2014 Mestrado: Ciências Sociais - UFPEL/2009 Doutorado: Engenharia de Produção e Sistemas - UNISINOS/2021
Manuela Rosing Agostini http://lattes.cnpq.br/8300799730653589	010.715.580-05	IFSUL *Campus* Passo Fundo	Pós-doutorado em Administração pela Unisinos - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2023). Doutora pela mesma instituição. Pesquisadora visitante na Université Libre de Bruxelles - Bélgica. Mestre em Administração pela Universidade de Caxias do Sul. Possui graduação em Administração - Faculdades Planalto (2007) e graduação em Direito pela Universidade de Passo Fundo (2007).
Sidinei Cruz Sobrinho	001.127.510-32	IFSUL *Campus* Passo Fundo	Doutorado em Educação - pesquisa em Políticas Públicas Educacionais. Mestrado em Filosofia;

http://lattes.cnpq.br/1511454869172404			Especialização em Direitos Fundamentais; Graduação em Direito; Graduação em Filosofia. Aperfeiçoamento Profissional em Direito Educacional e Direito Administrativo aplicado à Gestão Públic
IFB			
Keila Lima Sanches http://lattes.cnpq.br/2337235850907901	727.859.771-49	IFB *Campus* Samambaia	Graduação: Eng. Florestal - UNB/2007 Mestrado: Ciência Florestal - UNB/2009 Doutorado: Ciências Florestais: Economia Florestal - UNB/2014
Ricardo Faustino Teles http://lattes.cnpq.br/7009980883749183	002.058.151-38	IFB *Campus* Samambaia	Graduação: Eng. Florestal - UNB/2006 Mestrado: Ciência Florestal - UNB/2009 Doutorado: Ciências Florestais - UNB/2014 - Tecnologia
Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues http://lattes.cnpq.br/2746315102541238	002.199.961-99	IFB *Campus* Samambaia	Graduação: Pedagogia - UnB/2006 Mestrado: Educação - UCB/DF/2010 Doutor em Educação - UFG/2016 Pós-Doutorado em Educação - UNB/2019
Roger Maia Dias Ledo http://lattes.cnpq.br/9292278627119050	007.208.651-31	IFB *Campus* Samambaia	Licenciatura Biologia - UnB/2008 Mestrado em Educação - UnB/2009 Doutorado em Ecologia - UnB/2016

CEFET/MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Centro Universitário São Camilo Espírito Santo, São Camilo - ES
CUSC - Centro Universitário São Camilo Espírito Santo
FAFILE - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola
FAT - Faculdade Ateneu
UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
USC - Centro Universitário São Camilo
UFV - Universidade Federal de Viçosa
PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
UnB - Universidade de Brasília
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UNICSUL - Universidade Cruzeiro do Sul
URCAMP - Universidade da Região da Campanha
FAFI ARAXÁ - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araxá
UNAL - Universidade Nacional de Colômbia
UniCEUB - Centro Universitário de Brasília
UCB/DF - Universidade Católica de Brasília.

Fonte: elaboração própria (2024).

O Quadro 8 apresenta a composição do corpo docente com atuação na linha de pesquisa 2, Currículo, Formação e Trabalho Docente na Educação Profissional e Tecnológica.

Quadro 8 - Professores vinculados à linha de pesquisa 2, Currículo, Formação e Trabalho Docente na Educação Profissional e Tecnológica, com indicação de vínculo institucional e formação.

Linha de pesquisa 2 - Currículo, Formação e Trabalho Docente na Educação Profissional e Tecnológica.			
IFRN			
DOCENTE CURRÍCULO *LATTES*	**CPF**	**VÍNCULO INSTITUCIONAL *CAMPUS* DE ATUAÇÃO**	**FORMAÇÃO**
Alcindo Mariano de Souza http://lattes.cnpq.br/4798473329850773	150.182.858-42	IFRN *Campus* Caicó	Graduação: Licenciatura em Física - UFRN/2002 Mestrado: Ensino de Física e Ciências - UFRN/2010 Doutorado: Ciências Climáticas - UFRN/2022
Ana Cristina Pereira Lima http://lattes.cnpq.br/3710078170355375	915.940.653-49	IFRN *Campus* Canguaretama	Graduação: História - UFC/2005 Mestrado: História Social - UFC/2009 Doutorado: História - UFC/2019
Claudia Pereira de Lima Parente http://lattes.cnpq.br/1261513624242191	000.603.474-81	IFRN *Campus* Zona Leste	Graduação: Pedagogia - UFRN/2000 Mestrado: Educação - UFRN/2004 Doutorado: Educação - UFRN/2013
Edneide da Conceição Bezerra http://lattes.cnpq.br/3759724967134898	635.179.904-00	IFRN *Campus* Zona Leste	Graduação: Pedagogia - UNIP/2013 Mestrado: Educação - UFRN/2005 Doutorado: Educação - UFRN/2009
Elizama das Chagas Lemos http://lattes.cnpq.br/6267112166781954	052.209.794-42	IFRN *Campus* Zona Leste	Graduação: Tecnologia em Desenvolvimento de Software - IFRN/2008 Mestrado: Sistemas e Computação - UFRN/2011 Doutorado: Tecnologias e Sistemas de Informação - UMinho/2019 Pós-Doutorado em Educação - IPB, Portugal/2024
Emiliana Souza	065.551.964-59	IFRN	Graduação: Letras-Língua

Soares https://lattes.cnpq.br/0124085256630446		*Campus* João Câmara	Portuguesa - UFRN/2008 Mestrado: Estudos da Linguagem - UFRN/2012 Doutorado: Estudos da Linguagem - UFRN/2016
Flávio Rodrigo Freire Ferreira http://lattes.cnpq.br/5928776388071995	051.933.854-51	IFRN *Campus* Canguaretama	Graduação: Ciências Sociais - UFRN/2006 Mestrado: Antropologia Social - UFRN/2009 Doutorado: Ciências Sociais - UNICAMP/2016
Maria da Glória Fernandes do Nascimento Albino http://lattes.cnpq.br/6841720389104014	013.585.407-56	IFRN *Campus* Natal-Central	Graduação: Ciências Biológicas - UFRJ/1992 Mestrado: profissional em Ensino de Ciências Naturais e Matemática - UFRN/2009 Doutorado: Educação - UFRN/2016
Maria José de Oliveira http://lattes.cnpq.br/5311576806091811	490.133.944-34	IFRN *Campus* Caicó	Graduação: Letras - UFRN/1989 Mestrado: Estudos da Linguagem - UFRN/2009 Doutorado: Linguística - UFPB/2018
Nadia Farias dos Santos https://lattes.cnpq.br/5616836577392558	929.336.454-91	IFRN *Campus* Apodi	Graduação: Pedagogia - FFM/1996 Mestrado: Ensino - UERN/2017 Doutorado: Educação - UFPB/2023
Patrícia Carla de Macêdo Chagas https://lattes.cnpq.br/6019611957789728	478.021.706-72	IFRN *Campus* Zona Leste	Graduação: Pedagogia - UFRN/2000 Mestrado: Educação - UFRN/2004 Doutorado: Educação - UMinho, Portugal/2019
Sandra Maria de Assis http://lattes.cnpq.br/2211024380829073	406.777.294-72	IFRN *Campus* Caicó	Graduação: Licenciatura em História - UFRN/1988 Mestrado: Educação Profissional - IFRN/2015 Doutorado: Educação Profissional - IFRN/2023
Silvia Regina Pereira de Mendonça http://lattes.cnpq.br/1645016764489320	776.554.197-87	IFRN *Campus* Zona Leste	Graduação: Licenciatura em Matemática - FICAB/1991 Mestrado: Educação Matemática - UFRN/2005 Doutorado: em Educação - UFRN/2016 Pós-Doutorado: Tecnologias Educacionais - Uminho, Portugal/2019

Tito Matias Ferreira Júnior http://lattes.cnpq.br/4622924113106296	046.237.186-70	IFRN *Campus* Ceará-Mirim	Graduação: Letras - UFMG/2004 Mestrado: Estudos da Linguagem - UFRN/2014 Doutorado: Estudos da Linguagem - UFRN/2019 Pós-Doutorado: UBA, Argentina/2023
Verônica Maria de Araújo Pontes http://lattes.cnpq.br/5868116609416027	422.700.904-97	IFRN *Campus* Mossoró	Graduação: Pedagogia - UFRN/1996 Mestrado: Educação - UFRN/1998 Doutorado: Estudos da Criança - UMinho, Portugal/2009 Doutorado: Educação - UNICAMP/2012
IFES			
Edmundo Rodrigues Junior http://lattes.cnpq.br/8294757167478786	083.173.927-40	IFES *Campus* Cachoeiro de Itapemirim	Graduação: Licenciatura em Física - UFV/2000 Mestrado: profissional em Ensino de Ciências e Matemática - PUC Minas/2008 Doutorado: Ciências Naturais - UENF/2015
Edson Maciel Peixoto http://lattes.cnpq.br/2400061534233661	545.629.376-53	IFES *Campus* Cachoeiro de Itapemirim	Graduação: Licenciatura Plena para a Graduação de Professores - CEFET/MG/1993 Mestrado: Educação - UnB/2009 Doutorado: Educação - UFES/2022
Fabielle Castelan Marques http://lattes.cnpq.br/0930538143260576	083.173.927-40	IFES *Campus* Cachoeiro de Itapemirim	Graduação: Bacharelado e Licenciatura em Química - UFES/2004 Mestrado: Ciências Naturais -UENF/2006 Doutorado: Ciências Naturais - UENF/2017
Geovane Carlos Barbosa http://lattes.cnpq.br/0434333425438480	095.326.207-37	IFES *Campus* Samambaia	Graduação: Licenciatura em Matemática - FAT/2015 Mestrado: Engenharia Ambiental - UFES/2009 Doutorado: Ensino de Ciências e Matemática - UNICSUL/2022
Jorge Henrique Gualandi http://lattes.cnpq.br/3386420572368441	986.079.607-68	IFES *Campus* Cachoeiro de Itapemirim	Graduação: Matemática - FAFILE/2003 Mestrado: Ensino de Ciências e Matemática - PUC Minas/2012 Doutorado: Educação Matemática - PUC-SP/2019

José Carlos Thompson da Silva http://lattes.cnpq.br/3933241054276489	093.675.187-81	IFES *Campus* Cachoeiro	Graduação: Matemática - UFES/2006 Mestrado: profissional em Educação em Ciências e Matemática - IFES/2014 Doutorado: Educação - UFES/20218
Letícia Queiroz de Carvalho http://lattes.cnpq.br/2450281340934414	940.666.637-53	IFES *Campus* Vitória	Graduação: Letras-Português - UFES/2000 Mestrado: Literatura Brasileira - UFES/2004 Doutorado: Educação - UFES/2012
Marcelo Esteves de Andrade http://lattes.cnpq.br/2207456371920204	100.605.497-93	IFES *Campus* Cariacica	Graduação: Licenciatura em Física - UFES/2006 Mestrado: profissional em Ensino de Física - UFRGS/2010 Doutorado: Ensino de Ciências e Matemática - UNICAMP/2023
Paulo José Pereira de Oliveira http://lattes.cnpq.br/3088794937869654	095.065.897-98	IFES *Campus* Cachoeiro de Itapemirim	Graduação: Licenciatura em Física - UFES/2006 Mestrado: Física - UFES/2006 Doutorado: Física - UFES/2010
Thiarla Xavier Dal-Cin Zanon http://lattes.cnpq.br/4458768372376772	093.185.957-35	IFES *Campus* Cachoeiro de Itapemirim	Graduação: Licenciatura em Matemática - CUSC, 2005 Mestrado: Educação - UFES/2011 Doutorado: Educação - UFES/2019
IFSUL			
Carlos Emilio Padilla Severo http://lattes.cnpq.br/5767997369972952	598.601.380-87	IFSUL *Campus* Bagé	Graduação: Informática - URCAMP/1996 Mestrado: Computação - UFRGS/2001 Doutorado: Informática na Educação - UFRGS/2012
Carmen Vera Scorsatto http://lattes.cnpq.br/7488178065111498	581.020.510-00	IFSUL *Campus* Passo Fundo	Graduação: Ciência da Computação - UPF/1997 Mestrado: Educação - UPF/2016 Doutorado: Ciência da Computação - PUCRS/2023
Fabiana Zaffalon Ferreira http://lattes.cnpq.br/4738293642918688	783.253.740-04	IFSUL *Campus* Pelotas	Graduação: Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica - IFSUL/2024 Mestrado: Ciência da Computação -

			PUCRS/2006 Doutorado: Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde - FURG/2022
Josiane de Souza http://lattes.cnpq.br/9361341365953701	011.405.610-22	IFSUL *Campus* Sapucaia do Sul	Graduação: Física - UFRGS/2012 Mestrado: Ensino de Física - UFRGS/2015 Doutorado: Ensino de Física - UFRGS/2020
Lisandro Lemos Machado http://lattes.cnpq.br/2047240300453280	965.605.680-91	IFSUL *Campus* Passo Fundo	Graduação: Ciência da Computação - UPF/2003 Mestrado: Educação - UPF/2011 Doutorado: História - UPF/2024
Nei Jairo Fonseca dos Santos Junior http://lattes.cnpq.br/8201130764970264	000.455.070-66	IFSUL *Campus* Pelotas	Graduação: Filosofia - UNIJUI/2005 Mestrado: Filosofia - UNISINOS/2008 Doutorado: Educação - UFPEL/2017
Pablo Andrei Nogara http://lattes.cnpq.br/8323436856891273	023.981.890-31	IFSUL *Campus* Bagé	Graduação: Química Licenciatura - UFSM/2014 Mestrado: Química - UFSM/2016 Doutorado: Ciências Biológicas - UFSM/2020
Taiser Tadeu Teixeira Barros http://lattes.cnpq.br/4244800535900925	955.559.190-34	IFSUL *Campus* Lajeado	Graduação: Formação Pedagógica para Formadores da Educação Profissional - UNISUL/2011 Mestrado: Engenharia Elétrica - UFRGS/2014 Doutorado: Informática na Educação - UFRGS/2020
Thiago Troina Melendez http://lattes.cnpq.br/2007093562125134	973.108.320-00	IFSUL *Campus* Gravataí	Graduação: Lic. em Matemática - UFRGS/2004 Mestrado profissional: Ensino de Matemática - UFRGS/2013 Doutorado: Educação em Ciências - UFRGS/2019
Vanessa Lago Machado https://lattes.cnpq.br/3380231958453011	021.183.870-59	IFSUL *Campus* Passo Fundo	Graduação: Curso de Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados - IFSUL/2021 Mestrado profissional: Computação Aplicada - UPF/2017 Doutorado: Ciência da Computação UFSC/2024

IFAM			
José Cavalcante Lacerda Junior http://lattes.cnpq.br/4731128445071858	726.203.582-72	IFAM *Campus* Manaus Distrito Industrial	Graduação: Pedagogia - NYLEYA/2020 Mestrado: Educação em Ciências na Amazônia - UEA/2014 Doutorado: Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - UFAM/2018
Gislane Aparecida Martins Siqueira http://lattes.cnpq.br/7524956576077530	112.328.818-64	IFAM *Campus* Maués	Graduação: Letras - FFCLA/1992 Mestrado: Filosofia - UECE/2016 Doutorado: Educação - UFC/2023
Maria Francisca Morais de Lima http://lattes.cnpq.br/5134533993186051	238.770.062-72	IFAM Reitoria- Proex	Graduação: Lic. em Letras - UFAM/1992 Mestrado: Educação - UFAM/2007 Doutorado: Língua portuguesa - PUCSP/2007
Patrik Marques dos Santos http://lattes.cnpq.br/4711856296946600	000.263.552-64	IFAM *Campus* Parintins	Graduação: Lic. em Física - UEA/CESP/2010 Mestrado: Educação em Ciências na Amazônia - UEA/2013 Doutorado: Educação em Ciências e Matemática - UFMT/2022
Selomi Bermeguy Porto http://lattes.cnpq.br/1362186270134493	004.443.572-03	IFAM *Campus* Tabatinga	Graduação: Administração - UFAM/2011 Mestrado: Sociedade e Cultura na Amazônia - UFAM/2017 Doutorado: Sociedade e Cultura na Amazônia - UFAM/2022
Terezinha de Jesus Reis Vilas Boas http://lattes.cnpq.br/6183736331352849	406.515.762-53	IFAM *Campus* Presidente Figueiredo	Graduação: Pedagogia - UNOPAR/2020 Mestrado Prof.: Ensino Tecnológico - IFAM/2015 Doutorado: Educação - UFMT/2020 Pós-Doutorado: Educação em Ciências - UNIOESTE/2021
IFB			
Ana Maria Libório de Oliveira http://lattes.cnpq.br/4609709219632981	569.103.551-72	IFB *Campus* Estrutural	Graduação: Lic. Matemática - FAFI ARAXÁ/1999 Mestrado: Estudos Amazônicos - UNAL, Colômbia/2009 Doutorado: Ciências da Educação - UMinho, Portugal
Andreia Maria da Silva	785.052.911-15	IFB	Graduação: Geografia - UFG/2001

França http://lattes.cnpq.br/7038183559303111		*Campus* Samambaia	Mestrado: Sensoriamento Remoto - INPE/2005 Doutorado: Geologia - UNB/2011
Ângela Beatriz Souza Bertazzo http://lattes.cnpq.br/3500301145615989	334.574.501-10	IFB *Campus* Samambaia	Graduação: Arquitetura e Urbanismo - UNB/1986 Mestrado: Transportes - UNB/2008 Doutorado: Transportes - UnB/2016
Carolina Torres Oliveira http://lattes.cnpq.br/5506343924922411	979.703.361-91	IFB *Campus* Ceilândia	Graduação: Pedagogia - UnB/2006 Mestrado: Educação - UnB/2009 Doutorado: Educação - UnB/2018
Fernanda Freitas Costa de Torres http://lattes.cnpq.br/5116377307441603	039.334.246-82	IFB *Campus* Samambaia	Graduação: Design de Ambientes - UEMG/2002 Mestrado: Ciência Florestal - UFV/2005 Doutorado: Ciência Florestal - UFV/2009 Pós-doutorado: Educação Patrimonial - UNB/2020
Fernanda Ribeiro Queiroz de Oliveira http://lattes.cnpq.br/0371306555474927	771.560.561-15	IFB *Campus* Samambaia	Graduação: Letras - UFG/1999 Mestrado: Letras e Linguística - UFG/2002 Doutorado: Letras e Linguística - UFG/2007 Pós-Doutorado: Letras e Linguística - UFG/2007
Katia Guimarães Sousa Palomo http://lattes.cnpq.br/1624087841228368	451.242.645-00	IFB *Campus* Brasília	Graduação: Direito - UniCEUB/2011 Mestrado: Administração - UnB/1998 Doutorado: Educação - UCB/DF/ 2022
Larissa Andrade de Aguiar https://lattes.cnpq.br/8977200237149124	011.603.071-21	IFB *Campus* Samambaia	Graduação: Licenciatura em Educação Profissional - IFB/2017 Mestrado: Geotecnia - UNB/2010 Doutorado: Geotecnia - UNB/2014
Luiza Mader Paladino http://lattes.cnpq.br/5139614431004085	727.859.771-49	IFB *Campus* Samambaia	Graduação: Bacharel em Artes Visuais - UNB/2010 Mestrado: Estética e História da Arte - USP/2015 Doutorado: Estética e História da Arte - USP/2020
Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos	715.477.624-20	IFB *Campus* Brasília	Graduação: Licenciatura: formação pedagógica para graduados não licenciados -

http://lattes.cnpq.br/0372497978067229			IFG/2020 Mestrado: Engenharia Mecânica - UFPE/2007 Doutorado: Ciências da Informação - UnB/2019

Fonte: elaboração própria (2024).

Os professores apresentados nos quadros 07 e 08 são enquadrados como permanentes, no entanto, o ProfDocência-EPT poderá também credenciar professores colaboradores conforme os critérios da Capes que orientam verificar: produção acadêmica dos professores do quadro permanente é composta por artigos publicados em periódicos, livros, capítulos de livros, projetos de pesquisa (concluídos e em andamento), projetos de extensão (concluídos e em andamento), orientações de doutorado (concluídas e em andamento), orientações de doutorado (concluídas e em andamento), orientações de especialização (concluídas e em andamento), orientação de TCC de graduação (concluídas e em andamento), orientações de iniciação científica (concluídas e em andamento). Esses critérios foram seguidos para a seleção dos professores permanentes, conforme a APCN/Capes-2025.

8.1 NORMAS DE CREDENCIAMENTO, DESCREDENCIAMENTO E RECREDENCIAMENTO DE DOCENTES E DE INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS NO PROFDOCÊNCIA-EPT

Na perspectiva da manutenção da qualidade da oferta e da ampliação de vagas a nível nacional, o ProfDocência-EPT prevê, com base na sua autoavaliação e no planejamento estratégico do Programa, o credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes e de instituições associadas.

8.1.1 Credenciamento, descredenciamento e recredenciamento de docentes

O corpo docente do ProfDocência-EPT em Rede Nacional é integrado por professores efetivos do quadro dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, que pertençam à RFEPCT.

Excepcionalmente, se aceitarão docentes de outras instituições de ensino superior, desde que atendam a todos os requisitos e critérios da Capes e tenham reconhecida competência e saberes na área de atuação do Programa e da linha a que pretende se filiar. O corpo docente será formado por professores com comprovada qualificação e produção científica e tecnológica na área de

conhecimento do programa, sendo composto por professores permanentes, colaboradores e visitantes.

O credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de qualquer docente deve estar em consonância com os critérios de avaliação estabelecidos no documento de área de Ciências e Humanidades para a Educação Básica da CAPES e deve ser aprovado pela Comissão Acadêmica Local e pela Comissão Acadêmica Nacional, com posterior homologação pelo Comitê Gestor do Programa.

Integram a categoria de docentes permanentes aqueles que:

I. desenvolvam atividades de ensino no programa e, além disso, na graduação ou no curso técnico de nível médio;
II. participem de projetos de pesquisa no programa;
III. orientem alunos de mestrado no programa;
IV. tenham vínculo funcional com as instituições ou, em caráter excepcional, se enquadrem em uma das seguintes condições especiais:
    a) tenham sido cedidos, por convênio formal, para atuar na instituição na qual os docentes pleiteiam o credenciamento;
    b) na qualidade de docentes aposentados, que tenham firmado termo de compromisso de participação como docentes do programa, respeitadas as regulamentações de cada instituição associada.

É admitida a participação como docente permanente em até dois programas da mesma instituição ou em instituições diferentes, desde que a carga horária seja compatível com o regime de trabalho, não devendo esta ser a situação majoritária dos docentes do programa.

O docente do ProfDocência-EPT em Rede Nacional tem as seguintes atribuições:

I. cumprir e fazer cumprir os regulamentos do curso;
II. exercer atividades técnicas, científicas e didático-pedagógicas inerentes à sua função;
III. promover a integração entre as dimensões de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo os níveis de graduação ou ensino técnico de nível médio e pós-graduação;
IV. participar de comissões de seleção, de bancas de trabalho de conclusão de curso e de outras que se fizerem necessárias;
V. manter atualizado seu currículo Lattes;

VI. prestar informações ao Coordenador por ocasião de demandas da avaliação ou em outras circunstâncias de interesse do ProfDocência-EPT;

VII. ministrar, ao menos, uma disciplina, obrigatória ou eletiva contidas na matriz curricular do ProfDocência-EPT a cada ano letivo, salvo em caso de licença médica ou afastamento para capacitação;

VIII. ter disponibilidade para orientar um mínimo de dois estudantes a cada processo seletivo;

IX. participar/coordenar projeto de pesquisa registrado em seu currículo Lattes no qual esteja evidenciada relação com a linha de pesquisa a que se filia no ProfDocência-EPT;

X. ter produção coerente com a área do Programa e com a linha de pesquisa a que se filia no ProfDocência-EPT, apresentando, no mínimo, a cada 12 (doze) meses, um artigo em periódico qualificado na área do Programa ou de Ensino ou de Educação ou afins e um produto educacional que atenda aos requisitos propostos pela área;

XI. participar das reuniões do Colegiado Acadêmico Local, sempre que convocado;

XII. participar das reuniões de Alinhamento Conceitual do ProfDocência-EPT, como condição para ministrar as disciplinas do programa;

XIII. realizar ao menos um curso de formação continuada ofertado pelo programa em ambientes virtuais de ensino e aprendizagem a cada vinte e quatro (24) meses;

XIV. encaminhar à secretaria local, de acordo com o cronograma de atividades ou sempre que solicitado, o relatório de aproveitamento dos alunos, os relatórios de orientação, bem como outros documentos necessários ao andamento do Curso e/ou outros requisitados pela Colegiado Acadêmico Local.

a) Credenciamento docente

O pedido individual de credenciamento docente ocorre por ocasião de abertura de edital específico de credenciamento nacional de docentes, publicado de acordo com a necessidade do Programa.

Poderão ser credenciados como docentes do curso professores portadores do título de Doutor, obtido em programas reconhecidos pela Capes, que apresentem produção científica na área do Programa nos últimos vinte e quatro meses, e cumpra os requisitos e critérios postos no edital.

O credenciamento ocorrerá por deliberação da Comissão Nacional, mediante edital, sob demanda das Instituições.

b) Recredenciamento e descredenciamento docente

Todos os docentes credenciados terão seus credenciamentos no curso válidos por vinte e quatro (24) meses, quando poderão ser recredenciados ou descredenciados, caso não atendam aos critérios postos neste projeto do curso. O processo de recredenciamento será feito por edital.

Os docentes que não atenderem aos critérios e requisitos, por ocasião da avaliação da Comissão Acadêmica Local e da Comissão Acadêmica Nacional, receberão uma notificação sobre a insuficiência de sua condição no período. O docente que não atender aos critérios não poderá ofertar vagas de orientação no processo seletivo seguinte. Caso, no prazo de doze (12) meses após notificação, o docente ainda não tenha cumprido os critérios e requisitos previstos no Programa, será descredenciado. O docente que receber a notificação de que ainda não está atendendo aos critérios do Programa manterá as orientações que já possui pelo prazo de doze (12) meses, sendo descredenciado após este período.

O docente descredenciado pode se credenciar novamente, desde que participe de edital nacional aberto para esse fim.

O docente pode solicitar descredenciamento a qualquer tempo, com solicitação escrita dirigida ao Colegiado Acadêmico Local, apresentando sua argumentação.

8.2 REDENCIAMENTO, DESCREDENCIAMENTO E RECREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS

O processo de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de Instituições Associadas no âmbito do ProfDocência-EPT constitui mecanismo estratégico para assegurar a expansão qualificada, a consolidação e a manutenção dos padrões acadêmicos e institucionais do Programa em rede. Fundamentado em critérios de qualidade, viabilidade acadêmica, infraestrutura, compromisso institucional e conformidade com as diretrizes nacionais do Programa, esse processo visa garantir a unidade acadêmica e administrativa da Rede Nacional do ProfDocência-EPT, bem como a sustentabilidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação desenvolvidas pelas Instituições Associadas. Nesse contexto, o presente tópico apresenta as normas, os critérios, os procedimentos e as instâncias responsáveis pelos processos de credenciamento de novas instituições, acompanhamento e avaliação das Instituições Associadas, bem como as condições para recredenciamento e descredenciamento no âmbito da Rede ProfDocência-EPT.

8.2.1 Credenciamento de instituições associadas

As instituições que integram a Rede Nacional do ProfDocência-EPT são denominadas de instituições associadas e são responsáveis, por meio de suas Comissões de Pós-Graduação, por toda a gestão local do ProfDocência-EPT.

A adesão de novas instituições será realizada mediante abertura de edital de credenciamento, elaborado pelo Comitê Gestor e disponibilizado na página do Programa de acordo com o estudo de viabilidade realizado pelo Comitê Gestor, assessorado pelas Comissão de Autoavaliação e de Planejamento Estratégico.

As instituições interessadas em associar-se ao ProfDocência-EPT devem:

I. assegurar o caráter inteiramente gratuito da oferta aos estudantes matriculados no Programa na instituição;
II. proporcionar corpo docente com pelo menos 07 (sete) docentes permanentes, com dedicação mínima de 10 horas ao Programa, com título de doutor/a e experiência compatível com os objetivos do Programa, lotados/as na instituição proponente com qualificação acadêmica e técnica, prevista no Edital, que permitam assegurar a regularidade e a qualidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e de orientação;
III. apresentar infraestrutura física adequada, conforme indicado em Edital, para o desenvolvimento das atividades previstas no Programa;
IV. dispor de acesso a equipamentos de informática atualizados, conectados à rede mundial de computadores e a fontes de informação multimídia para os/as docentes e discentes;
V. comprometer-se com o correto cumprimento dos regulamentos, regimentos e das instruções nacionais, com vistas a manter a unidade do curso na rede.

A proposta de adesão de uma instituição da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia deverá ser encaminhada ao Comitê Gestor do ProfDocência-EPT ou à comissão especial designada para tal fim, juntamente com ofício de encaminhamento, assinado pelo/a Reitor/a ou por pessoa com cargo equivalente na Instituição, solicitando a adesão ao Programa.

Se recomendada a adesão, após apreciação, a instituição deverá enviar, à Coordenação Nacional do ProfDocência – EPT, resolução do Conselho Superior local autorizando a oferta do

curso de mestrado na instituição e portaria de nomeação do/a coordenador/a acadêmico/a local, que deve ser docente permanente, com dedicação mínima de 20 horas ao Programa.

Membros externos vinculados ao Comitê Gestor poderão visitar a instituição que pretende se associar para proceder à avaliação de acompanhamento das atividades.

8.2.2 Descredenciamento de instituição associada

Com o fim de manter a qualidade exigida pelo Programa, as instituições associadas serão avaliadas anualmente. As instituições associadas que não cumprirem o estabelecido nos itens I a V da subseção a desta seção, receberão notificação oficial dirigida ao/a Reitor/a, ao/a Pró-Reitor/a de Pesquisa ou equivalente e ao/a Coordenador/a Acadêmico/a Local da instituição associada, que terá prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data do recebimento da notificação, para apresentar as justificativas, o plano de ação e as providências cabíveis para sanar as inadequações na Instituição Associada.

No processo de acompanhamento:

I. Cabe ao Comitê Gestor do ProfDocência-EPT, assessorado pela Comissão de Autoavaliação, a análise e emissão de parecer sobre as justificativas e as providências enviadas pela Instituição Associada.
II. No caso de ausência de resposta à notificação por parte da instituição, o Comitê Gestor do ProfDocência-EPT indicará o descredenciamento da instituição da Rede ProfDocência-EPT.
III. No caso de não aceitação pelo Comitê Gestor do ProfDocência-EPT das justificativas e providências ou do não cumprimento por parte da Instituição Associada do plano de ação para sanar os problemas, o Comitê Gestor procederá ao descredenciamento da instituição da Rede ProfDocência-EPT.
IV. Em caso de descredenciamento da instituição associada, esta fica obrigada a exercer suas atividades até a conclusão do curso por todos os estudantes matriculados no ProfDocência-EPT.

O não atendimento de oferta mínima de vagas definida para o Exame Nacional de Acesso pela instituição associada sem prévia autorização pela Comissão Acadêmica Nacional durante um ano constitui causa de descredenciamento automático da Rede ProfDocência-EPT e, neste caso, não caberá prévia comunicação por parte do Comitê Gestor sobre o descredenciamento.

A instituição associada descredenciada poderá solicitar novo credenciamento após o encerramento do ciclo avaliativo da Capes, considerando a abertura de edital específico.

O ProfDocência-EPT tem como instância recursal o Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, resguardadas as instâncias institucionais.

9. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo constitui elemento fundamental para o adequado funcionamento acadêmico e administrativo do ProfDocência-EPT, oferecendo suporte às atividades acadêmicas, assistência estudantil, tecnologia da informação e serviços especializados necessários ao desenvolvimento das ações do Programa. A atuação integrada desses profissionais contribui para a eficiência dos processos institucionais, para o acompanhamento das atividades acadêmicas e para o atendimento às demandas de docentes, discentes e coordenações. Neste tópico, apresenta-se a composição do corpo técnico-administrativo disponível para o funcionamento do ProfDocência-EPT no IFSUL *Campus* Passo Fundo.

NOME	ÁREA	GRADUAÇÃO/PÓS-GRADUAÇÃO
Adriana Schleder	Pedagogo	Graduação: Pedagogia – Licenciatura Plena (Universidade de Passo Fundo) Pós- Graduação: Especialização em educação especial: Práticas Inclusivas na Escola (Universidade de Passo Fundo)
Alana Arena Schneider	Téc. em Edificações	Curso Técnico: Edificações (IFSUL) Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo (IMED)
Alex Sebben da Cunha	Tecnólogo em Sistemas para Internet	Curso Técnico: Informática para Internet (IFSUL) Graduação: Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet (IFSUL) Mestrado em computação aplicadaa plicada (Universidade de Passo Fundo) em andamento
Almir Menegaz	Assistente Administrativo	Graduação: Direito (Universidade de Passo Fundo) Pós-graduação: Gestão Pública em andamento
Andréia Kunz Morello	Téc. em Assuntos	Graduação: Licenciatura em História (Universidade de

	Educacionais	Passo Fundo) Pós-Graduação: Mestrado em Educação (Universidade de Passo Fundo)
Ângela Xavier	Enfermeira	Graduação: Enfermagem (ULBRA – Carazinho/RS) Pós-Graduação: Especialização em Enfermagem do Trabalho (Universidade de Passo Fundo) Mestrado em Educação (Universidade de Passo Fundo)
Angelo Marcos de Freitas Diogo	Administrador	Graduação: Bacharelado em Administração (Universidade de Passo Fundo) Especialização: MBA em Gestão Empresarial (FGV)
Bruna da Silva Pereira	Técnico em Edificações	Curso técnico em Edificações (IFSUL) Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo (UFPEL) Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (IMED)
Ciana Minuzzi Gaike Biulchi - Exercício Provisório	Enfermeira	Graduação: Enfermeiro (URI) Especialização em Saúde Coletiva (UNIFRA) Pós-graduação: Mestrado em Envelhecimento Humano (Universidade de Passo Fundo)
Cibele Barêa	Téc. em Assuntos Educacionais	Graduação : Pedagogia – Licenciatura Plena (Universidade de Passo Fundo) Pós-graduação: Especialização em Gestão Escolar (Universidade Castelo Branco) Mestrado em História (Universidade de Passo Fundo)
Cleiton Xavier dos Santos	Contador	Graduação: Bacharelado em Ciências Contábeis (Universidade de Passo Fundo) Pós-graduação: Mba em Economia e Gestão Empresarial (Universidade de Passo Fundo)
Diogo Nelson Rovadosky	Analista de Tecnologia da Informação	Curso Técnico em Processamento de Dados Graduação: Curso de tecnologia em sistemas de informação (Universidade de Passo Fundo) Pós-graduação: Especialização em gerenciamento de projetos (SENAC) Mestrado em Informática Aplicata (Universidade de Passo

		Fundo)
Eliana Xavier da Rocha	Telefonista	Graduação: Gestão Pública (Faculdade Meridional) Pós-graduação: Especialização em Administração e Gestão do Conhecimento (UNINTER)
Everson Gomes Gallina	Técnico em Mecânica	Graduação em Engenharia Mecânica - Universidade de Passo Fundo (UPF) Pós-graduação em Educação - Universidade de Passo Fundo (UPF)
Fernanda Milani	Técnico em Tecnologia da informação	Graduação: Bacharelado em Ciência da Computação (Universidade de Passo Fundo) Pós-graduação: Especialização em administração de banco de dados (SENAC) Mestrado em Informática Aplicada (Universidade de Passo Fundo)
Gislaine Caimi Guedes	Assistente Administrativo	Graduação : Licenciatura em educação física (Universidade de Passo Fundo)
Giuliana Gonçalves do Carmo de Oliveira	Assistente Administrativo	Curso Técnico em segurança do trabalho – área saúde Graduação: Letras (Universidade de Passo Fundo)em andamento
Ionara Soveral Scalabrin	Pedagogo	Graduação: Licenciatura em Pedagogia (Universidade de Passo Fundo) Pós-graduação: Especialização em metodologia de Ensino Religioso (Universidade de Passo Fundo) Especialização em supervisão escolar, Especialização em Orientação Educacional (Universidade de Passo Fundo) Mestrado em Eeducação (Universidade de Passo Fundo) Doutorado em Educação (Universidade de Passo Fundo)
Jaqueline dos Santos	Assistente Administrativo	Graduação: Bacharelado em Administração (Universidade de Passo Fundo) Pós-Graduação: MBA em Gestão de Pessoas (Anhanguera Educacional –Faplan) Mestrado em Administração (IMED)
Juliana Favretto	Téc. em Assuntos	Graduação: Licenciatura em pedagogia (Universidade de

	Educacionais	Passo Fundo) Pós-graduação: Mestrado em educação (Universidade de Passo Fundo) Doutorado em História (Universidade de Passo Fundo)
Karina de Almeida Rigo Martini	Assistente de Alunos	Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa - Universidade Anhanguera - Uniderp (UNIDERP) Mestrado em Letras - Universidade de Passo Fundo (UPF)
Letícia Cecconello	Assistente de Alunos	Graduação: Engenharia Ambiental (Universidade de Passo Fundo) Nutrição (Universidade de Passo Fundo)
Luciano Rodrigo Ferretto	Analista de Tecnologia da Informação	Curso técnico em processamento de Dados Graduação: Bacharel em sistemas de informação (Universidade Luterana do Brasil) Pós-graduação: Especialização em Metodologia do ensino na educação superior (FACINTER) Mestrado em Informática Aplicada (Universidade de Passo Fundo)
Luis Fernando Locatelli dos Santos	Tecnólogo em Gestão Pública	Graduação: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (FACINTER) Pós-Graduação: Especialização em Administração Pública e Gerência de Cidades (FACINTER)
Mariele Luzzi	Bibliotecária	Graduação: Bacharelado em Biblioteconomia (UFRGS)
Micheli Noetzold	Assistente Administrativo	Graduação: Licenciatura em educação física (Universidade de Passo Fundo) Pós-graduação: Especialização em treinamento esportivo (Universidade de Passo Fundo)
Natália Dias	Assistente de Alunos	Graduação: Direito (Universidade de Passo Fundo) Pós-graduação: Especialização em direito previdenciário (Anhanguera – Uniderp) Mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL)
Pablo Caigaro Navarro	Técnico em Mecânica	Técnico em Mecânica (Universidade de Passo Fundo) Tecnologia em Fabricação Mecânica (Universidade de

		Passo Fundo) Engenharia de Qualidade (Universidade de Candido Mendes)
Paula Mrus Maria	Assistente Social	Graduação: Bacharelado em serviço social (Universidade de Passo Fundo) Residência integrada em saúde (Grupo hospitalar conceição – RIS/GHC) Mestrado: Programa de pós- graduação em serviço social (PUC/RS)
Paulo Wladinir da Luz Leite	Motorista	Graduação: licenciatura em educação física (Universidade de Passo Fundo)
Renata Viebrantz Morello	Assistente Administrativo.	Graduação: Licenciatura em letras (Universidade de Passo Fundo) Pós-graduação: Especialização em língua portuguesa: Novos horizontes de estudo e ensino (Universidade de Passo Fundo)
Rodrigo Otavio de Oliveira	Técnico em Mecânica	Curso Técnico: Mecânica (IFSUL) Graduação em Engenharia Mecânica (IFSUL) Pós-graduação em Tecnologia em Gestão Pública (Anhanguera)
Roseli Moterle	Assistente Administrativo.	Graduação: Bacharelado em Administração (Universidade de Passo Fundo)
Roseli Nunes Rico Gonçalves	Assistente Administrativot.	Graduação: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (IFSC) Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede (IFSUL) em andamento
Rossano Diogo Ribeiro	Assistente Administrativo	Graduação: Bacharelado em ciência da computação (Universidade de Passo Fundo)
Silvana Lurdes Maschio	Aux. de Biblioteca	Graduação: Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet (IFSUL) Pós-graduação: Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (IFSUL) em andamento
Willian Guimarães	Psicólogo	Bacharelado em Psicologia (Universidade de Passo Fundo)

		Licenciatura em Letras, Língua PortuguesaPortugeusa, Língua Inglesa e respectivas literaturas (Universidade de Passo Fundo) Especialização em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) Mestrado em Psicologia Social e Institucional (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Doutorado em Psicologia Social e Institucional (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

10. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR E AVALIAÇÃO DISCENTE

A integralização curricular no curso de mestrado será materializada considerando-se o número de créditos mínimos cursados pelos pós-graduandos nos diversos componentes curriculares. O crédito é a unidade para cômputo da duração do componente curricular e corresponde a 15 (quinze) horas relógio. Em horas, o mestrando deverá cumprir, no mínimo, 525 (quinhentas e vinte e cinco) horas, que correspondem a 35 créditos.

Para integralização do currículo do curso de mestrado, o(a) estudante deverá cumprir 35 (trinta e cinco) créditos, no mínimo, em 3 (três) e, no máximo, em 4 (quatro) semestres, com possibilidade de prorrogação por mais um semestre, distribuídos entre 4 (quatro) disciplinas obrigatórias, 3 (três) seminários de pesquisa, 2 (duas) Orientações de dissertação (correspondendo a qualificação e defesa), 2 (duas) disciplinas optativas, atividades acadêmicas de produção intelectual, prática de pesquisa aplicada na EPT, qualificação, proficiência em língua estrangeira, defesa e aprovação de dissertação e de produto educacional.

O Quadro 10 mostra o percurso típico do mestrando, com carga horária mínima exigida e sua distribuição ao longo do curso, por semestre, e a forma de registro no sistema acadêmico.

Quadro 10 - Componentes curriculares, com carga horária mínima exigida, e sua distribuição ao longo do curso stricto sensu de Formação em Docência para a EPT, por semestre e a forma de registro no sistema acadêmico

Componente curricular		**Créditos**	**Obrigatório para**	**Sem.**	**Registro Acadêmico**
Componente	Metodologia	3	Todos	1º	Nota/conceito

Obrigatório	da Pesquisa na EPT				
	Fundamentos teóricos da Docência na EPT	3	Todos	1º	Nota/conceito
	Educação, trabalho e tecnologias	3	Todos	2º	Nota/conceito
	Políticas, Gestão e Avaliação da/na Educação Profissional e Tecnológica	3	Mestrando da linha 1	2º	Nota/conceito
	Currículo, Formação e Trabalho Docente na Educação Profissional e Tecnológica	3	Mestrando da linha 2	2º	Nota/conceito
Seminários (presencial)	Seminário de pesquisa I	2	Todos	1º	Nota/conceito
	Seminário de pesquisa II	2	Todos	2º	Nota/conceito
	Seminário de pesquisa III	2	Todos	3º	Nota/conceito
	Orientação de Dissertação	2*	Todos	3º e 4º	Aprovado/Não Aprovado
Disciplina optativa (EaD)	Disciplina optativa 1	2	Todos, conforme orientação	1º; 2º; 3º ou 4º	Nota/conceito
	Disciplina optativa 2	2	Todos, conforme	1º; 2º; 3º ou 4º	Nota/conceito

			orientação		
Prática Educativa	Prática de pesquisa aplicada na EPT (projeto em ensino e/ou pesquisa e/ou extensão)	3	Todos, conforme orientação	3º	Nota/conceito
Proficiência em língua estrangeira		2	Todos	1º ao 4º	Aprovado/Não Aprovado
Atividades de produção intelectual	Conforme discriminação no Quadro 10	4	Todos	1º ao 4º	
Carga horária mínima total cursada por cada mestrando		35 (trinta e cinco) créditos			
		525 (quinhentas e vinte e cinco) horas relógio			

Fonte: elaboração da Comissão de Elaboração do APCN (2024).

***O estudante obrigatoriamente deve estar matriculado no componente "Orientação de Dissertação" no terceiro e no quarto semestres e, para cada semestre, cumpre 02 (dois) créditos.*

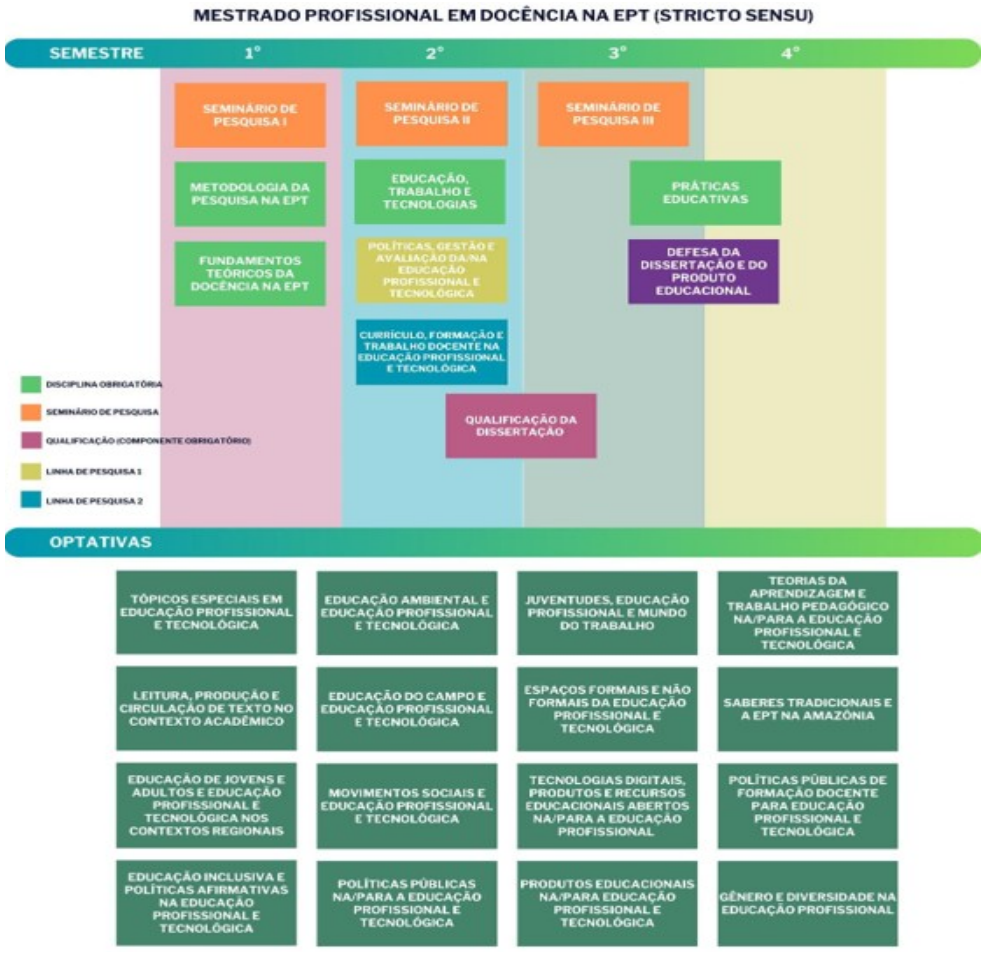
A Figura 7, a seguir, mostra o percurso formativo do estudante do ProfDocência-EPT. As disciplinas obrigatórias e os seminários de pesquisa serão ofertados em cada instituição associada de forma presencial.

As disciplinas optativas serão ofertadas na modalidade de educação a distância com suporte de plataforma virtual de aprendizagem e material didático produzido especificamente para o componente ofertado, de acordo com planejamento junto à comissão local e nacional. Cada instituição associada deve ofertar 2 (duas) disciplinas optativas por semestre. Uma vez que a oferta da disciplina optativa se dará na modalidade EaD, o estudante matriculado em uma instituição pode se matricular em disciplinas optativas de outra e solicitar aproveitamento do componente cursado.

Para a oferta da disciplina optativa na modalidade de educação a distância, o(a)s professore(a)s das instituições associadas devem colaborar no ambiente virtual de aprendizagem para dar suporte pedagógico aos estudantes, de forma que haja uma relação de 1 professor para cada 25 estudantes.

As disciplinas obrigatórias contabilizarão 3 (três) créditos, ou seja, 45 (quarenta e cinco horas) e serão de oferta presencial em cada instituição associada ofertante. Para dar uniformidade à oferta das disciplinas obrigatórias, a ementa será única e todas elas contarão com suporte no ambiente virtual de aprendizagem para socialização do material a ser utilizado em todas as IA. Dessa forma, os estudantes matriculados nas IA no país poderão interagir entre eles e com os docentes, além de ter acesso ao material disponibilizado por todos os professores.

Figura 7 - Percurso formativo do estudante do ProfDocência-EPT



Fonte: elaboração da Comissão de Elaboração do APCN (2024).

Além disso, haverá reuniões nacionais para ajustes antes do início do semestre letivo para ajustes entre os professores que ministram as mesmas disciplinas.

São disciplinas obrigatórias:

a) Fundamentos Teóricos da Docência na EPT, para todos os mestrandos;

b) Educação, Trabalho e Tecnologias, para todos os mestrandos;

c) Metodologia da Pesquisa na EPT, para todos os mestrandos;

d) Políticas, Gestão e Avaliação da/na Educação Profissional e Tecnológica, para mestrandos da linha 1;
e) Currículo, Formação e Trabalho Docente na Educação Profissional e Tecnológica, para mestrandos da linha 2;

Os Seminários de Pesquisa I, II e III, de oferta presencial em cada instituição associada, são componentes obrigatórios a todos os mestrandos destinados à orientação coletiva, envolvendo orientadores e mestrandos das respectivas linhas. Nesses seminários, serão apresentadas e discutidas coletivamente as produções parciais das dissertações de cada mestrando. Pedagogicamente, é um componente que permite o acompanhamento e a avaliação processual da formação discente. É espaço também para discussões de temas diversificados relacionados aos objetos de pesquisa.

No Seminário de Pesquisa I, os encontros devem também ser organizados para que se possa definir com os estudantes seus objetos de pesquisa e a designação do orientador/a de cada um dos mestrandos.

No Seminário de Pesquisa III, será realizada a Qualificação da dissertação de mestrado e do produto educacional com vistas à defesa, devendo ocorrer, no 3º semestre do curso ou até, no máximo, a metade do 4º semestre.

Obrigatoriamente, no terceiro e quarto períodos, os estudantes devem se matricular no componente curricular "Orientação de Dissertação", contabilizando 2 (dois) créditos por semestre, que se referem a momentos de discussão/orientação entre orientando/as e orientadores/as, com vistas a estudos e análise para materialização da dissertação e do produto educacional.

As disciplinas optativas contabilizarão 2 (dois) créditos, ou seja, 30 (trinta) horas e serão ofertadas na modalidade de educação a distância com suporte de plataforma virtual de aprendizagem. As disciplinas optativas podem ser escolhidas entre as seguintes que estejam sendo ofertadas no semestre:

a) Tópicos Especiais em Educação Profissional e Tecnológica I, II, III e IV;
b) Leitura, Produção e Circulação de Texto Escrito no Contexto Acadêmico;
c) Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Tecnológica nos contextos regionais;
d) Educação Inclusiva e Políticas Afirmativas na Educação Profissional e Tecnológica;
e) Gênero e Diversidade na Educação Profissional;
f) Educação Ambiental e Educação Profissional e Tecnológica;
g) Educação do Campo e Educação Profissional e Tecnológica;

h) Movimentos Sociais e Educação Profissional e Tecnológica;
i) Políticas públicas na/para a Educação Profissional e Tecnológica;
j) Políticas Públicas de Formação Docente para Educação Profissional e Tecnológica;
k) Juventudes, educação profissional e mundo do trabalho;
l) Espaços formais e não formais da Educação Profissional e Tecnológica;
m) Tecnologias Digitais, Produtos e Recursos Educacionais Abertos na/para a Educação Profissional;
n) Produtos Educacionais na/para Educação Profissional e Tecnológica;
o) Saberes Tradicionais e a Educação Profissional e Tecnológica na Amazônia;
p) Teorias da aprendizagem e trabalho pedagógico na/para a Educação Profissional e Tecnológica.

As disciplinas optativas podem ser cursadas em quaisquer das instituições associadas e serão objeto de aproveitamento na instituição de origem do estudante mediante solicitação à Coordenação Local, com apresentação de comprovação de aproveitamento.

Além dos componentes curriculares expostos, também poderão ser ofertados conteúdos nos componentes Tópicos Especiais I a IV. Os Tópicos Especiais I a IV são componentes optativos e, portanto, contam 2 créditos (30 horas), que têm como objetivo dar maior flexibilidade à organização curricular do ProfDocência-EPT com a inserção de temas e abordagens emergentes no campo da formação docente para a educação profissional. Nesse sentido, esses componentes devem permitir o aprofundamento de aspectos teóricos, metodológicos e de temas relativos aos objetos de investigação. Da mesma forma, pode ser utilizado para permitir a ampliação de conhecimentos sobre temas contemporâneos que se relacionem à docência em EPT.

As ementas e as bibliografias relativas à disciplina “Tópicos Especiais” serão indicadas em planos específicos considerando a sua natureza e o seu conteúdo. Sua oferta poderá ocorrer de forma presencial, totalmente EaD e/ou híbrida e está condicionada à aprovação pelos conselhos local e nacional.

A Prática Educativa trata-se de componente obrigatório em que, sob a supervisão de um/a docente, o/a estudante desenvolverá atividades de ensino e/ou de pesquisa e/ou de extensão, como, por exemplo, participar em projetos de pesquisa, participar em projetos de extensão, ministrar parte da carga horária de disciplinas, realizar coorientação em atividades de iniciação científica, projetos integradores, trabalhos de conclusão de curso (TCC) ou equivalente em cursos de pós-graduação *lato sensu*, graduação ou de ensino médio integrado a cursos técnicos (regular ou na modalidade EJA), computando-se 3 (três) créditos, ou seja, 45 (quarenta e cinco) horas para a

integralização do curso. Para a matrícula nesse componente, é necessária a apresentação de plano de estágio, com definição da carga horária para as atividades (ensino e/ou/pesquisa e/ou extensão) desenvolvidas e, para integralização, deve-se apresentar relatório de estágio, ambos assinados pelo/a supervisor e pelo/a orientador/a.

A atuação na Prática Educativa é um momento em que o estudante do ProfDocência-EPT pode vivenciar a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, a qual pode ser compreendida como uma resposta a demandas sociais por uma instituição de ensino superior socialmente responsável, que dialogue mais ativamente com os diversos setores da sociedade e que defenda uma formação e produção de conhecimento em diálogo com necessidades sociais (Gonçalves, 2015).

A proficiência em língua estrangeira poderá ser solicitada em qualquer semestre do curso nos seguintes idiomas: inglês, espanhol, francês e alemão. Só serão aceitos certificados emitidos dentro do período de curso do mestrando, considerando-se, no entanto:

a) Para a proficiência em inglês, aceita-se o certificado do Toefl, cuja validade é de 2 (dois) anos, mesmo que tenha sido emitido antes do ingresso no curso de mestrado desde que esteja no prazo de validade.
b) Para a proficiência em espanhol, o estudante que tenha o Diploma de Espanhol, como Língua Estrangeira (DELE), pode pedir aproveitamento, uma vez que esse certificado tem validade indefinida.
c) Para a proficiência em francês, aceitam-se o Diploma em Estudos da Língua Francesa (DELF) ou o Diploma Avançado em Língua Francesa (DALF), cujo prazo de validade é indeterminado. Caso o estudante apresente o Teste de Conhecimento de Francês (TCF) obtido antes do ingresso no ProfDocência-EPT, ele precisa estar no prazo de validade de 2 anos; e, se apresentar o Teste de Avaliação de Francês (TEF), também obtido antes do ingresso no curso, ele precisa estar no prazo de validade de 1 (um) ano.
d) Para a proficiência em alemão, aceitam-se os certificados Goethe ZertifikatTest DaF, DSH e Telc, cuja validade é indeterminada.

Caso o estudante de mestrado seja licenciado em algum desses idiomas e esteja lecionando esse componente, poderá solicitar aproveitamento ao coordenador da Comissão de Pós-Graduação local apresentando diploma de conclusão da graduação e declaração da gestão da escola/*campus* onde trabalha.

As atividades de produção intelectual contabilizam 4 (quatro) créditos e podem ser cumpridas com quaisquer dos itens discriminados no Quadro 10.

Serão contabilizados como atividades de produção intelectual os seguintes produtos: artigo em periódico, livro autoral, capítulo de livro, trabalho completo em anais de eventos, resumo expandido em anais de evento, produção artística, tradução de livro, coordenação de olimpíadas (nacional, estadual e local), orientação de estudantes para olimpíadas, organização de feiras/mostra/competições de feiras/mostras científicas, esportivas, culturais, participação em bancas de elaboração de itens de exames nacionais e estaduais, e produto educacional validado.

Quadro 11 - Atividades acadêmicas de produção intelectual a serem cumpridas no curso ProfDocência-EPT

Produção	Crédito(s)
Publicação de artigo em periódico indexado, com Qualis A	4
Publicação de artigo em periódico indexado, com Qualis B	3
Publicação de livro de caráter acadêmico, com ISBN	3
Publicação de capítulo de livro, com ISBN	2
Tradução de livro, com ISBN	2
Produção artística	2
Produto educacional validado	2
Minicurso ministrado em eventos nacionais ou internacionais (mínimo de 15 horas/aula) com apresentação de relatório	2
Publicação de trabalho completo em anais de evento científico, com ISBN ou ISSN	2
Publicação de trabalho completo em periódico não indexado	1
Publicação de resumo expandido em anais de evento de evento científico, com ISBN ou ISSN	1
Coordenação de olimpíadas em nível Nacional, estadual ou local	1
Orientação de estudantes para participação em olimpíadas em nível Nacional, estadual ou local	1
Organização de feiras/mostra/competições de feiras/mostras científicas, esportivas, culturais	1
Participação em bancas de elaboração de itens de exames nacionais e estaduais	1

Fonte: elaboração própria (2024).

Serão consideradas para integralização dos créditos apenas as atividades de produção intelectual e produtos educacionais cujo tema esteja situado no campo da docência na Educação Profissional ou que com ele dialogue. As produções e produtos educacionais para cômputo da integralização devem ser produzidos e publicados ou com aceite para publicação dentro do período do curso, entre o primeiro e o quarto semestres.

Os estudantes devem solicitar ao coordenador da Comissão de Pós-Graduação local o registro em seu histórico de cada atividade acadêmica de produção intelectual cumprida, que será avaliada com base nas determinações deste projeto de curso.

A Qualificação da Dissertação e do projeto do produto educacional deve ocorrer no terceiro semestre do curso, com constituição de banca composta pelo orientador, na condição de presidente, 01 (um) membro titular externo ao ProfDocência-EPT e 01 (um) membro titular interno ao ProfDocência-EPT, com seus suplentes que assumirão em caso de ausência dos titulares. No sistema acadêmico, deve-se registrar a condição de "aprovado/não aprovado" para esse componente curricular.

A Defesa da Dissertação e do produto educacional deve ocorrer no quarto semestre do curso, com constituição de banca composta pelo orientador, na condição de presidente, 01 (um) membro titular externo ao ProfDocência-EPT e 01 (um) membro titular interno credenciado ao ProfDocência-EPT, com seus suplentes, que assumirão em caso de ausência dos titulares. No sistema acadêmico, deve-se registrar "Aprovado" ou "Não Aprovado" para este componente curricular.

De acordo com em Rizzatti *et al.* (2020), o Produto Educacional (PE) deve ser elaborado com o intuito de responder a uma pergunta/problema oriunda do campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo.

Os PE podem se enquadrar nas diversas tipologias elencadas abaixo, que são reflexo de PE declarados por PPG em avaliações quadrienais. Porém, não se excluem outros modelos ou perfis que não estejam aqui elencados e que possuam justificativa no projeto de curso do ProfDocência-EPT e nas suas linhas de pesquisa.

a) Material didático/instrucional: são propostas de ensino, envolvendo sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual, como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários; mídias educacionais, como vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais e áudios; objetos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins; entre outros;
b) Curso de formação profissional: atividade de capacitação criada e organizada, inclui cursos, oficinas, entre outros;

c) Tecnologia social: produtos, dispositivos ou equipamentos; processos, procedimentos, técnicas ou metodologias; serviços; inovações sociais organizacionais; inovações sociais de gestão, entre outros;
d) Software/aplicativo: aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, plataformas virtuais e similares, programas de computador, entre outros;
e) Evento organizado: ciclos de palestras, exposições científicas, olimpíadas, expedições, feiras e mostras científicas, atividades de divulgação científica, entre outros;
f) Relatório técnico;
g) Acervo: curadoria de mostras e exposições realizadas, acervos produzidos, curadoria de coleções, entre outros;
h) Produto de comunicação: produto de mídia, criação de programa de rádio ou TV, campanha publicitária, entre outros;
i) Manual/protocolo: guia de instruções, protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica; manual de operação, manual de gestão, manual de normas e/ou procedimentos, entre outros;
j) Carta, mapa ou similar.

Na defesa, a banca avaliará a Dissertação emitindo uma ata, e analisará o PE emitindo uma avaliação em ficha própria, que deve ser considerada como o documento de validação por pares especializados.

A banca de defesa de trabalho de conclusão de curso também valida o produto educacional por meio de ficha de avaliação

A qualificação e a defesa são atividades acadêmicas presenciais no *campus* em que o estudante está matriculado, em que se pode utilizar a intermediação de recursos tecnológicos como forma de possibilitar a participação de docentes do ProfDocência-EPT de outras IA como membros da banca e a socialização do evento para estudantes do curso em outras IA.

A integralização de todos os componentes curriculares obrigatórios e seu registro acadêmico no histórico do estudante, à exceção da defesa de dissertação, são obrigatórios para solicitar a defesa e a constituição da banca.

A solicitação de constituição de banca de qualificação e de defesa deve ser feita à Coordenação Local com antecedência de um mês da data da defesa.

Após a defesa, o estudante tem até 60 dias para entregar a versão final à Coordenação do Programa e solicitar o seu diploma.

11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é componente curricular obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica. Corresponde a uma produção acadêmica que expressa as competências e as habilidades desenvolvidas (ou os conhecimentos adquiridos) pelos/as estudantes durante o período de formação. Desse modo, o TCC será desenvolvido nos dois últimos períodos a partir da verticalização dos conhecimentos construídos nos projetos realizados ao longo do curso ou do aprofundamento em pesquisas acadêmico-científicas.

O/a estudante terá momentos de orientação e tempo destinado à elaboração da produção acadêmica correspondente. São consideradas produções acadêmicas de TCC para o mestrado ProfDocência-EPT a Dissertação e o produto educacional que pode ser:

a) Material didático/instrucional: são propostas de ensino, envolvendo sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual, como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários; mídias educacionais, como vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais e áudios; objetos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins; entre outros;
b) Curso de formação profissional: atividade de capacitação criada e organizada, inclui cursos, oficinas, entre outros;
c) Tecnologia social: produtos, dispositivos ou equipamentos; processos, procedimentos, técnicas ou metodologias; serviços; inovações sociais organizacionais; inovações sociais de gestão, entre outros;
d) Software/aplicativo: aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, plataformas virtuais e similares, programas de computador, entre outros;
e) Evento organizado: ciclos de palestras, exposições científicas, olímpiadas, expedições, feiras e mostras científicas, atividades de divulgação científica, entre outros;
f) Relatório técnico;

g) Acervo: curadoria de mostras e exposições realizadas, acervos produzidos, curadoria de coleções, entre outros;
h) Produto de comunicação: produto de mídia, criação de programa de rádio ou TV, campanha publicitária, entre outros;
i) Manual/protocolo: guia de instruções, protocolo tecnológico experimental/aplicação ou adequação tecnológica; manual de operação, manual de gestão, manual de normas e/ou procedimentos, entre outros;
j) Carta, mapa ou similar.

A elaboração do TCC será acompanhado por um/a professor/a orientador/a e seu planejamento, acompanhamento e avaliação é composto pelos seguintes itens:

a) elaboração de um plano de atividades aprovado pelo/a professor/a orientador/a;
b) reuniões periódicas do/a estudante com o/a professor/a orientador/a;
c) elaboração da produção da dissertação pelo/a estudante;
d) avaliação e defesa pública do trabalho pelo/a estudante perante uma banca examinadora.

A Defesa da Dissertação e do produto educacional deve ocorrer no quarto semestre do curso, com constituição de banca composta pelo orientador, na condição de presidente, 01 (um) membro titular externo ao ProfDocência-EPT e 01 (um) membro titular interno credenciado ao ProfDocência-EPT, com seus suplentes, que assumirão em caso de ausência dos titulares. No sistema acadêmico, deve-se registrar “Aprovado” ou “Não Aprovado” para este componente curricular.

Na defesa, a banca avaliará a Dissertação emitindo uma ata, e analisará o PE emitindo uma avaliação em ficha própria, que deve ser considerada como o documento de validação por pares especializados.

A banca de defesa de trabalho de conclusão de curso também valida o produto educacional por meio de ficha de avaliação que, com base em Rizzatti *et al*. (2020), considera os seguintes fatores:

a) Complexidade: compreende-se como uma propriedade do PE relacionada às etapas de elaboração, desenvolvimento e/ou validação do Produto Educacional.
b) Impacto: considera-se a forma como o PE foi utilizado e/ou aplicado nos sistemas educacionais, culturais ou CT&I. É importante destacar se a demanda foi espontânea ou contratada.

c) Aplicabilidade: relaciona-se ao potencial de facilidade de acesso e compartilhamento que o PE possui, para que seja acessado e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas.
d) Acesso: relaciona-se à forma de acesso do PE (aberto, fechado, gratuito, na página do Programa, em repositórios institucionais, nacionais ou internacionais, entre outras possibilidades).
e) Aderência: compreende-se como a origem do PE apresenta origens nas atividades oriundas das linhas e projetos de pesquisas do PPG em avaliação.
f) Inovação: considera-se que o PE é/foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora e original.

Caso o/a estudante não alcance a nota mínima para a aprovação no TCC, deverá ser reorientado/a com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e submeter novamente o trabalho à aprovação dentro do prazo estabelecido pelo curso.

12. ATIVIDADES FORMATIVAS COMPLEMENTARES

Constituem-se atividades complementares aquelas que exercem papel complementar na produção do conhecimento científico e tecnológico desta formação, tendo em vista o perfil profissional esperado, desenvolvidas ao longo do desenvolvimento do Curso. Alinhadas ao princípio da flexibilidade, ao pressuposto interdisciplinar e à valorização das experiências extracurriculares, são ações acadêmicas vinculadas e integradas às disciplinas previstas neste currículo, concebidas como um conjunto de atividades que tem como principal objetivo estimular o desenvolvimento dos/as estudantes, por meio de ações que visam agregar novos saberes tanto ao conhecimento já adquirido como ao crescimento profissional e pessoal, na qualidade de requisitos que levem à reflexão e à prática autônoma dos/as estudantes do Curso, ao longo de seu processo formativo como especialista. Visam motivar o/a estudante a uma maior inserção no meio acadêmico, social, cultural, profissional e humano, por meio da produção, difusão e compartilhamento de conhecimentos entre colegas, professores/as, comunidade acadêmica, mundo do trabalho e demais esferas vivenciais da sociedade em sua estreita relação o campo formativo.

Para o ProfDocência-EPT são previstas atividades complementares, como:

a) participação dos estudantes em projetos;

b) eventos acadêmico-científicos na área do curso ou afim, realizadas dentro e/ou fora da Instituição visitas técnicas junto a organizações, setores e entidades públicas e privadas do entorno da área do curso;
c) realização de workshops sobre temáticas específicas;
d) produção de artigos científicos e publicação em revistas digitais e impressas,
e) participação em listas de discussão virtual destinadas a fomentar trocas de experiências e conhecimentos entre profissionais-estudantes e professores do curso;
f) participação em atividades de extensão e de oficinas temáticas; etc.
g) as atividades complementares serão desenvolvidas e coordenadas pelos/as docentes das disciplinas, juntamente ao coordenador/a gestor/a do curso.

13. DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

Este projeto pedagógico de curso é norteador do currículo no ProfDocência-EPT, na modalidade presencial. Caracteriza-se, portanto, como expressão coletiva, devendo ser avaliado periódica e sistematicamente pela comunidade escolar, apoiados por uma comissão avaliadora com competência para a referida prática pedagógica. Qualquer alteração deve ser vista sempre que se verificar, mediante avaliações sistemáticas anuais, defasagem entre perfil de conclusão do curso, objetivos e organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais. Entretanto, as possíveis alterações poderão ser efetivadas mediante solicitação aos conselhos competentes.

14. INDICADORES

Os seguintes indicadores de desempenho deverão ser seguidos na oferta do curso:

a) Número máximo de estudantes da turma: 20.
b) Produção científica: os/as estudantes deverão elaborar um trabalho de conclusão de curso e apresentá-lo a uma banca examinadora.
c) Infraestrutura mínima, conforme o Projeto de Autorização e Funcionamento do Curso - PAFc.

15. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada no processo ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, que devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Nessa perspectiva, a avaliação dá significado ao trabalho e à relação professor/a-estudante, como ação transformadora e de promoção social em que todos/as devem ter direito a aprender, refletindo a sua concepção de sociedade, de educação, de ser humano e de cultura.

Avalia-se, portanto, para constatar os conhecimentos dos/as estudantes em nível conceitual, procedimental e atitudinal, para detectar erros, corrigi-los, não se buscando simplesmente registrar desempenho insatisfatório ao final do processo. Avaliar está relacionado com a busca de uma aprendizagem significativa para quem aprende e também para atender às necessidades do contexto atual.

Para tanto, o/a estudante deve saber o que será trabalhado em ambientes de aprendizagem, os objetivos para o estudo de temas e de conteúdo e as estratégias que são necessárias para que possa superar as dificuldades apresentadas no processo.

Assim, essa avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do/a estudante ao longo do período letivo, na efetivação das atividades propostas, logo, deve dispor de variedade nas formas de elaboração e aplicação, a fim de que corresponda com a diversidade de apreensões e compreensões que abrangem o/a aprendente.

Nesse sentido, a avaliação deve ser desenvolvida numa perspectiva processual e contínua, buscando a (re)construção do conhecimento e o desenvolvimento de hábitos e atitudes coerentes com a formação de cidadãos/ãs. Além disso, precisa contemplar a (re)orientação nos aspectos menos expressivos da aprendizagem demonstrada, lembrando que os/as estudantes, enquanto adultos/as, evidenciam um processo de apreensão dos saberes pautado na contextualização e na significância.

Assim, a avaliação deverá permitir ao/à docente identificar os elementos indispensáveis à análise tanto dos diferentes aspectos do desenvolvimento do/a estudante quanto do seu planejamento pedagógico a fim de que os resultados alcançados possam servir às observações e possíveis alterações necessárias em um ou em outro desses contextos.

A proposta pedagógica do curso prevê atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

a. adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
b. prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
c. inclusão de atividades contextualizadas;
d. manutenção de diálogo permanente com o/a estudante;
e. consenso dos critérios de avaliação a serem adotados e cumprimento do estabelecido;
f. disponibilização de apoio pedagógico para aqueles/as que têm dificuldades;
g. adoção de estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados nas avaliações;
h. adoção de procedimentos didático-pedagógicos visando à melhoria contínua da aprendizagem;
i. discussão, em sala de aula, dos resultados obtidos pelos/as estudantes nas atividades desenvolvidas; e
j. observação das características dos/as estudantes, seus conhecimentos prévios integrando-os aos saberes sistematizados do curso, consolidando o perfil do trabalhador-cidadão/ã, com vistas à (re) construção do saber escolar.

Os instrumentos de avaliação, que poderão ser utilizados no decorrer do curso, são: estudos dirigidos, análises textuais, temáticas e interpretativas, provas, seminários, estudos de caso, elaboração de *papers*, dentre outros que contribuam para o aprofundamento dos conhecimentos.

A avaliação do desempenho acadêmico é feita por disciplinas, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos acadêmicos, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento acadêmico é avaliado através de acompanhamento contínuo dos/as estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

Os critérios de verificação do desempenho acadêmico dos/as estudantes são tratados pela Organização Didática do IFSul.

16. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS

O ProfDocência-EPT não prevê, em sua organização acadêmica e administrativa, a oferta de vagas para estudantes em regime de aluno especial, tampouco o aproveitamento de disciplinas cursadas em outras Instituições de Ensino Superior (IES) ou em programas externos ao ProfDocência-EPT. Tal definição objetiva assegurar a unidade acadêmica, a coerência pedagógica e a integralidade do percurso formativo proposto pelo Programa, garantindo que todos/as os/as estudantes desenvolvam integralmente os componentes curriculares, atividades acadêmicas e experiências formativas previstas no âmbito do Curso.

A única possibilidade de aproveitamento de estudos ocorrerá entre Instituições Associadas integrantes da própria Rede ProfDocência-EPT, exclusivamente em relação às disciplinas optativas ofertadas no âmbito do Programa, observadas as normas institucionais e a equivalência de conteúdos, carga horária e objetivos formativos.

16.1 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação será feita por disciplinas e/ou outros componentes curriculares, abrangendo sempre os aspectos da assiduidade e desempenho, ambos eliminatórios, e será expressa em notas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) ou conceito, segundo as normas acadêmicas da instituição associada.

Considerar-se-á aprovado/a em cada disciplina o/a estudante que obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades desenvolvidas e desempenho acadêmico correspondente à nota final igual ou superior a 70 (setenta). Nos casos de aproveitamento de disciplinas optativas cursadas em outra Instituição Associada integrante da Rede ProfDocência-EPT, o conceito equivalente será aceito conforme os critérios de avaliação adotados pela Instituição Associada responsável pela oferta do componente curricular. Dessa forma, será considerado o conceito ou a nota atribuída pela instituição ofertante, observadas as normas acadêmicas do Programa e a equivalência do componente curricular.

A critério do/a professor/a, a avaliação do desempenho em cada disciplina de pós-graduação far-se-á por um ou mais dos seguintes meios: artigo, ensaio, resenha, seminário, projeto, produto educacional, dentre outros, além da efetiva participação do estudante nas atividades do componente curricular.

Será reprovado no componente curricular o aluno que obtiver frequência inferior a 75% e/ou obtiver nota final inferior a 70 (setenta) ou conceito menor que B.

17. DESLIGAMENTO DISCENTE

O desligamento do discente do ProfDocência-EPT será efetuado pelo Colegiado Acadêmico Institucional, quando ocorrer pelo menos uma das situações:

a) descumprimento das normativas nacionais do ProfDocência-EPT;
b) por solicitação do próprio aluno;
c) outras situações previstas na disciplina acadêmica da instituição associada (IA) em que estiver matriculado.

Os discentes desligados do ProfDocência-EPT só poderão reingressar no Programa por meio do Exame Nacional de Acesso e em consonância com as normas acadêmicas da IA.

Para o desligamento discente devem ser observadas além da legislação aplicada, as normas do regimento e da organização didática de cada IA.

18. COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO NO PROFDOCÊNCIA-EPT

No IFRN, a Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) é o setor responsável pela divulgação das informações, a comunicação e a difusão referentes à Instituição, como também pelo reforço da imagem institucional e pela manutenção do diálogo com servidores, estudantes e a sociedade. A CCS desenvolve, em parceria com as Coordenações de Comunicação Social e Eventos de todos os *campi* do Instituto, ações que regulamentam o funcionamento dos setores de Comunicação de cada unidade.

18.1 REPOSITÓRIOS DAS INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS

a) Repositório Institucional do IFAM

O Repositório Institucional do Instituto Federal do Amazonas possui o objetivo de reunir, organizar e disponibilizar a produção técnica e científica, contribuindo assim para o livre acesso às informações produzidas no Instituto e voltadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os conteúdos são de acesso livre, buscando contribuir com a democratização do conhecimento e aumentar tanto a visibilidade como o impacto da produção científica institucional. O repositório pode ser visitado em http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/.

No Repositório do IFAM, constam os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos cursos de graduação, produtos educacionais, dissertações, livros, artigos de periódico, artigos de eventos, capítulos de livro e relatórios de pesquisa ou técnicos.

b) Repositório Institucional do IFB

A Biblioteca de Trabalhos de Conclusão de Curso atua como Repositório Institucional do Instituto Federal de Brasília (IFB), portal que disponibiliza digitalmente as produções intelectuais da comunidade científica do IFB. Esse repositório permite que essas produções sejam acessadas, buscadas e recuperadas, ampliando seu alcance para uso nacional e internacional por meio da internet. O link para acesso ao repositório é https://bdtcbra.omeka.net/collections/browse.

A biblioteca é dividida em nove coleções:

1. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (https://bdtcbra.omeka.net/items/browse?collection=5)
2. Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (https://bdtcbra.omeka.net/items/browse?collection=11)
3. Especialização em Gestão Pública: Governança e Políticas Públicas (https://bdtcbra.omeka.net/items/browse?collection=2);
4. Teses e dissertações defendidas por servidores do IFB em outros programas ou instituições parceiras (https://bdtcbra.omeka.net/items/browse?collection=10)
5. Trabalhos de Conclusão de Curso - Tecnologia em Sistemas para Internet (https://bdtcbra.omeka.net/items/browse?collection=9)
6. Trabalhos de Conclusão de Curso - Tecnologia em Processos Gerenciais (https://bdtcbra.omeka.net/items/browse?collection=8)
7. Trabalhos de Conclusão de Curso - Tecnologia em Gestão Pública (https://bdtcbra.omeka.net/items/browse?collection=7)
8. Trabalhos de Conclusão de Curso - Tecnologia em Eventos (https://bdtcbra.omeka.net/items/browse?collection=6)
9. Trabalhos de Conclusão do Curso de Licenciatura em Dança (https://bdtcbra.omeka.net/items/browse?collection=4)

c) Repositório Institucional do IFES

O Repositório Institucional do Instituto Federal do Espírito Santo (RI/IFES) é o portal de acesso às produções intelectuais, armazenadas em formato digital, da comunidade científica do

IFES. Ele permite a busca e a recuperação das produções intelectuais para seu posterior uso, tanto nacional quanto internacional pela rede mundial de computadores. O link de acesso do repositório é https://repositorio.ifes.edu.br/.

Todos os seus conteúdos possuem acesso livre, buscando contribuir com a democratização do conhecimento e aumentar tanto a visibilidade como o impacto da produção científica institucional.

Os benefícios deste serviço distinguem o RI/IFES de outras opções de armazenamento ou gerenciamento de conteúdo em formato digital: o conteúdo depositado é preservado em um ambiente robusto, confiável e seguro para o acesso de pesquisadores hoje e para as gerações futuras.

O Repositório é dividido em cinco comunidades:

1. Edifes: nesta comunidade estão depositadas publicações da Editora do Instituto Federal do Espírito Santo (Edifes), que atua na produção editorial de conteúdos recebidos via edital e no apoio às publicações de livros e periódicos da instituição (https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/48).

   É dividida em três subcomunidades: Selo Edifes; Selo Edifes Acadêmico e Selo Edifes Parceria
2. Eventos IFES: nesta comunidade, estão os trabalhos completos e resumos apresentados em eventos técnico-científicos promovidos pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) (https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/148).

   Esta Comunidade contém subcomunidades para cada evento, além de coleções específicas para cada ano de realização do evento.
3. Produção Científica: esta coleção inclui artigos de periódicos, livros, capítulos de livros, trabalhos apresentados em eventos etc., ou seja, contempla toda a produção da comunidade científica do IFES. Os materiais estão organizados de acordo com a tipologia documental, contemplando as diversas áreas do conhecimento. (https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/2)
4. Teses e dissertações: contém teses e dissertações defendidas no contexto dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Contempla todas as produções defendidas pela comunidade científica do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), em programas de mestrado e doutorado do Ifes ou de outras instituições de ensino e de pesquisa (https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/18).

5. Trabalhos Acadêmicos e técnicos: reúne trabalhos acadêmicos e técnicos produzidos no contexto dos programas de especialização e cursos oferecidos pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Nesta comunidade, estão depositados os trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação *lato sensu*, além de relatórios de pesquisa (https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/58).

d) Repositório Institucional do IFSul

O Diretório Institucional do IFSul objetiva disponibilizar teses, dissertações e trabalhos de conclusão de cursos de especialização e graduação do IFSul. Os itens incluídos no acervo, atualmente disponibilizado, são constituídos por links a textos completos de trabalhos finais e seus produtos cadastrados. O link http://omp.ifsul.edu.br/index.php/diretorioinstitucional/index leva à página do repositório.

Os trabalhos também são disponibilizados Sistema *Pergamum* da Biblioteca do IFSul (http://biblioteca.ifsul.edu.br/pergamum/biblioteca/), pela Plataforma Sucupira/Catálogo de Teses e Dissertações/CAPES (http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/), pela página do PPGCITED do c*ampus* Pelotas-CAVG (http://ppgcited.cavg.ifsul.edu.br/) ou no Repositório Online do PROEDU - repositório de objetos educacionais da rede profissional e tecnológica (Rede e-Tec Brasil) da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) do Ministério da Educação (http://proedu.rnp.br/), na modalidade de domínio público.

e) Repositório Institucional do IFRN

O *Memoria* (https://memoria.ifrn.edu.br/) foi desenvolvido com o objetivo de armazenar, preservar, divulgar e dar acesso à produção intelectual da Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte em formato digital. Pretende reunir o conjunto das produções acadêmicas, científicas, artísticas e administrativas deste Instituto Federal, a fim de aumentar seu impacto da investigação, sua visibilidade e dos que nela trabalham, transparência com a gestão dos recursos públicos, bem como garantir a preservação da memória intelectual do IFRN. O Repositório Institucional do IFRN, *Memoria*, foi cadastrado no OasisBR, na plataforma do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT): https://oasisbr.ibict.br/vufind/.

O IBICT reúne a produção científica e os dados de pesquisa em acesso aberto, publicados em revistas científicas, repositórios digitais de publicações científicas, repositórios digitais de dados de pesquisa e bibliotecas digitais de teses e dissertações.

O repositório do IFRN está dividido em 06 comunidades:

1. Editora IFRN: esta comunidade visa promover a socialização da produção de servidores e estudantes deste Instituto, bem como da comunidade externa, nas várias áreas do saber, abrangendo edição, difusão e distribuição dos seus produtos editoriais, buscando, sempre, consolidar a sua política editorial, que prioriza a qualidade.
2. Eventos IFRN: esta comunidade registra os anais de eventos acadêmicos realizados no IFRN.
3. Legislação e Resoluções IFRN: esta comunidade visa dar transparência às ações do IFRN com a socialização de legislação e resoluções emitidas no :âmbito do Instituto.
4. Produção científica: esta comunidade registra a produção de servidores em artigos de periódicos, livros e capítulos de livros, propriedade intelectual, Trabalhos apresentados em eventos.
5. Teses e dissertações: esta comunidade tem duas subcomunidades (Teses e dissertações defendidas no IFRN e Teses e dissertações externas) em que se registram os trabalhos de mestrado e doutorado de servidores.
6. Trabalhos acadêmicos e técnicos: esta comunidade tem duas subcomunidades (Trabalho de conclusão de curso de especialização e Trabalho de conclusão de curso de graduação), em que se registram os trabalhos de cursos lato sensu e de graduação estudantes do IFRN.

Todas as instituições associadas, bem como a proponente, dispõem de repositório institucional para o controle, a preservação e a visibilidade da produção científica. Isso permite minimizar custos de publicação e democratiza o acesso da sociedade e de outros pesquisadores aos trabalhos de final de curso, bem como aos produtos educacionais produzidos por estudantes do ProfDocência-EPT.

18.2 OBSERVATÓRIOS DAS INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS

Os observatórios são estruturas institucionais de produção e tratamento de dados, de articulação participativa e democrática, destinados à discussão e interlocução das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação do Instituto com a sociedade em geral. No IFsul, têm-se o seguinte observatório:

1. **Observatório da Educação Profissional e Tecnológica (EPT):** observatório é um projeto aprovado no Edital 04/2020 entre Fapers, IFSUL e Sinasefe-seção IFSUL, que se

constituirá em um portal virtual de livre acesso e abrigará pesquisas, produções, indicadores e informações estatísticas, análises técnicas e disseminação de conhecimentos em EPT, Trabalho e suas interfaces, tendo em vista contribuir com os diferentes processos educacionais, políticos e sociais no IFSUL e nas demais instituições de EPT.

Contato: instagram.com/observatorioifsul

18.3 EDITORAS DAS INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS

a) Editoras Institucionais

A Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (EDIFAM), instituída pela Resolução nº 039/CONSUP/IFAM/2023, tem por finalidade editar e publicar obras de natureza acadêmica, apoiando o ensino, a pesquisa e a extensão, gerados por segmentos acadêmicos e intelectuais, orientada pelo critério de qualidade, ética e compromisso técnico-científico. A EDIFAM está vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PPGI), com apoio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), responsáveis pelas publicações institucionais.

A Editora do Instituto Federal de Brasília (IFB) promove a disseminação de conhecimentos técnicos e científicos, especialmente através de e-books, focando em temas que abrangem áreas como educação, ciências, tecnologia, diversidade e inclusão. Desde sua fundação, a Editora IFB já lançou cerca de 84 obras, com participação de servidores e colaborações interinstitucionais, publicando livros, materiais didáticos e anais de eventos científicos organizados pelo IFB ou em parceria. A Editora ainda incentiva novas publicações por meio de editais que apoiam financeiramente projetos de obras técnico-científicas. A Editora pode ser acessada pelo endereço eletrônico: https://arquivorevistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/index e as obras publicadas podem ser acessadas: https://arquivorevistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/issue/archive.

O Instituto Federal do Espírito Santo também possui uma editora institucional, denominada Edifes (Editora do IFES), vinculada à Diretoria de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG). Trata-se de um dos projetos definidos no Planejamento Estratégico da instituição. A finalidade da editora é atender à demanda de regulamentar, coordenar, fomentar, editar e divulgar a produção de conteúdo do IFES. O processo de implantação da Edifes teve início em agosto de 2015, e uma de suas primeiras ações nessa fase foi a composição do Conselho Editorial, formado por servidores selecionados por meio de chamada interna. Atualmente, a

Editora atua na produção editorial de conteúdos recebidos via edital e no apoio às publicações de livros e periódicos da instituição. A Editora pode ser acessada pelo link: https://edifes.ifes.edu.br/sobre-a-edifes.

A Editora IFSul, que foi instituída pela Resolução nº 139/2017/CONSUP, de 20 de outubro de 2017, tem natureza literária, técnico-científica, didática, acadêmica, artística, cultural e de cunho institucional, e está vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP). A Editora objetiva:

a) estimular a produção científica, tecnológica e literária produzida por e/ou destinada às comunidades interna e externa;
b) editar obras de natureza científica, tecnológica, literária, artística, cultural e didática, preferencialmente com objetivo de prover as carências de bibliografia para o ensino profissional, técnico, de graduação e pós-graduação;
c) promover ações de divulgação das obras publicadas, proporcionando o acesso à leitura e ao conhecimento técnico e científico; e
d) apoiar os mecanismos de socialização da produção intelectual e cultural do IFSul em outros estados da federação, preferencialmente em parceria com outras instituições da rede federal de ensino.

A Editora IFSul pode ser acessada pelo link: http://omp.ifsul.edu.br/index.php/portaleditoraifsul/about.

A Editora IFRN já publicou livros em todas as áreas do conhecimento, ultrapassando a marca de 250 títulos. Atualmente, a edição de suas obras está direcionada a cinco linhas editoriais, quais sejam: acadêmica, técnico-científica, de apoio didático-pedagógico, artístico-literária ou cultural potiguar.

Ao articular-se à função social do IFRN, a Editora destaca seu compromisso com a formação humana integral, o exercício da cidadania, a produção e a socialização do conhecimento. Nesse sentido, a Editora IFRN visa promover a publicação da produção de servidores e estudantes deste Instituto, bem como da comunidade externa, nas várias áreas do saber, abrangendo edição, difusão e distribuição dos seus produtos editoriais, buscando, sempre, consolidar a sua Política Editorial, que prioriza a qualidade de suas publicações.

A Editora IFRN integra o conjunto de ações da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) para difusão da produção técnico-científica institucional, juntamente com outras iniciativas, como a realização de eventos técnico-científicos e a publicação de periódicos especializados. O site da Editora IFRN está disponível em https://portal.ifrn.edu.br/institucional/pesquisa-pos-graduacao-e-inovacao/editora/.

18.4 REVISTAS ELETRÔNICAS DAS INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS

a) Revistas eletrônicas do Instituto Federal do Amazonas (IFAM)

O Instituto Federal do Amazonas (IFAM) possui três periódicos com indexadores, disponíveis para acesso por meio do Link: http://www2.ifam.edu.br/.

1. Revista Igapó

A Igapó é uma publicação de caráter multidisciplinar, que tem como objetivo principal divulgar o conhecimento científico produzido a partir das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão. Editada semestralmente no formato eletrônico, a Igapó recebe artigos inéditos que discutam questões contemporâneas das/nas diversas áreas do conhecimento, o que assegura o seu caráter interdisciplinar, além de estimular o diálogo entre aquelas diversas áreas. A Revista Igapó possui Qualis A3 nas áreas de Administração Pública de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, Ciências Ambientais, Comunicação e Informação, Direito, Economia, Educação, Ensino, Geociências, Interdisciplinar, Materiais, Química e Zootecnia/Recursos Pesqueiros.

O periódico surgiu em 2007, no âmbito do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), com o objetivo de dar publicidade à produção científica desenvolvida naquela instituição. Em 2008, com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), a sua missão foi ampliada, de modo a atender os vários *campi* que passaram a integrar a Rede Federal de Educação no Amazonas e, assim, dar publicidade ao conhecimento científico desenvolvido em cada um dos *campi* do IFAM. Entre 2007 e 2012, a Igapó publicou anualmente um único número e, a partir de 2013, passou a publicar dois números. Tal mudança reflete o aumento na produção de conhecimentos científicos no âmbito do IFAM e da necessidade de sua divulgação.

A Igapó também publica anais de Iniciação Científica. Trata-se de uma edição que se configura como espaço de divulgação de resultados parciais e/ou finais das pesquisas realizadas por professores e alunos dos cursos técnicos de nível médio e de graduação, a partir de projetos aprovados e apoiados pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PPGI) e por outras agências de fomento, tal como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e o Conselho nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Além das edições regulares e dos Anais de Iniciação Científica, a Igapó também possui as suas edições especiais. Como o próprio termo sugere, são edições criadas para fins específicos, tais como trabalhos de conclusão de cursos, eventos científicos, dossiês temáticos, entre outros que são demandados pelos vários níveis e modalidades do ensino, da pesquisa e da extensão, tanto no IFAM quanto em outras instituições.

Qualis Capes 2017-2020: A3

ISSN-e: 2238-4286

ISSN impresso: 1982-5498

Link - https://igapo.ifam.edu.br/index.php/igapo/about

2. Nexus - Revista de Extensão do IFAM

A Nexus - Revista de Extensão do IFAM tem como objetivo publicar manuscritos originais resultados de projetos ligados às áreas de extensão, desenvolvidos por servidores e discentes do IFAM, bem como de outras Instituições de Ensino Superior.

A Nexus foi criada em 2015 por iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão do IFAM, que entende que a extensão universitária é um elemento basilar da formação acadêmica que promove a interação dialógica entre Instituição e comunidade. Nessa interação, diversos conhecimentos são produzidos, havendo a eminente necessidade de que os resultados dessas ações sejam publicados e registrados para acesso livre.

Assim, um grupo de servidores criou o projeto da Revista e, em 2015, publicou a primeira edição. O servidor, hoje aposentado, que coordenou os primeiros trabalhos da revista foi o Msc. Raimundo Vicente Jimenez.

O nome “Nexus” foi escolhido pela servidora aposentada Doraneide Tahira. O nome remete à ideia de conexão, fazendo menção à missão da extensão: conectar instituição e sociedade.

A Revista Nexus é fruto do trabalho de muitas mãos que voluntariamente doam seu tempo e acreditam que a extensão é fonte não só de transmissão de conhecimento, mas também de produção de conhecimento.

Desde 2019, seu formato é apenas digital e tem periodicidade anual. A revista publica principalmente artigos e relatos de experiência.

Qualis Capes 2017-2020: A4

ISSN: 2447-794X

DOI: https://doi.org/10.31417

Link: https://nexus.ifam.edu.br/index.php/revista-nexus

3. Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)

A Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC) é um periódico científico de acesso aberto, do Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico (PPGET), do IFAM. Os artigos podem ser publicados em português, inglês ou espanhol.

Tem por objetivo, divulgar a produção científica sobre temas relacionados à área de Ensino, contemplando processos e produtos educacionais, tecnologias digitais, além de temáticas relacionadas à formação de professores (inicial e/ou continuada), desde que dialoguem com a produção da área e tragam novos e relevantes resultados.

O periódico tem como missão ampliar o debate acadêmico e dar visibilidade às produções derivadas de dissertações e teses dos mestrados e doutorados profissionais, especialmente, na área de Ensino, levando em consideração as suas características, além de projetar ações de melhorias para a construção do periódico visando consolidar maior visibilidade no cenário nacional e internacional.

Desde 2020, a Educitec passou a adotar a modalidade de publicação contínua, com volume anual (janeiro - dezembro). O período entre a submissão e a publicação é de, em média, 6 meses, dependendo da quantidade de textos em avaliação e da disponibilidade de pareceristas.

Qualis Capes 2017-2020: A4

ISSN: 2446-774X

DOI: https://doi.org/10.31417

Link:https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/index

b) Revistas Eletrônicas do IFB

1. Revista Eixo

A Revista Eixo (Qualis A4 - 2016-2020) é um periódico de acesso aberto, com publicações quadrimestrais e ininterruptas de caráter multidisciplinar publicado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) desde 2012.

A publicação tem como objetivo a divulgação da produção técnico-científica de instituições de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento tecnológico; o registro público do conhecimento e sua preservação; a publicação dos resultados de pesquisas envolvendo ideias e propostas científicas inovadoras e a disseminação da informação e do conhecimento gerados pela comunidade científica.

A Revista Eixo possui política de verificação antiplágio que antecede o envio para avaliação externa. Para ela, são aceites trabalhos enquadrados como artigo científico, estudo de caso e revisão bibliográfica. No periódico, também são publicados dossiês, um conjunto de textos temáticos, ensaísticos ou analíticos, resultantes de estudos e pesquisas originais. Os dossiês serão propostos por meio de chamada pública, com ampla divulgação.

Qualis Capes 2017-2020:

ISSN: 2238-5630

Link: https://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/revistaeixo/index

c) Revistas Eletrônicas do IFES

O Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) possui quatro periódicos com indexadores e disponíveis para acesso por meio do Link: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/index/index.

1. Educação Profissional e Tecnológica em Revista

A Revista Educação Profissional e Tecnológica em Revista (ISSN 2594-4827) é um periódico quadrimestral vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado em rede nacional por Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. As submissões são realizadas em fluxo contínuo.

A Revista Educação Profissional e Tecnológica em Revista tem como foco publicações que venham a contribuir para o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica brasileira, seja no desenvolvimento e/ou reflexões teóricas ou em propostas que possam contribuir para a melhoria dos diversos aspectos que norteiam os processos de ensino em Espaços de Educação formais ou não formais.

Qualis Capes 2017-2020: B2

ISSN: 2594-4827

DOI: doi.org/10.36524

Link: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept

2. Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica

A Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica publica textos científicos produzidos em língua portuguesa ou espanhola, nos formatos de artigos científicos (empírico, experimental ou teórico) e ensaios, organizados em seis linhas temáticas norteadas pelo texto central, a saber: a) Ensino de Ciências e Matemática, b) Ensino de Humanidades, c)

Formação Inicial e Continuada de Professores, d) Tecnologias Educacionais e Recursos Didáticos, e) Educação Profissional, e f) Diversidade e Inclusão Social, todos no contexto da Educação Científica e Tecnológica.

Qualis Capes 2017-2020: B2

ISSN: 2236-2150

DOI: doi.org/10.36524

Link: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect

3. Revista Eletrônica Sala de Aula em Foco

A Revista Eletrônica Sala de Aula em Foco (RSAF) é um periódico gerenciado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática do Instituto Federal do Espírito Santo. A revista publica artigos baseados em práticas experimentais e investigativas, relatos de experiência em educação, tecnologia e recursos educacionais, práticas investigativas e tecnologias educacionais e recursos didáticos em ensino.

Priorizam-se trabalhos realizados nas áreas de Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Educação Agrícola, Educação em Ciências e Matemática e Divulgação Científica.

Idealizada com uma visão interdisciplinar, a revista tem como objetivo divulgar experiências docentes, tecnologias e recursos educativos que promovam a Educação Científica e Tecnológica. Seu público-alvo inclui pesquisadores, estudantes de pós-graduação, professores do Ensino Médio, graduandos de diferentes licenciaturas e o público geral interessado nos temas abordados.

Qualis Capes 2017-2020: B2

ISSN: 2316-7297

DOI: doi.org/10.36524

Link: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/saladeaula

4. Revista IFES Ciência

A Revista Eletrônica IFES Ciência é uma revista científica do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) de caráter multidisciplinar, com publicação de forma continuada a partir de 2021, vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do IFES. Seu foco principal é colaborar na difusão dos conhecimentos relacionados à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo, ao cooperativismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Seu propósito é abranger as várias áreas de atuação de pesquisadores do Instituto e de outras

instituições alinhadas às diretrizes da pesquisa no Brasil e no mundo. Sua edição é de fluxo contínuo, com submissão gratuita e com rápido trâmite editorial.

Qualis Capes (2017-2020): C

ISSN: 2359-4799

DOI: doi.org/10.36524/ric.v10i1.2603

Link de acesso: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric

d) Revistas Eletrônicas do IFSul

O Instituto Federal Sul-Riograndense (IFSul) possui três revistas eletrônicas com indexadores e disponíveis para acesso por meio do Link: https://periodicos.ifsul.edu.br.

1. **Revista Thema**

A Revista Thema é um periódico trimestral multidisciplinar focado nas áreas de ensino e de educação, editado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). O primeiro número da Revista Thema foi publicado em 1997. A revista tinha formato impresso e era custeada, em sua íntegra, pela Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPel). Foi idealizada originalmente para divulgar as produções dos seus professores e pesquisadores. Para adequá-la melhor ao elenco de exigências constantes no instrumento que orientou a avaliação de periódicos científicos da CAPES, em 2010, já como Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul), foi implementado um conjunto significativo de alterações na revista, passando a ter a sua divulgação no formato digital. Também foi aberta para receber trabalhos de pesquisadores de todas as instituições do Brasil e do exterior.

A submissão de artigos é contínua e feita exclusivamente por meio eletrônico. Para avaliação dos artigos submetidos, é adotado o processo *Blind Review* (avaliação cega).

Qualis Capes 2017-2020: A2

ISSN Eletrônico 2177-2894

DOI: 10.15536

Link: https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/index

2. **Revista Educar Mais (REM)**

A Revista Educar Mais (REM) é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação (PPGCITED) do CaVG/IFSul, em parceria com os programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da UNIPAMPA e em Educação, da Univille. A gestão

editorial da Revista é executada pela Equipe do PPGCITED/CaVG/IFSul. Tem como objetivo divulgar artigos provenientes de pesquisas científicas, artigos resultantes dos processos de desenvolvimento e/ou análise e implementação de produtos educacionais e artigos de revisão das áreas de Ensino e Educação da CAPES.

Os artigos de revisão devem apresentar um referencial teórico adequado ao tipo de revisão realizada (seja ela sistemática, narrativa, integrativa etc.) e incluir uma fundamentação teórica que explique os métodos de análise dos dados. A Revista Educar Mais foi criada pelo Programa Núcleo de Ensino em Ciências e Matemática (PRONECIM), em 2012, com o objetivo de divulgar trabalhos da Educação Básica. No final de 2018, passou a ser publicada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação do CaVG/IFSul (PPGCITED) e a gestão editorial continuou sendo executada pela Equipe do PRONECIM. A partir de 30 de outubro de 2019, passou a contar com a parceria dos programas de Pós-Graduação em Educação da UNIPAMPA (PPGEdu) e em Educação da Univille. A gestão editorial é automatizada por meio do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) customizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Qualis Capes (2017-2020): B1

ISSN Eletrônico 2237–9185

DOI: 10.15536

Link: https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais

3. Revista Ação e Reflexão

A Revista Ação e Reflexão é uma publicação multidisciplinar vinculada à Coordenadoria de Pesquisa e Inovação (Copin) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), *campus* Passo Fundo e disponibilizada no Portal de Periódicos da Instituição. O objetivo da Revista é socializar o conhecimento científico, por meio da divulgação e disponibilização da produção científica em Educação, Ciência e Tecnologia. A Revista publica trabalhos técnico-científicos originais, inéditos e relevantes nas áreas: Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, e Linguística, Letras e Arte. Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento. A Revista Ação e Reflexão teve seu primeiro número publicado no formato impresso, no ano de 2010, pelo *campus* Passo Fundo.

Qualis Capes (2016-2020): A3

ISSN: 2177-5192 (impresso)

e-ISSN: 1982-9949 (online)

DOI: 10.17058

Link: https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/acaoereflexao/index

e) Revistas Eletrônicas do IFRN

A publicação de periódicos especializados no IFRN faz parte do conjunto de ações da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPI) para difusão da produção técnico-científica institucional.

Nesse sentido, o IFRN oferece o suporte necessário para a constituição e o funcionamento das revistas, responsabilizando-se por fomentar e lhes dar visibilidade, por meio de ações de promoção e divulgação institucional, acompanhamento e manutenção do portal de periódicos do IFRN, criação de normativos e regulamentos, entre outras.

A divulgação, editoração e publicação de revistas científicas no IFRN é regida por meio da Resolução nº 11/2024 - Consup, que trata da Política Editorial de Periódicos do IFRN, a qual versa sobre o portal de periódicos da instituição e o seu funcionamento, além de normatizar a criação e manutenção de revistas científicas no IFRN. Ademais, o documento também institui o Comitê Gestor do Portal de Periódicos do IFRN, responsável por avaliar a criação de novas revistas e a atividade das já existentes.

Atualmente, existem oito revistas científicas eletrônicas editadas no IFRN, com indexação em várias bases de dados, sendo três delas qualificadas na plataforma Sucupira da CAPES, para a educação e o ensino. Os periódicos na íntegra podem ser acessados: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/

1. **Holos**

A ***HOLOS*** é uma publicação on-line do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), que tem como objetivo publicar artigos que contribuam para o estudo de temas interdisciplinares. A Holos é editada de forma contínua, estando aberta à contribuição de pesquisadores de outras entidades de ensino e pesquisa. Publica artigos em português, espanhol, francês e inglês.

Qualis CAPES (2017-2020): A1

ISSN 1807-1600

DOI: 10.15628

Link: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS

2. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT)**

A Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT) é um periódico exclusivamente eletrônico de acesso aberto e fluxo contínuo que está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. A revista aceita manuscritos em português, espanhol, francês e inglês e possui como objetivo a publicação de artigos, ensaios, relatos de experiência e resenhas inéditos na área de Educação Profissional e Tecnológica.

Qualis CAPES (2017-2020): A2

e-ISSN: 2447-1801

DOI: 10.15628

Link: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT

3. Geoconexões

A Geoconexões é a publicação semestral da área de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), que busca dar visibilidade às produções científicas desenvolvidas por instituições de ensino, pesquisa e extensão no Rio Grande do Norte, no Brasil e no exterior.

A Geoconexões visa à publicação científica em uma perspectiva plural, contemplando as diferentes especialidades da Ciência Geográfica e de Áreas Afins, tais como Ciências Ambientais, Geociências e Educação.

A revista está aberta a contribuições de pesquisadores de outras instituições de pesquisa, dando prioridade à publicação de resultados de pesquisas concluídas. Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

QUALIS Capes (2017 – 2020): A3

ISSN: 2359-6007

DOI: 10.15628

Link: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/index

A divulgação das pesquisas desenvolvidas no âmbito do ProfDocência-EPT será realizada de forma ampla e sistemática por meio de diferentes canais acadêmicos e científicos, incluindo periódicos especializados, eventos científicos, repositórios institucionais, livros e produtos educacionais digitais. Essa estratégia de difusão valoriza a natureza aplicada da pesquisa no programa, evidenciando sua contribuição à docência no contexto da EPT. Ao priorizar a

socialização do conhecimento produzido, contribuindo para o aprimoramento das práticas pedagógicas no âmbito da EPT.

19. INFRAESTRUTURA E CAPACIDADE INSTALADA DE PESQUISA NAS INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS

As instituições associadas cuja institucionalidade foi dada pela Lei nº 11.892/2008, integram a RFEPCT, vinculada ao MEC. Elas têm natureza jurídica autárquica, com autonomia administrativa, financeira, pedagógica e disciplinar, motivo pelo qual apresentam elementos essenciais de infraestrutura e de capacidade instalada de pesquisa, os quais podem contribuir para uma boa dinâmica administrativa e pedagógica do ProfDocência-EPT.

19.1 INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS (IFAM) – CAMPUS ITACOATIARA

O Instituto Federal do Amazonas (IFAM) possui uma infraestrutura administrativa e acadêmica que apoia suas diversas iniciativas educacionais, especialmente no âmbito da verticalização de ofertas, que agregam a pesquisa e a extensão como pilares integrados ao ensino. A sua natureza compartilhada, com todos os cursos e programas ofertados, facilita a gestão e a manutenção dos espaços e patrimônios, além de dar suporte adequado às atividades do programa.

As salas para os docentes permitem o compartilhamento de professores de diversas áreas e cursos, promovendo um ambiente colaborativo entre os educadores. Os alunos possuem acesso a salas exclusivas, equipadas com computadores conectados à Internet, incentivando o uso de tecnologia na realização das atividades acadêmicas e facilitando o aprendizado.

Os laboratórios destinados à pesquisa estão identificados abaixo:

a. Laboratório multidisciplinar, que atende a disciplinas de ciências, equipado com kits educacionais de química, biologia, física e matemática, além de microscópios e outros equipamentos.
b. Laboratório de agroindústria, destinado às boas práticas de manipulação de alimentos.
c. Laboratório de gestão, que apoia as turmas de administração.
d. Laboratório Maker, equipado com impressoras 3D, computadores, drones e kits de robótica educacional, promovendo a educação em ciência e tecnologia.
e. Três laboratórios de Informática, que atendem às atividades do curso técnico em Manutenção e Suporte em Informática, compartilhados com os cursos de Agropecuária e Administração, além do curso superior de Licenciatura em Ciências Agrárias.

O *campus* possui uma biblioteca que oferece acesso à internet, com cerca de 10 mil exemplares em diversas áreas, incluindo administração, agropecuária e ciências agrárias. A Biblioteca disponibiliza notebooks conectados à internet e mesas de estudo. Além disso, o IFAM tem parceria com o Portal de Periódicos da Capes e acesso à plataforma digital Minha Biblioteca, que oferece mais de 12 mil títulos em português.

O financiamento de projetos de pesquisa e de extensão tem sido executado por meio de parceria com a FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas), dentre outras instituições, recebendo bolsas de mestrado e auxílio pesquisa. Anualmente, o IFAM submete um projeto para cada Programa de Pós-Graduação da instituição.

Além dessa estrutura acima apresentada, o IFAM também abriga o Observatório da Juventude e Educação Profissional e Tecnológica, que visa mapear e difundir informações sobre juventude e educação no contexto amazônico, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento regional. Além disso, o campus possui uma unidade experimental para a criação de peixes em sistema de recirculação de água, permitindo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Uma incubadora de empresas para fortalecer o empreendedorismo local também está em processo de implantação.

Além disso, o corpo técnico e docente do IFAM possui vasta experiência em projetos de pesquisa, especialmente com a FAPEAM, o que possibilita a captação de recursos para a estruturação dos laboratórios e, consequentemente, enriquece o processo de ensino-aprendizagem dos discentes.

19.2 INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB) – *CAMPUS* SAMAMBAIA

O Instituto Federal de Brasília - Campus Samambaia oferece uma infraestrutura robusta e compartilhada, voltada para atender às necessidades de seus programas acadêmicos e de pesquisa, conforme a lista abaixo.

Salas para docentes: as salas destinadas aos docentes também são compartilhadas, facilitando a interação entre os professores.

Salas para o corpo discente: o campus disponibiliza salas equipadas com computadores, que são igualmente compartilhadas entre os estudantes e auxiliam na realização de suas atividades acadêmicas.

Laboratórios para pesquisa: o *campus* Samambaia abriga diversos laboratórios da instituição, incluindo:

- Laboratório Multiusuário: INOVAPE (em implementação), com capacidade para até 20 estudantes de forma simultânea.
- Multlab (Laboratório de Múltiplos Projetos).
- IFactory: um laboratório de tecnologia e design/trabalho coletivo.
- Papp-Lab: foca em pesquisa aplicada e prática profissional.

A biblioteca do Campus possui acesso à Internet, facilitando a busca de material para pesquisa e o estudo individual e/ou coletivo. Vale ressaltar que o acervo da biblioteca está distribuído nas seguintes áreas do conhecimento:

- Ciências Exatas e da Terra: 982/2342
- Engenharias: 1192/2919
- Ciências Humanas: 491/807
- Ciências Sociais Aplicadas: 1032/1901
- Linguística, Letras e Artes: 1723/3476

Além disso, o IFB assina a Minha Biblioteca, uma base de dados de livros eletrônicos com amplo acervo multidisciplinar, acessível a estudantes de cursos superiores, de graduação e de pós-graduação. O campus também possui acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, que oferece uma vasta coleção de periódicos científicos e bases de dados. Os alunos e servidores podem acessar esse conteúdo restrito via login na Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). A biblioteca ainda assina a base Target GEDWeb, que oferece acesso unificado a normas e regulamentações técnicas.

Embora, atualmente, não haja financiamento externo voltado para os projetos de pesquisa e de extensão, o Campus Samambaia possui toda a estrutura necessária para a execução de planos de curso na área de educação. O espaço é adequado para reuniões de Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), colegiados e atendimentos gerais. Além disso, a instituição conta com salas de aula e ambientes coletivos amplos, incluindo um auditório de médio porte, ginásio coberto e pátio interno, que podem ser utilizados para eventos. O IFB, portanto, se destaca por sua infraestrutura compartilhada e sua capacidade de acolher e desenvolver projetos educacionais e de pesquisa em um ambiente colaborativo e bem estruturado.

19.3 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE – CAMPUS PASSO FUNDO

O IFSUL – *Campus* Passo Fundo destaca-se pela sua infraestrutura robusta, projetada para atender às necessidades de alunos e docentes nos mais diversos cursos e programas ofertados pela

Instituição. A gestão administrativa do campus é caracterizada por um modelo compartilhado, que promove a integração e a eficiência entre os diversos programas oferecidos.

Espaços para docentes e alunos

O *campus* oferece salas compartilhadas para docentes, assegurando que os professores tenham acesso a espaços adequados para planejamento e interação com os alunos. Para os estudantes, há salas equipadas com computadores, garantindo que todos tenham acesso à tecnologia necessária para suas atividades acadêmicas.

Laboratórios de pesquisa

O IFSUL possui uma infraestrutura laboratorial impressionante, com um total de 10 unidades: dois com microcomputadores, sete com 20 e um com 10. Cada laboratório é equipado com projetores multimídia, telas retráteis, ar-condicionado tipo Split, quadros negros ou brancos, bancadas e cadeiras universitárias. Todos os espaços têm acesso à internet, suportado por dois links que garantem alta disponibilidade. Essa estrutura é exclusiva do campus, proporcionando um ambiente propício para a pesquisa e o aprendizado.

Biblioteca e acervo

A biblioteca do IFSUL – *Campus* Passo Fundo é um verdadeiro tesouro para a comunidade acadêmica, possuindo um acervo de mais de 8.258 exemplares, que inclui livros técnicos, literatura, periódicos e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). O acervo é especialmente rico nas áreas de Informática, Engenharia e Educação. Os usuários podem consultar o catálogo online através do sistema Pergamum e têm acesso à Biblioteca Virtual Pearson, que oferece cerca de 16.859 títulos online. Além disso, o campus disponibiliza o Portal de Periódicos da CAPES, acessível via Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). Graças à estrutura multicampi do IFSUL, os alunos podem acessar acervos de outros campi, contribuindo para uma formação ainda mais abrangente.

Infraestrutura Complementar

Além dos laboratórios e da biblioteca, o campus conta com 13 salas de aula com capacidade para 30 alunos, todas equipadas com tecnologia moderna e um auditório com 360 que lugares oferece espaço para eventos e palestras. Para o bem-estar dos alunos, há ainda uma cantina, uma academia e uma quadra de esportes, promovendo a integração e a prática de atividades físicas.

Em resumo, o IFSUL – Campus Passo Fundo se apresenta como um ambiente educacional completo, que alia infraestrutura de qualidade a uma ampla gama de recursos para apoiar a formação acadêmica de seus alunos.

19.4 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO (IFES) – CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

O *Campus* Cachoeiro de Itapemirim do IFES oferece uma infraestrutura administrativa e acadêmica robusta e exclusiva para o desenvolvimento de seus programas acadêmicos, com ênfase na articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Isso permite uma gestão eficiente e focada nas necessidades dos cursos e programas ofertados pelo Campus.

Os ambientes para uso do corpo docente são compartilhados, o que gera um potencial de interação e colaboração entre os professores. Já o corpo discente tem seus espaços com salas equipadas com computadores para uso dos estudantes em suas atividades acadêmicas.

O *campus* Cachoeiro de Itapemirim/ES sedia diversos laboratórios, conforme disposto a seguir:

- LEDS (Laboratório de Extensão em Desenvolvimento de Soluções)
- LAIR (Laboratório de Automação e Inovação em Rochas)
- LabMaker
- LABORA (Laboratório de Robótica)
- GERMINA (Grupo de Estudos em Robótica, Metaverso e Inteligência Artificial), que inclui um laboratório de Metaverso Educacional.

No total, o *campus* possui 27 laboratórios dedicados ao ensino, abrangendo áreas como Informática, Mineração, Mecânica, Eletroeletrônica, Matemática, Ciências da Natureza e Linguagens.

Em relação à Biblioteca, o campus conta com acesso à internet, o que dá suporte à pesquisa e ao aprendizado dos alunos. O espaço da biblioteca possui aproximadamente 632 metros quadrados, com um acervo de 4.675 títulos e 17.946 exemplares, além de 98 títulos de periódicos, DVDs e CDs. O acervo é predominantemente técnico, com foco nas áreas de Informática, Eletromecânica, Mineração e Engenharias, e disponibiliza espaços de estudo, incluindo cabines para grupos e salas de informática. Além disso, os alunos e servidores têm acesso a bibliotecas virtuais como Minha Biblioteca, GedWeb (normas), Pearson e o Repositório Institucional do IFES.

No que concerne ao financiamento da pesquisa e da extensão, o IFES conta com parcerias estabelecidas com diversas agências de fomento, como CNPq e Capes, além de colaborações com secretarias municipais e estaduais e empresas do setor privado. Essas parcerias viabilizam a execução de projetos de pesquisa e extensão, como o "Projeto Rio Doce Escolar", que forma educadores em Educação Ambiental.

Além disso, a infraestrutura física do *campus* é organizada e acessível, com 11 blocos de salas de aula e laboratórios integrados. Destaca-se a sinalização acessível e a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, favorecendo um aprendizado aplicado, interativo e contextualizado. Nesse contexto, o *campus* abriga o Núcleo Incubador e o Hub de Inovação Distrito 28, que promove a pesquisa aplicada e a inovação, conectando governo, empresas e academia para resolver desafios regionais. As ofertas de cursos de graduação incluem a Licenciatura em Matemática e Informática e a Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais.

Para complementar, Cachoeiro de Itapemirim é um município central na região sul do Espírito Santo, com um sistema educacional robusto que inclui várias escolas as quais oferecem educação profissional. A diversidade de cursos técnicos e a atuação do IFES contribui significativamente para a formação de professores e a promoção da educação na região. Assim, o IFES – *Campus* Cachoeiro de Itapemirim destaca-se como um polo de educação e inovação, comprometido com a formação de profissionais qualificados e com a promoção de projetos que impactam positivamente a comunidade local.

19.5 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN): ASPECTOS GERAIS

Para a oferta do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), os campi abaixo relacionados participam dos programas de fomento que se efetivam por meio de ações sistêmicas, porém no âmbito da infraestrutura e da capacidade instalada de pesquisa, cada um deles possui especificidades, conforme se destacam a seguir.

IFRN – *Campus* Avançado Natal - Zona Leste

O *Campus* Avançado Natal - Zona Leste do IFRN tem por foco a oferta de cursos na modalidade a distância, nos seguintes níveis: cursos de formação inicial e continuada (FIC), cursos técnicos subsequentes, cursos superiores de tecnologia, cursos de licenciatura e cursos de pós-

graduação lato sensu. Desde 2009, o campus abriga a oferta da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e tem parceria com outros campi para as ofertas desse Programa.

Por esse motivo, o campus oferece uma infraestrutura moderna e bem equipada, dedicada ao ensino e à pesquisa, promovendo um ambiente propício para a formação de seus alunos, que estão espalhados em todo o Estado do Rio Grande do Norte, e até fora dele.

A Infraestrutura Administrativa do campus é compartilhada, permitindo uma gestão eficiente das atividades administrativas, de recursos humanos e de atividades acadêmicas. Já a infraestrutura específica para a modalidade a distância inclui uma Diretoria de Tecnologias Educacionais, que trabalha com a produção de materiais didáticos, agregando diversos profissionais na produção de material multimídia para EaD e no suporte ao Ambiente Virtual de Aprendizagem – *Moodle* Acadêmico.

Além das salas destinadas às coordenações de cursos e programas, que são compartilhadas por diversos professores e colaboradores, o campus possui uma sala de professores efetivos do *Campus* Zona Leste, com 16 estações de trabalho, cada uma delas destinadas a um docente, sem compartilhamento com os demais.

O *campus* dispõe de três laboratórios destinados aos alunos e aulas com o uso de computadores, todos climatizados e equipados com 30 computadores conectados à internet, projetor multimídia, quadro branco e computador de mesa para o professor. Um desses laboratórios é de uso exclusivo dos alunos que precisam ir ao polo para fazer suas atividades.

A Biblioteca Sebastião Názaro do Nascimento oferece acesso à internet, apoiando a pesquisa e o estudo dos alunos. Seu acervo conta com 865 registros e 4.396 volumes, distribuídos nas seguintes áreas:

- Ciências Exatas e da Terra: 174 registros/1.102 volumes
- Ciências Biológicas: 11 registros/90 volumes
- Engenharias: 14 registros/105 volumes
- Ciências da Saúde: 29 registros/143 volumes
- Ciências Agrárias: 2 registros/11 volumes
- Ciências Sociais Aplicadas: 144 registros/746 volumes
- Ciências Humanas: 303 registros/1.293 volumes
- Linguística, Letras e Artes: 188 registros/906 volumes

O acesso eletrônico inclui o Portal de Periódicos da Capes e o Repositório Institucional do IFRN, o Memoria. A biblioteca possui uma sala de estudo em grupo, cinco cabines para estudos individuais, três computadores para pesquisa e uma mesa central para estudos, além de serviços como emissão de fichas catalográficas e manuais de normalização.

Os recursos para pesquisa e extensão do campus provêm de fomentos internos da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI). Em 2024, foram destinados R$ 21.600,00 para bolsas estudantis. O *campus* também recebe apoio da Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN) para o gerenciamento de recursos externos, como um projeto vinculado à Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia, com um valor aprovado de pouco mais de um milhão e quinhentos mil reais, dentre outros.

Além das especificidades relatadas anteriormente, o campus conta com uma Assessoria de Pesquisa e Extensão, que atualmente possui diversos projetos cadastrados, tanto com fomento institucional, como também com parcerias externas.

Há duas salas destinadas aos docentes servidores: a primeira está destinada ao trabalho pedagógico, equipada com 16 escrivaninhas, armários para materiais e impressoras compartilhadas. A segunda sala é compartilhada com os servidores técnicos-administrativos, sendo destinada ao horário de descanso, para aqueles que ficam 8h diárias no campus. Essa sala é equipada com poltronas confortáveis e TV.

O *campus* ainda conta com três salas de aula e um auditório com capacidade para 48 pessoas, equipado com cadeiras ergonômicas. Com uma infraestrutura bem planejada e recursos adequados, o IFRN – *Campus* Avançado Natal - Zona Leste se destaca como um importante centro de educação e inovação, comprometido com a formação de profissionais qualificados e a promoção de projetos que beneficiem a comunidade local.

IFRN - *Campus* Canguaretama

Este *campus* oferece uma infraestrutura que garante um ambiente propício e acolhedor para o aprendizado e a formação dos seus alunos. A infraestrutura administrativa se caracteriza por ser compartilhada com todos os cursos, do Técnico Integrado aos cursos superiores de graduação e pós-graduação. Esse compartilhamento permite a gestão eficaz das atividades acadêmicas e a otimização dos recursos, de modo a beneficiar todos os espaços e setores do campus.

As salas para o corpo docente se constituem em espaços compartilhados, facilitando a interação e a colaboração entre os servidores, além de promover o intercâmbio de suas experiências.

As salas para os estudantes também são espaços compartilhados, equipados com computadores com acesso à Internet, facilitando a realização das atividades acadêmicas das disciplinas, bem como a pesquisa e outras produções.

Os 3 laboratórios de informática são destinados às práticas pedagógicas e de pesquisa, possuindo a seguinte capacidade:

- Laboratório 01: capacidade para 40 discentes
- Laboratório 02: capacidade para 32 discentes
- Laboratório 03: capacidade para 38 discentes

Além dos laboratórios de Informática, existe o Laboratório de Humanidades e Laboratório do NEABI, ambos climatizados e equipados com estações de trabalho individuais e coletivas, com materiais específicos das respectivas áreas. Todos os laboratórios são exclusivos do campus, não sendo compartilhados com outras instituições de ensino superior.

A Biblioteca Clara Camarão oferece diversos serviços e possui acesso à Internet, facilitando a consulta ao acervo e a outras Bases de Pesquisa, como o Portal de Teses e Dissertações da Capes, a Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações (BDTD), dentre outros para pesquisa e estudo. O acervo da Biblioteca está caracterizado pelo seguinte quantitativo:

- Total de Títulos: 2.498
- Total de Exemplares: 11.362
- Periódicos: disponíveis no portal de periódicos da CAPES, abrangendo as principais áreas do curso.
- Política de Expansão: o acervo é constantemente atualizado, seguindo a política de desenvolvimento de bibliotecas da Instituição.
- Informatização: a consulta ao acervo é feita através do sistema automatizado de biblioteca – SIABI.

A biblioteca dispõe de um salão principal, uma sala com 10 cabines para estudo individual, um ambiente com 10 computadores para pesquisa, 60 armários guarda-volumes, 13 mesas de estudo no salão superior, uma sala de estudo em grupo, duas mesas grandes para reuniões, além de um elevador de acessibilidade e um sistema de proteção ao acervo.

Portanto, o IFRN – *Campus* Canguaretama, com sua infraestrutura moderna e bem planejada, se destaca como um importante centro de formação e pesquisa, comprometido com a excelência no ensino e o desenvolvimento integral de seus alunos.

IFRN – *Campus* Caicó

O IFRN *Campus* Caicó, localizado na região do Seridó do Rio Grande do Norte, tem uma estrutura que propicia um ambiente adequado e propício ao desenvolvimento acadêmico e

profissional dos seus educandos. A estrutura administrativa exclusiva assegura uma gestão eficaz das atividades administrativas e acadêmicas.

A sala dos professores é um ambiente compartilhado, equipado com computadores e mesas de trabalho, inclusive para reuniões.

A sala para os estudantes é igualmente equipada com computadores, que são compartilhados entre os estudantes dos diversos cursos e turmas, facilitando a realização das atividades escolares e de pesquisas.

O *Campus* Caicó ainda disponibiliza laboratórios diversos, com infraestrutura de pesquisa completa, incluindo:

- Três laboratórios de informática, sendo dois com capacidade para 40 discentes e um com 36 discentes.
- Laboratório de Inovação Tecnológica, Ensino e Extensão, equipado com dez computadores e ferramentas de prototipação.
- Cinco laboratórios de Ciências, todos climatizados e com estações de trabalho individuais e coletivas, com materiais específicos de cada área. Todos os laboratórios são exclusivos do campus.

A Biblioteca Central Júlia Medeiros é um ambiente climatizado com acesso à Internet, apoiando a pesquisa e a aprendizagem dos estudantes. O acervo é caracterizado pelos seguintes quantitativos por área de conhecimento:

- Ciências Exatas e da Terra: 671 títulos (3.172 exemplares)
- Engenharias: 407 títulos (2.675 exemplares)
- Ciências Humanas: 904 títulos (3.163 exemplares)
- Ciências Sociais: 351 títulos (1.347 exemplares)
- Linguística: 1.572 títulos (3.141 exemplares)
- Multidisciplinar: 45 títulos (145 exemplares)
- Ciências Biológicas: 84 títulos (361 exemplares)
- Ciências da Saúde: 51 títulos (231 exemplares)
- Ciências Agrárias: 19 títulos (93 exemplares)

Além disso, o IFRN oferece acesso a periódicos por meio da CAPES/CAFe e ao Portal Memoria, um repositório institucional que armazena e divulga a produção intelectual da instituição em formato digital.

O Financiamento da Pesquisa e Extensão conta com recursos provenientes da Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FUNCERN), que apoia as iniciativas de pesquisa e extensão. Portanto, com essa infraestrutura, o IFRN – Campus Caicó se destaca como um importante centro de formação educacional e inovação, comprometido com a excelência no ensino e o desenvolvimento integral de seus alunos.

20. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deve ser realizada anualmente, tendo por referência os resultados da Avaliação Institucional e da Avaliação das Condições de Ensino. A avaliação e eventuais correções de rumos necessárias ao desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso deverão ser definidas a partir dos critérios expostos a seguir:

a) Justificativa do curso – deve observar a pertinência no âmbito de abrangência, destacando: a demanda da região, com elementos que sustentem a criação e manutenção do curso; o desenvolvimento econômico da região, que justifiquem a criação e manutenção do curso; a descrição da população da educação básica local; a oferta já existente de outras instituições de ensino da região; a política institucional de expansão que abrigue a oferta e/ou manutenção do curso; a vinculação com o PPP e o PDI do IFSUL.
b) Objetivos do curso – devem expressar a função social e os compromissos institucionais de formação humana e tecnológica, bem como as demandas da região e as necessidades emergentes no âmbito da formação docente para a educação básica.
c) Perfil profissional do/a egresso/a– deve expressar as competências profissionais do/a egresso/a do curso.
d) Número de vagas ofertadas – deve corresponder à dimensão (quantitativa) do corpo docente e às condições de infraestrutura no âmbito do curso.
e) Estrutura curricular – deve apresentar flexibilidade, interdisciplinaridade, atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática.
f) Conteúdos curriculares – devem possibilitar o desenvolvimento do perfil profissional, considerando os aspectos de competências do/a egresso/a e de cargas horárias.
g) Práticas do curso – devem estar comprometidas com a interdisciplinaridade, a contextualização, com o desenvolvimento do espírito crítico-científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos/ãs.

h) Programas sistemáticos de atendimento ao/à discente – devem considerar os aspectos de atendimento extraclasse, apoio psicopedagógico e atividades de nivelamento.
i) Pesquisa e inovação tecnológica – deve contemplar a participação do/a discente e as condições para desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação tecnológica.

21. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO PROFDOCÊNCIA-EPT

No IFRN, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela coordenação dos processos de autoavaliação institucional, sistematização de informações e prestação de contas ao INEP e a outros órgãos vinculados ao Ministério da Educação (MEC). Essa comissão desempenha um papel fundamental na promoção da qualidade educacional, incentivando um ambiente de ensino-aprendizagem contínuo e reflexivo.

De acordo com o Regimento Geral do IFSUL, a CPA é composta por uma Comissão Central e Comissões Locais em cada unidade acadêmico-administrativa, conhecidas como CPA Locais. A Comissão Central é composta por representantes do Serviço de Avaliação Institucional, Avaliação e Regulação do Ensino, além de representantes da sociedade civil organizada, discentes de cursos técnicos e de graduação, docentes e técnicos administrativos, incluindo membros da Equipe Técnica de Ensino e Pedagogia (ETEP). As CPA Locais atuam diretamente no processo de autoavaliação, especialmente na sensibilização da comunidade acadêmica, na divulgação de resultados e na promoção de fóruns de discussão para levantar sugestões de melhorias, encaminhando essas propostas à gestão do *Campus*.

O processo de Avaliação Institucional conduzido pela CPA no IFSUL considera as dimensões estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), conforme o artigo 3º da Lei nº 10.861/2004. Essas dimensões incluem a missão e o plano de desenvolvimento institucional, a política para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão, além da responsabilidade social da instituição, focando na inclusão social, desenvolvimento econômico e social, sustentabilidade ambiental e valorização cultural. Outros aspectos avaliados são a comunicação com a sociedade, as políticas de pessoal, a organização e gestão institucional, a infraestrutura física, o planejamento e avaliação, as políticas de atendimento aos estudantes e a sustentabilidade financeira, bem como se alinham aos indicadores do PDI.

No contexto do IFSUL, o ProfDocência-EPT seguirá o processo de autoavaliação de acordo com a APCN-Capes/2025 e contará com Comissão de Autoavaliação (CAA) composta por professores permanentes, estudantes com matrícula ativa e egressos eleitos, conforme composição discriminada a seguir:

I. 01 (um) coordenador que atua como presidente, escolhido entre os docentes eleitos;
II. 01 (um) docente permanente por instituição associada;
III. 01 (um) docente colaborador por instituição associada, se houver;
IV. 01 (um) servidor técnico-administrativo do Programa por instituição associada;
V. 01 (um) discente regularmente matriculado por instituição associada;
VI. 01 (um) egresso como representante da comunidade externa por instituição associada.

São competências e atribuições da Comissão de Autoavaliação:

I. elaborar, ouvindo os segmentos do Programa, o Plano de Autoavaliação e seus instrumentos de monitoramento das ações e da produção acadêmica e científica para aprovação pela Comissão Nacional do ProfDocência-EPT e pelo Colegiados Acadêmicos Institucionais;
II. elaborar o Plano de Autoavaliação como projeto de pesquisa científica de natureza aplicada;
III. submeter o projeto de pesquisa da autoavaliação do Programa ao Comitê de Ética em Pesquisa;
IV. promover a sensibilização da comunidade acadêmica sobre a relevância do envolvimento de todos no processo de autoavaliação;
V. construir um banco de dados para o registro de informações e das ações realizadas no processo de autoavaliação e da pesquisa;
VI. coletar de docentes, discentes, gestores, servidores técnico-administrativos e egressos dados e opiniões sobre o programa e sua dinâmica de funcionamento;
VII. promover a discussão e a análise dos dados coletados;
VIII. elaborar o relatório circunstanciado de autoavaliação quadrienal com ênfase nos pontos fortes e fracos e nas sugestões de melhorias do programa, antes do encerramento do período de avaliação do Programa;
IX. constituir, anualmente, espaços de discussão e acompanhamento da produção acadêmica e científica, bem como de sua divulgação e comunicação;

X. implantar a autoavaliação como um processo permanente e continuado com registros anuais de ações e procedimentos de comunicação e divulgação como forma de retroalimentação para melhorias constantes do Programa.

Em articulação com as diretrizes da APCN/Capes do ProfDocência-EPT e do seu PPC, os processos de avaliação institucional do IFSUL seguem um modelo participativo e transparente, envolvendo estudantes, docentes, técnicos administrativos e sociedade civil, sempre com o objetivo de fortalecer a qualidade da educação oferecida. A CPA/IFSUL, o Conselho Gestor do Programa, o Colegiado Acadêmico do Curso e a Comissão de Autoavaliação do Programa (CAA) atuarão de forma articulada para que o Curso ProfDocência-EPT esteja alinhado às diretrizes educacionais nacionais, promovendo uma educação crítica, inclusiva e de excelência.

XI. Além dos direcionamentos da autoavaliação institucional desenvolvido pela CPA apresentados, a política de autoavaliação do ProfDocência – EPT segue as recomendações da Portaria Capes nº 148/2018, que regulamenta a política de autoavaliação, suas ações e procedimentos no âmbito dos Programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Considerando as orientações constantes do relatório do grupo de trabalho que apresenta a proposta sistemática de autoavaliação no âmbito dos programas de pós-graduação, o ProfDocência – EPT propõe implantar uma sistemática de autoavaliação no âmbito do programa como uma política interna de atuação permanente para compor a avaliação do programa realizada pela Capes.

22. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA

22.1 Instalações e equipamentos oferecidos aos professores e estudantes

Biblioteca

Equipamentos:	Quantidades
Ar condicionado tipo Split	06 un.

Mesas e bancadas individuais de estudo	11 un.
Mesas de estudo em grupo	10 un.
Mesas de reunião com 06 cadeiras cada	02 un.
Mesas adaptadas para PCDs (pessoas com deficiência)	02 un.
Salas de estudo em grupo	05 un.
Acervo bibliográfico geral	5874 exemplares
Acervo bibliográfico da área de Informática	1263 exemplares
Acervo Bibliográfico de Área da Formação Geral	1791 exemplares
Computadores disponíveis aos estudantes alunos	10 un.
Destaque:	
Programa informatizado de consulta e gerenciamento do acervo	

Videoteca – Prédio 4

Equipamentos:	**Quantidade**
Ar condicionado tipo *Split*	02 un.
Armário de madeira	01 un.
Cadeira fixa estofada	01 un.
Cadeira giratória	05 un.
Mesa para impressora	01 un.
Mesa sem gaveteiro	02 un.
Projetor multimídia	01 un.
Tela retrátil	01 un.
Cadeira estofada	82 un.

Prédio 6 – Auditório

Identificação da área	Área - m²
Mezanino	69.56 m²
Auditório	325.75m²
Palco	70.27 m²
Circulação	24.04 m²
Banheiro feminino para estudantes alunos e servidores	19.41 m²
Banheiro masculino para estudantes alunos e servidores	12.23 m²
TOTAL	568.49 m²

Auditório

Equipamentos:	Quantidade
Ar condicionado tipo Split	05 un.
Cadeira giratória	01 un.
Mesa de impressora	01 un.
Projetor multimídia	01 un.
Cadeira estofada	360 un.
Cadeira giratória alta	15 un.
Caixa de som	02 un.
Equalizador de som	01 un.
Mesa de cerimônias	03 un.
Microfone sem fio	02 un.
Púlpito	01 un.
Suporte para microfone	02 un.

22.1 Infraestrutura de laboratórios específicos à Área do Curso

Salas de Aula

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADES
• Cadeiras universitárias ou conjuntos FDE	60 un.
• Quadro negro ou branco	01 un.
• Ventilador de teto	01 un.
• Projetor multimídia	01 un.
• Tela retrátil	01 un.

Laboratórios de Informática – Prédios 3 e 5

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADES
• Ar condicionado tipo *Split*	01unidade
• Microcomputador.	12 unidades
• Cadeira estofada com rodas e regulagem de altura.	25 unidades
• Estabilizador	12 unidades
• Armário de madeira com duas portas.	01 unidade
• Mesa para microcomputador	13 unidades
• Projetor multimídia.	01 unidade
• Tela retrátil.	01 unidade

Laboratórios de Informática – Prédio 7

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADES
• Ar condicionado tipo *Split*	01unidade
• Microcomputador.	24 unidades
• Cadeira estofada com rodas e regulagem de altura.	49 unidades
• Estabilizador	24 unidades
• Armário de madeira com duas portas.	01 unidade
• Mesa para microcomputador	25 unidades
• Projetor multimídia.	01 unidade
• Tela retrátil.	01 unidade

Além disso, o ProfDocência-EPT também promoverá atividades formativas síncronas e assíncronas por meio da Plataforma no âmbito das disciplinas realizadas por meio do formato de educação a distância, contando com o suporte da RNP para garantir conectividade de alto desempenho e webconferências estáveis.

A equipe de estudantes e servidores do ProfDocência-EPT/FRN terá acesso aos serviços de Pacote Microsoft Office 365, que disponibiliza ferramentas essenciais como Word e Excel, além do OneDrive para armazenamento seguro na nuvem e o Microsoft Teams para comunicação em tempo real. Complementando a produtividade, os alunos têm à disposição o Microsoft Copilot para assistência via inteligência artificial e recursos de design, além de acesso ao Portal de Periódicos CAPES, garantindo uma formação que une eficiência técnica à excelência na pesquisa científica. Ademais, também tem acesso às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT.

No tocante às ações de fortalecimento para a visibilidade e divulgação dos produtos educacionais, serão depositados na Plataforma Educapes disponível em:

https://educapes.capes.gov.br/. O EduCAPES é um portal de objetos educacionais para uso de alunos e professores da educação básica, superior e pós-graduação que buscam aprimorar seus conhecimentos.

No tocante às tecnologias assistivas para a produção e utilização dos produtos educacionais para acesso de Pessoas com Deficiência (PcD), são disponibilizados os seguintes:

Essas condições institucionais permitem apoiar a produção de diferentes tipologias de produtos educacionais, tais como recursos educacionais digitais, materiais pedagógicos interativos, protótipos didáticos, objetos de aprendizagem e exposições educativas, que poderão ser desenvolvidas em formato virtual ou físico, conforme a natureza da pesquisa e dos objetivos pedagógicos do produto. Dessa forma, a infraestrutura acadêmica, tecnológica e editorial do IFSUL configura um ambiente institucional robusto para apoiar o desenvolvimento, a sistematização e a difusão de produtos educacionais vinculados às pesquisas do ProfDocência EPT, contribuindo para fortalecer a relação entre investigação aplicada, inovação pedagógica e impacto social na EPT.

No âmbito do ProfDocência-EPT destacamos a centralidade dos produtos educacionais como eixo estruturante da formação e da pesquisa aplicada. Tais produtos, concebidos como resultados concretos das investigações desenvolvidas pelos mestrandos, assumem múltiplas tipologias, incluindo materiais didáticos, tecnologias educacionais, softwares, protocolos, cursos de formação, entre outros. Tais produtos educacionais são orientados por critérios de inovação, aplicabilidade, impacto, acessibilidade e aderência às linhas de pesquisa. Sua validação ocorre por meio de avaliação por pares especializados, no âmbito das bancas de qualificação e defesa, assegurando rigor acadêmico e relevância social, ao mesmo tempo em que potencializa sua utilização em contextos de docência da EPT.

Consoante a APCN/Capes, na defesa, a banca avaliará a Dissertação emitindo uma ata, e analisará o PE emitindo uma avaliação em ficha própria, que deve ser considerada como o documento de validação por pares especializados.

A banca de defesa de trabalho de conclusão de curso também valida o produto educacional por meio de ficha de avaliação que considerará os seguintes fatores:

a) Complexidade: compreende-se como uma propriedade do PE relacionada às etapas de elaboração, desenvolvimento e/ou validação do Produto Educacional.
b) Impacto: considera-se a forma como o PE foi utilizado e/ou aplicado nos sistemas educacionais, culturais ou CT&I. É importante destacar se a demanda foi espontânea ou contratada.

c) Aplicabilidade: relaciona-se ao potencial de facilidade de acesso e compartilhamento que o PE possui, para que seja acessado e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas.
d) Acesso: relaciona-se à forma de acesso do PE (aberto, fechado, gratuito, na página do Programa, em repositórios institucionais, nacionais ou internacionais, entre outras possibilidades).
e) Aderência: compreende-se como a origem do PE apresenta origens nas atividades oriundas das linhas e projetos de pesquisas do PPG em avaliação.
f) Inovação: considera-se que o PE é/foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora e original.

A capacidade docente e técnica instalada no IFSUL constitui um diferencial estratégico para o desenvolvimento, avaliação e validação dos produtos educacionais no âmbito do ProfDocência-EPT. A instituição dispõe de infraestrutura consolidada, com outros programas de pós-graduação *stricto sensu* também na área de EPT, corpo docente qualificado, laboratórios especializados, bibliotecas, repositórios institucionais e observatórios temáticos, assegurando condições efetivas para a produção, sistematização e difusão do conhecimento. Ademais, o IFSUL dispõe de um ecossistema institucional favorável à inovação, no qual se insere o potencial do Escritório de Projetos, das incubadoras tecnológicas e das ações de empreendedorismo inovador, que possibilitam a articulação entre pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e demandas do setor produtivo. Esse ambiente favorece a transferência de conhecimento educacional e tecnológico, ampliando as possibilidades de desenvolvimento e implementação de produtos educacionais inovadores voltados à EPT, com impacto direto nos sistemas de ensino e nos territórios de atuação.

Vale destacar de forma articulada, os compromissos institucionais com a diversidade, a inclusão e a internacionalização. O programa orienta-se pela valorização da pluralidade de sujeitos, saberes e territórios que constituem a EPT, promovendo a equidade nas condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes, bem como fomentando a produção de produtos educacionais comprometidos com as diversidades sociais, culturais, étnico-raciais e de gênero. Nessa perspectiva, tais produtos não se restringem ao campo didático, mas abrangem a agenda, a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação de programas, projetos e políticas públicas de ensino, pesquisa, inovação e extensão, com foco na superação das desigualdades educacionais e na consolidação de práticas inclusivas e socialmente referenciadas.

Igualmente, o ProfDocência-EPT buscará fortalecer estratégias de internacionalização por meio do estabelecimento de redes de cooperação acadêmica, intercâmbios institucionais, participação em eventos científicos e diálogo com experiências internacionais em EPT, ampliando a circulação do conhecimento e qualificando as investigações desenvolvidas. Nesse contexto, os produtos educacionais assumem também potencial inovador ao contemplar estudos e intervenções sobre políticas públicas para a EPT, incluindo sua agenda, tipologias, processos de formulação, implementação e avaliação, bem como análises sobre gestão e cultura organizacional na EPT. Essa abordagem integrada favorece a produção de conhecimentos aplicados com capacidade de repercussão em contextos locais, nacionais e internacionais.

23. DIPLOMA

Para integralização do currículo do curso de mestrado, o(a) estudante deverá cumprir 35 (trinta e cinco) créditos, no mínimo, em 3 (três) e, no máximo, em 4 (quatro) semestres, com possibilidade de prorrogação por mais um semestre, distribuídos entre 4 (quatro) disciplinas obrigatórias, 3 (três) seminários de pesquisa, 2 (duas) Orientações de dissertação (correspondendo a qualificação e defesa), 2 (duas) disciplinas optativas, atividades acadêmicas de produção intelectual, prática de pesquisa aplicada na EPT, qualificação, proficiência em língua estrangeira, defesa e aprovação de dissertação e de produto educacional. Após a integralização das disciplinas que compõem o Mestrado em Docência para Educação Profissional e Tecnológica (Pós-Graduação *Stricto Sensu*), será conferido ao/à concluinte o Diploma de Mestre em Docência para Educação Profissional e Tecnológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ProfDocência-EPT consolida-se como uma proposta acadêmica comprometida com a formação crítica, científica, humana e tecnológica de profissionais que atuam na EPT, fundamentando-se nos princípios da educação pública, gratuita, inclusiva, democrática e socialmente referenciada. Estruturado em rede nacional, o Programa fortalece a integração entre as Instituições Associadas, promovendo a articulação entre ensino, pesquisa, extensão, inovação e internacionalização, em consonância com as demandas contemporâneas da formação docente e com os desafios educacionais da sociedade brasileira.

A proposta pedagógica do Programa evidencia o compromisso institucional com a produção e a socialização do conhecimento, com o desenvolvimento de práticas formativas interdisciplinares e com a valorização das experiências acadêmicas, profissionais e socioculturais

dos/as estudantes. Nesse contexto, o ProfDocência-EPT busca contribuir para o fortalecimento da EPT como campo de conhecimento, de atuação profissional e de transformação social.

Por sua natureza multicampi e em rede, o ProfDocência-EPT reafirma seu compromisso com a interiorização da pós-graduação, a democratização do acesso à formação *stricto sensu* e a consolidação de ações colaborativas entre as Instituições Associadas, fortalecendo a construção coletiva de políticas, práticas e conhecimentos voltados ao desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do país. Assim, este Projeto Pedagógico expressa não apenas a organização acadêmica do Curso, mas também os princípios, objetivos e compromissos institucionais que orientam a atuação do Programa em âmbito nacional, em conformidade com a APCN/Capes/2025.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASIL. **Lei. nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 20 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm. Acesso em: 31 de out. de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 30 de out. 2024.

BRASIL. FORUM DE PRÓ-REITORES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO S UPER BRASILEIRAS. **Indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e flexibilização curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: https://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extens ao.pdf. Acesso em: 10 nov.2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/Setec/MEC/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 07 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial, que visa garantir a igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos e o combate à discriminação racial, 2010a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 04 de nov. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em debate**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2010b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6695-dcn-paraeducacao-profissional-debate&Itemid=30192. Acesso em: 07. out. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 06 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

_____. **Decreto nº 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503 . Acesso 08 setembro 2021. Brasília/DF: 2017.

BRASIL. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF. 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-15-de-dezembro-de-2020-294347656. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021**. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de Aprendizagem. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14254.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica**: diretrizes gerais. Brasília-DF, 2024a, MEC-SETEC/MEC. Disponível em: http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/normativos/documentos-graduacao/DiretrizesGeraisPNFPEPTvrPDF_1752024.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.614**, de 2024. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. 2024b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2614.htm. Acesso em 20 set. 2024.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. **Tabela de Áreas de Conhecimento**. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf . Acesso 08 setembro 2021. Brasília/DF: 2017.

CAPES. **Portaria nº 148, de 04 de julho de 2018**. Institui o GT de autoavaliação de programas de pós-graduação, 2018. Disponível em: 10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf. Acesso em 25 nov. 2024.

CAPES. **Portaria nº 90, de 24 de abril de 2019.** Dispõe sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade de educação a distância, 2019. Disponível em: https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1028. Acesso em: 30 out 2024.

CAPES. **Portaria Capes nº 207, de 4 de julho de 2024.** Regulamenta o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* para Qualificação de Professores da Rede Pública da Educação Básica (PROEB). Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=15731. Acesso em 25 nov. 2024.

Conselho Nacional de Educação-CNE. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**. Que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file. Acesso 12 abril 2021. Brasília/DF. 2018.

_____. **Parecer CNE/CES nº 476,** de 08 de agosto de 2018, que propõe alteração do inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/95971-pces476-18/file. Acesso 12 abril 2021. Brasília/DF. 2018.

FERREIRA. Liliana Soares. Trabalho Pedagógico na Escola: do que se fala? **Educ. Real**., v. 43, n. 2, p. 591-608, abr./jun. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/dZCLTB8HzT8BW7CSXrJzF9M/#. Acesso em 18 nov. 2024.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIOGRANDENSE (IFSUL). **Projeto Politico Institucional**, de 04 de abril de 2024. Disponível em: https://www.ifsul.edu.br/projeto-pedagogico-institucional. Pelotas/RS: IFSUL 2024.

_____. **Organização Didática do IFSUL**. Disponível em https://ifsul.edu.br/projeto-pedagogico-institucional/item/113-organizacao-didatica. Pelotas/RS: IFSUL 2026.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**: 2025-2029. Pelotas: IFSUL, 2025. Disponível em: https://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/1334-pdi-2025-2029-ifsul. Acesso em: 09 set. 2026.

_____. **Resolução nº 185/2022/CONSUP, de 27 de setembro de 2022**. Aprova a Política Editorial do Portal de Periódicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia SulRiograndense.Disponível em: https://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/2142-resolucao-185-2022 Acesso em: 09 set. 2026.

_____. **Resolução nº 139/2017/CONSUP, de 20 de outubro de 2017**: Aprova a criação da Editora IFSul. Disponível em: https://moodle.ifsul.edu.br/reitoria/pluginfile.php/3412/mod_resource/content/4/Resolucao_139-2017.pdf. Acesso em: 09 set. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2023**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica. Acesso em: 10 set. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Formação docente para a educação profissional: limites e possibilidades de institucionalização. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 200-225, dez, 2019.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: Editora IFPR, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado.** 2008(?). Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 04 nov. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Org.). **Ensino Médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília, 2004.

RIZZATTI, Ivanise Maria; MENDONÇA, Andrea Pereira, MATTOS, Francisco; RÔÇAS, Giselle; SILVA, Marcos André B. CAVALCANTI, Vaz da; Ricardo Jorge de S; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO:** Docência em Ciências**.** v. 5, n. 2 (2020), p. 1-17. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657/7658. Acesso em: 11 nov. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, *[S. l.]*, v. 1, n. 22, p. e13666, 2022. DOI: 10.15628/rbept.2022.13666. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13666. Acesso em: 7 out. 2024.

APÊNDICE I – EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Quadro 1 - Descrição geral da disciplina "Fundamentos Teóricos da Docência na EPT"

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Fundamentos Teóricos da Docência na EPT
Carga-Horária: 45h
Créditos: 3
EMENTA
Estudos acerca dos fundamentos históricos e teórico-conceituais da docência na Educação Profissional e Tecnológica. Epistemologias que estão nas bases teórico-conceituais da docência na Educação Profissional e Tecnológica. Relação entre formação humana integral, trabalho como princípio educativo, pesquisa como princípio pedagógico e currículo integrado e à docência na Educação Profissional e Tecnológica. Fundamentos teórico-conceituais da formação docente em educação profissional para a diversidade e inclusão.
Objetivos
● Estudar os fundamentos históricos e teórico-conceituais da docência na educação profissional; ● Analisar as bases epistemológicas da docência na Educação Profissional e Tecnológica; ● Compreender o papel do(a) professor(a) da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento da sociedade e do território; ● Relacionar a formação humana integral, trabalho como princípio educativo, pesquisa como princípio pedagógico e currículo integrado à docência; ● Analisar o papel do(a) professor(a) da educação profissional e tecnológica no que diz respeito a inclusão e a diversidade.
Conteúdos
1. História da docência na educação e na educação profissional; 2. Docência na educação profissional na perspectiva do materialismo histórico-dialético e do marxismo; 3. Epistemologias da prática e da práxis na formação docente para a educação profissional; 4. Docência na educação profissional na contemporaneidade frente às exigências do capital e o fazer crítico-emancipatório como forma de resistência; 5. Docência em educação profissional e formação humana integral; 6. Trabalho como princípio educativo, pesquisa como princípio pedagógico e docência na educação profissional; 7. Currículo integrado e docência na educação profissional; 8. Docência, inclusão e diversidade na educação profissional.
Procedimentos metodológicos
Aulas expositivas dialogada mediadas por tecnologias. Atividades teórico-práticas individuais e em grupos. Discussão dos temas a partir de referenciais teóricos sugeridos.
Recursos didáticos
Computador. Multimídia. Internet. Material didático digital e impresso.
Avaliação
A avaliação será processual, considerando a interação e a realização de trabalhos individuais e

coletivos, construção de seminários e a elaboração, com base nos textos e livros da bibliografia básica ou complementar e na análise de documentos e *papers.*
Bibliografia básica
1. CURADO-SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro Curado. **Epistemologia da práxis na formação de professores**: perspectiva crítico-emancipadora. Campinas: Mercado de Letras, 2018. 2. KUENZER, Acácia Zeneida**.** Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. In: **Formação de professores para a educação profissional e tecnológica**. Coleção educação superior em debate. v. 8. Brasília: 2008. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira. 304p. 3. MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (org.). **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: Edufba, 2012. 4. MARX, Karl. ENGELS, Friedrich Engels. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner. Petrópolis: Vozes, 2019. 5. MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: IFPR, 2014. 6. OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Formação de professores para a Educação Profissional: concepções, contextos e categorias. **Revista Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 26, p. 47-64, maio 2017. 7. ORSO, Paulino José. O desafio da formação de educadores na perspectiva do marxismo. **Revista Histedbr**, Campinas, v. 1, n. 41, p. 58-73, abr, 2011. 8. SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 14, n. 40, p. 143-155, abr, 2009. 9. SILVA, Alyne Campelo da; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento; NETA, Olívia Morais de Oliveira. **A inter-relação entre trabalho, educação e formação humana**: implicações na docência em educação profissional. Research, Society And Development, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 1-13, jan, 2019. 10. VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.
Bibliografia Complementar
1. MORAES, Maria Célia; PACHECO, José Augusto; EVANGELISTA, Maria Olinda. **Formação de Professores**: perspectiva educacionais e curriculares. Porto: Porto Editora, 2003. 2. MORAIS, João Kaio Cavalcante de; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. O professor da educação profissional enquanto sujeito da práxis revolucionária. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 186-201, dez, 2019. 3. LELIS, Isabel Alice. Do ensino de conteúdos aos saberes do professor: mudança de idioma pedagógico? **Educação & Sociedade**, [s. l.], v. 22, n. 74, p. 43-58, jan, 2001. 4. SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para a história da educação**: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2013. 5. TANURI, Leonor Maria**. Formação de professores: história, política e processos de formação**. Revista Pesquisa Qualitativa, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 72-92, jan, 2008.

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 2 - Descrição geral da disciplina “Educação, Trabalho e Tecnologias”

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional

Disciplina: Educação, Trabalho e Tecnologias

Carga-Horária: 45h

Créditos: 3

EMENTA

O trabalho como princípio educativo. A relação entre trabalho e educação. O uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem. Softwares e sua aplicação na educação presencial, a distância e no ensino híbrido. Formação de professores para o uso crítico das tecnologias e as metodologias a ela relacionadas. Tecnologia Assistiva para a inclusão escolar de Pessoas com Deficiências. Estudo dos processos de inclusão/exclusão social pela interface digital.

Objetivos

- Ler e discutir sobre a relação entre homem, trabalho e tecnologia.
- Refletir sobre as relações entre trabalho, educação e tecnologias.
- Compreender as relações de Trabalho no século XXI permeadas pela tecnologia e a aplicação dessas tecnologias na educação profissional.
- Compreender os cenários e as perspectiva do trabalho plataformizado e da uberização do trabalho.
- Refletir sobre o uso das tecnologias digitais na educação.
- Desenvolver aplicações para uso das tecnologias da informação e comunicação, necessários para desencadear processos de inclusão digital.
- Compreender o tratamento de informações, criação e integração em comunidades virtuais de aprendizagem e produção multimidiática.

Conteúdos

1. Os conceitos de tecnologias, seus tipos e suas aplicações na educação.
2. As relações entre trabalho, educação e tecnologias.
3. Educação presencial, educação a distância e ensino híbrido: aplicações possíveis na educação profissional.
4. O uso de software na Educação e seu papel no processo de ensino aprendizagem;
5. Educação a Distância (EAD) mediada pelas tecnologias e os papéis de aprendizes e educadores em Ambientes Virtuais de Aprendizagem;
6. O auxílio dos recursos de Tecnologia Assistiva na inclusão escolar de pessoas com deficiência.

Procedimentos metodológicos

Aulas expositivas através de videoaulas. Atividades teórico-práticas individual e em grupos. Discussão dos temas.

Recursos didáticos

Computador. Multimídia. Internet. Material didático digital e impresso.

Avaliação

A avaliação será processual, considerando a interação e a realização de trabalhos individuais e coletivos, construção de seminários e a elaboração, com base nos textos e livros da bibliografia básica ou complementar e na análise de documentos e de *papers*.

Bibliografia básica

1. Antunes, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020.
2. Castells, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
3. Ferreira Cavalcante, I., & Lemos, E. das C. (2023). Reflexões sobre a produção do conhecimento em face da Inteligência Artificial. **Revista De Educação PUC-**

Campinas, *28*. https://doi.org/10.24220/2318-0870v28e2023a8671
4. Cupani, Alberto. **Filosofia da tecnologia**: um convite. 3ª edição. Florianópolis: UFSC, 2016.
5. Filatro, Andrea. **Data Science na educação**: presencial, a distância e corporativa. 1.ed. São Paulo: Saraiva Educação. 2021.
6. Lévy, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.
7. Mantoan, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar).
8. Moura, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.
9. Kuenzer, Acácia Zeneida. A articulação entre conhecimento tácito e inovação tecnológica: a função mediadora da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 36. set./dez. 2007.

Bibliografia complementar

1. Antunes, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
2. Brasil. **Lei n. 10.098/2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
3. Brasil. **Lei n. 13.146/2015**. Institui lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. (Estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 25 nov. 2024.
4. Frigotto, Gaudêncio. Tecnologia. In: Pereira, Isabel Brasil; Lima, Júlio César França (org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 377-383.
5. Mill, Daniel (Org.). In: **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância**: Tecnologia. Campinas, SP: Papirus, 2018.
6. Warschauer, Mark. **Tecnologia e inclusão social:** a exclusão digital em debate. São Paulo, Senac, 2006.

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 3- Descrição geral da disciplina "Metodologia da Pesquisa na EPT"

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Metodologia da Pesquisa na EPT
Carga-Horária: 45h
Créditos: 3
EMENTA

Estudo dos métodos científicos que fundamentam a pesquisa acadêmica no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Nesta disciplina, estudam-se tópicos específicos dos métodos que são assumidos na EPT, em uma perspectiva histórica e dialética, e que cooperam na elaboração do produto pedagógico vinculado à pesquisa e construção do trabalho de conclusão de curso do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* [Mestrado Profissional], com especial atenção aos aspectos éticos e técnicos da escrita acadêmica.

Objetivos

- Objetivo geral: compreender os delineamentos da pesquisa científica no campo da educação profissional e tecnológica, a partir de referentes teóricos e metodológicos consolidados na literatura científica.
- Objetivos específicos:

1. Revisar saberes sobre a pesquisa científica, suas abordagens e delineamentos;
2. Reconhecer a Educação Profissional e Tecnológica como campo de investigação que se articula ao mundo do trabalho;
3. Discutir as bases teóricas e metodológicas do método dialético para aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo sobre objetos de estudos do campo da EPT;
4. Reconhecer elementos éticos e normativos pressupostos à pesquisa científica, sua articulação e publicação.

Conteúdos

1. A Educação Profissional e Tecnológica como campo de investigação
2. A pesquisa científica: suas abordagens e tipos
3. Introdução ao método dialético
4. O estado da arte. O estado do conhecimento. O estado da questão.
5. Processos e instrumentos de observação e análise de dados
6. A Ética na pesquisa
7. Normas técnicas da escrita acadêmico-científica

Procedimentos metodológicos

Leituras prévias. Aulas expositivas. Atividades individuais e em grupos por meio de videoaulas. Atividades teórico-práticas individual e em grupos. Discussão temáticas. Apresentação de Seminários.

Recursos didáticos

Computador. Multimídia. Internet. Material didático digital. Ambiente Virtual de Aprendizagem – Moodle. Recursos e atividades disponíveis no Moodle, videoaulas, e-books.

Avaliação

A avaliação será processual, considerando a interação e a realização de trabalhos individuais e coletivos, construção de seminários e a elaboração, com base nos textos e livros da bibliografia básica ou complementar e na análise de documentos e de *papers*.

Bibliografia básica

1. CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 5th ed. Los Angeles: Sage, 2018.
2. CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Orgs). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2023.
3. FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2017.
4. HEDERICH MARTINEZ, C. **Análisis cuantitativo de datos para la investigación educativa y social**. Bogotá: Universidade Pedagógica Nacional, 2023. [recurso eletrônico]. Disponível em: http://repository.pedagogica.edu.co/handle/20.500.12209/18427. Acesso em: 27 set.

2024.
5. LA TAILLE, Y. Ética em pesquisa com seres humanos: dignidade e liberdade. In: GUERRIERO, I. C.; SCHMIDT, M. L. S.; ZICKER, F. (orgs). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 268-279. Disponível em: https://www.anpepp.org.br/old/arquivos/etica/etica-em-pesquisa-com-seres-humanos.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.
6. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
7. MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções. **Colloquium Humanarum**, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014.
8. PEREIRA, André Ferreira. **Metodologia científica e inovação tecnológica**: desafios e possibilidades. Brasília, DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.
9. SILVA, C. N. N.; ROSA, D. S.; FERREIRA, M. R. G. (orgs). **Metodologia da pesquisa na educação profissional e tecnológica**. 1 ed. Brasília, DF: Nova Paidéia, 2022. [recurso eletrônico]. Disponível em: http://ojs.novapaideia.org/index.php/editoranovapaideia/issue/view/16. Acesso em: 20 set. 2024.
10. THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

Bibliografia complementar

1. FONTES-PEREIRA, A. **Revisão de literatura**: como escrever um artigo científico em 72 horas. 2017 [e-book Kindle].
2. GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
3. OKOLI, C. Guia para realizar uma revisão sistemática da literatura. **EaD em Foco**, v.9, n.1, e748, 2019. Disponível em: https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/748/359. Acesso em: 25 set. 2024.
4. SAVEGNAGO, C. L. *et al.* Produtos de um mestrado profissional na área da educação: um estado do conhecimento. **Regae - Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, vol. 9, núm. 18, pp. 1-14, 2020. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/4718/471864018009/html/. Acesso: 27 set. 2024.
5. YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5 ed. São Paulo: Bookman, 2014.

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 4- Descrição geral da disciplina "Políticas, Gestão e Avaliação da/na EPT

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Políticas, Gestão e Avaliação da/na EPT
Carga-Horária: 45h
Créditos: 3
EMENTA
Políticas, Gestão e Avaliação: campos epistemológicos. Políticas, Gestão e Avaliação: concepções e fundamentos. Gestão e avaliação de políticas públicas, programas e projetos: tipologias, características e conceitos. As etapas e fases das políticas públicas: agenda; formulação, implementação, monitoramento e avaliação. Avaliação política e de políticas públicas. Políticas, gestão e avaliação no contexto e âmbito da educação profissional e

tecnológica. Políticas, programas e projetos para a formação e o trabalho docente na educação profissional e tecnológica.

Objetivos

- Analisar os campos epistemológicos das políticas, da gestão e da avaliação de políticas públicas;
- Compreender as concepções e os fundamentos históricos, políticos e socioeconômicos das políticas, gestão e avaliação de políticas públicas;
- Apreender os tipos, as características e os conceitos de políticas e da gestão de políticas públicas no campo educacional;
- Compreender as etapas e as fases das políticas públicas: agenda, formulação, implementação, monitoramento e avaliação;
- Mapear e analisar as políticas, os programas e os projetos decorrentes das políticas públicas voltadas à educação profissional e tecnológica no Brasil;
- Identificar e analisar as perspectivas históricas, políticas, o marco legal e as iniciativas governamentais voltadas à formação e ao trabalho docente no campo da educação profissional e tecnológica no Brasil.

Conteúdos

1. Políticas, gestão e avaliação de políticas públicas: campo e produção epistemológicos.
2. Fundamentos históricos, políticos e socioeconômicos das políticas, da gestão e da avaliação no campo educacional.
3. Tipos, características, concepções e conceitos de políticas públicas; de gestão da educação, de avaliação educacional e de monitoramento/indicadores de políticas públicas no campo da educação brasileira.
4. Agenda, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas no campo educacional.
5. Organização e marco legal das políticas, programas e projetos no contexto da educação básica e da educação profissional e tecnológica.
6. Programas, projetos e ações governamentais no contexto da formação e professores e do trabalho docente na educação profissional e tecnológica brasileira.

Procedimentos metodológicos

Leituras prévias. Aulas expositivas. Atividades individuais e em grupos por meio de videoaulas. Atividades teórico-práticas individual e em grupos. Discussão temáticas. Apresentação de Seminários.

Recursos didáticos

Lousa física e/ou digital, projetor multimídia, computador, livros e artigos digitais, websites especializadas ou oficiais, base de dados, além de recursos midiáticos, como filmes, documentários e podcast sobre a temática.

Avaliação

A avaliação será compreendida como atividade formativa, processual, dialógica e contínua, desenvolvida no processo ensino-aprendizagem, para verificar se os objetivos propostos para a disciplina foram atingidos. Ademais, a participação e o envolvimento dos estudantes nas diferentes atividades serão avaliados. A avaliação também observará a apresentação de seminários e elaboração de resumos expandidos no formato de evento virtual: *"Ciclo de estudos sobre Políticas, Gestão e Avaliação de Políticas Públicas na/da EPT".*

Bibliografia básica

1. ARAÚJO FILHO, Heleno; COSTA, Luiz Cláudio; VERHINE, Robert Evan. Avaliação da educação básica: versões e projetos. **Retratos da Escola** – dossiê: avaliação da educação básica, Brasília, vol. 7, n. 12, p. 11-26, jan./jun. 2013.
2. AZEVEDO, Janete Lins de. Programas federais para a gestão da educação básica:

continuidade e mudanças. **RBPAE**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 211-232, maio/ago. 2009.
3. AZEVEDO, Márcio Adriano de; SILVA, Lenina Lopes Soares; QUEIROZ, Maria Aparecida de; SANTOS, Shilton Roque dos. Avaliação de políticas públicas como pesquisa científica: concepções, fundamentos e elementos metodológicos para a análise da reforma do Ensino Médio no Brasil (Lei nº 13.415/2017). **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 53, p. 152-164, jul. 2021. Disponível em:https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5926. Acesso em 25 nov. 2024.
4. COSTA, Cândida. (Org.); SALES, Francisco José Lima; NASCIMENTO, Ilma Vieira do. **Avaliando os rumos da política de qualificação profissional no Maranhã**o: o PlanTeq/MA 2004. São Luís: EDUFMA, 2006.
5. FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheilub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência política. Análise e conjuntura, Belo Horizonte, n. 3, p. 107-127, set/dez. 1986.
6. FREITAS, Nei T. de. **Avaliação da educação básica no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.
7. HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. **Gestão de políticas públicas para a educação profissional**. Natal: IFRN, 2022. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2215. Acesso em 25 nov. 2024.
8. KUENZER, Acácia Z.; GARCIA, Walter; CALAZANS, Julieta. **Planejamento e educação no Brasil.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
9. MINAYO, Maria Cecília de S.; ASSIS, Simone G. de; SOUZA, Edinilsa R. de. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos:** abordagens de programas sociais**.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.
10. MOURA, Dante Henrique. (Org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas: Mercado de Letras, 2017. (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador).

Bibliografia complementar

1. CAIDEN, Gerald E.; CAIDEN, Naomi J. Enfoques y lineamentos para el seguimiento, la medición y la evaluación del desempeño en programas del sector público. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 52, n. 1, p. 78-104, jan./mar. 2001.
2. COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos; desafios conceituais e metodológicos. **RAP,** Rio de Janeiro, n. 37, vol. 5, p. 969-992, set./out. 2003.
3. COTTA, Tereza Cristina. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). **Revista do serviço público,** Brasília, n. 52, p. 89-111, out./dez. 2001.
4. DERLIEN, Hans-Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 52, n. 1, p. 105-124, jan./mar. 2001.
5. DOS ANJOS, Maylta Brandão; ROÇAS, Giselle. (Orgs.). **As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Natal: IFRN, 2017. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1510. Acesso em 25 nov. 2024.
6. DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M.C.R.N.; CARVALHO. M.C.B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

7. FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. **Conexões e desconexões em 105 anos de educação profissional no Brasil.** Natal: IFRN, 2017. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1491. Acesso em 25 nov. 2024.
8. FREY, Klaus. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referente à prática da análise de políticas públicas no Brasil. IPEA**,** Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
9. HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009.
10. LIMA, Erika Roberta; SILVA, Lenina Lopes Soares; AZEVEDO, Márcio Adriano de. Gestão e avaliação das políticas públicas para educação profissional articulada ao ensino médio (2000-2010). **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.,** Santa Maria, v. 4, n. 7, p. 97-112, jan./jun. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/15287. Acesso em 25 nov. 2024.

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 5- Descrição geral da disciplina "Currículo, Formação e Trabalho Docente na Educação Profissional e Tecnológica"

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Currículo, Formação e Trabalho Docente na Educação Profissional e Tecnológica.
Carga-Horária: 45h
Créditos: 3
EMENTA
Estudo acerca dos fundamentos teórico-conceituais do currículo, bem como seus desdobramentos na Educação Profissional e Tecnológica. Estudos sobre o trabalho, saberes, formação e práticas dos professores da Educação Profissional (EP).
Objetivos
● Analisar os fundamentos teórico-conceituais do currículo e suas implicações para a Educação Profissional. ● Conhecer as formas e modalidades de organização da Educação Profissional. ● Compreender os fundamentos da formação integrada e seus desdobramentos na Educação de Jovens e Adultos. ● Analisar o trabalho do professor e suas condições dentro do contexto da sociedade brasileira. ● Compreender a formação inicial e continuada de professores, bacharéis e licenciados, analisando suas identidades, saberes e demandas. ● Compreender a pesquisa como princípio de construção da profissionalização docente.
Conteúdos
1. Concepções e fundamentos do currículo. 2. A evolução da teoria curricular. 3. Organização curricular da educação profissional: modalidades e formas. 4. Ensino médio integrado à Educação Profissional. 5. Trabalho docente. 6. Formação inicial e continuada de professores para a Educação Profissional. 7. Saberes docentes e a especificidade da Educação Profissional. 8. A pesquisa-ensino na formação do professor.
Procedimentos metodológicos
Aulas expositivas dialogadas. Atividades teórico-práticas individual e em grupos. Discussão

dos temas.

Recursos didáticos

Computador. Multimídia. Internet. Material didático digital e impresso. Recursos e atividades disponíveis no Moodle, videoaulas, e-books.

Avaliação

A avaliação será processual, considerando a interação e a realização de trabalhos individuais e coletivos, construção de seminários e a elaboração, com base nos textos e livros da bibliografia básica ou complementar e na análise de documento.

Bibliografia básica

1. ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
2. CIAVATTA, Maria (Org.); TIRIBA, Lia (Org.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos.** Rio de Janeiro: UFF, 2011.
3. DOMINGUES, Thaiane de Góis. **Conhecimentos Docentes:** a educação profissional e tecnológica em questão. Curitiba: Appris, 2020.
4. FIDALGO, Fernando.; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora; FIDALGO, Nara Luciene Rocha. **A intensificação do trabalho docente:** tecnologias e produtividade. Campinas, SP: Papirus, 2016.
5. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
6. GOODSON, Ivor F. **A construção social do currículo.** Lisboa: Educa, 1997.
7. IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional:** formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
8. KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio:** construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
9. LIMA FILHO, Domingos Leite; RIBEIRO DA SILVA, Mônica; DEITOS, Roberto Antônio. (Org.). **PROEJA - Educação Profissional integrada à EJA:** questões políticas, pedagógicas e epistemológicas. Curitiba: UFTPR, 2011.
10. LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia complementar

1. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
2. KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
3. MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
4. SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2010.
5. TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
6. MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Currículos e programas no Brasil.** Campinas, SP: Papirus, 2014.
7. MOURA, Dante Henrique. **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.
8. MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, v. 39, p. 705-720, 2013.
9. PIMENTA, Selma G. (Org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

10. RAMOS, Marise. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil.** Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.
11. REHEM, Cleunice M. **Perfil e formação do professor de Educação Profissional técnica.** São Paulo: Senac, 2009.
12. ROMANOWSKI, Joana Pauli; MARTINS, Pura Lúcia.; CARTAXO, Simone Regina Manosso. **Práticas de Formação de Professores.** Curitiba: PUCPRESS, 2016.
13. SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2010.
14. **Artigos da Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica – RBEPT (**https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT).

Fonte: elaboração própria (2024).

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Quadro 6- Descrição geral da disciplina "Leitura, produção e circulação de texto no contexto acadêmico"

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Leitura, produção e circulação de texto no contexto acadêmico
Carga-Horária: 30h
Créditos: 2
EMENTA
Letramento acadêmico-científico com ênfase nos processos de leitura, produção e circulação de textos no contexto acadêmico.
Objetivo
Discutir aspectos do letramento acadêmico-científico como subsídio para práticas de produção, de leitura e de circulação de gêneros textuais do contexto acadêmico.
Conteúdos
● O pesquisador na esfera acadêmica (Currículo Lattes, Orcid) e a leitura na sua formação; ● A circulação dos gêneros acadêmicos (repositórios, periódicos, fatores de avaliação da produtividade); ● A especificidade do texto no contexto acadêmico-científico (aspectos discursivos, organizacionais, contextuais); ● A ética na produção acadêmica (ética na pesquisa; respeito ao discurso citado: citação; paráfrase; normalização); ● A relação entre o gênero textual e os espaços de circulação da produção acadêmica; ● O processo de sumarização e o gênero fichamento na perspectiva de leitor, do produtor e da circulação na esfera acadêmica; ● Os gêneros textuais resumo, resenha acadêmica, artigo científico, ensaio e projeto de pesquisa na perspectiva de leitor, do produtor e da circulação na esfera acadêmica.
Procedimentos metodológicos
A disciplina será ofertada por meio da plataforma Moodle com os recursos e atividades disponíveis nesse ambiente virtual de aprendizagem.
Recursos didáticos
Recursos e atividades disponíveis no Moodle, videoaulas, e-books.
Avaliação

A avaliação será processual considerando a interação e a realização de trabalhos individuais e coletivos, com base nos textos e livros da bibliografia básica e/ou complementar (ou outros que se façam necessários) e na análise de documentos.
Bibliografia básica
1. CAVALCANTE, Ilane Ferreira. **Produção do texto científico**. Natal: Editora IFRN, 2020. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1933. Acesso em: 26 set. 2024. 2. DIAS, Sabatha Catoia; PEDRALLI Rosângela. O gênero discursivo fichamento. *In* PEREIRA. Rodrigo Acosta; COSTA-HÜBES. Terezinha da Conceição (Orgs.). **Práticas de linguagem na esfera acadêmica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, p. 129-151. 3. HENRIQUE. Ana Lúcia Sarmento. El ensayo como género o hacia la superación de la distinción entre el lenguaje científico y el lenguaje literario. **HOLOS**, [S.l.], v. 1, p. 1-11, fev. 2020. ISSN 1807-1600. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7672. Acesso em: 25 set. 2024. doi:https://doi.org/10.15628/holos.2020.7672. 4. GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Editora Avercamp, 2016. 5. PINTON. Francieli Matzenbacher. O gênero discursivo resenha acadêmica. *In* PEREIRA. Rodrigo Acosta; COSTA-HÜBES. Terezinha da Conceição (Orgs.). **Práticas de linguagem na esfera acadêmica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, p.201-2021. 6. MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA Eliane Gouvêa; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. (Org.). **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. 7. MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA Eliane Gouvêa; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. (Org.). **Resenha**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. 8. MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA Eliane Gouvêa; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. (Org.). **Resumo**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. 9. MOTTA-ROTH, Desirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 10. PEREIRA. Rodrigo Acosta; COSTA-HÜBES. Terezinha da Conceição (Orgs.). **Práticas de linguagem na esfera acadêmica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2023/06/EBOOK_Praticas-de-linguagem-na-esfera-academica.pdf. Acesso em: 26 set. 2024.
Bibliografia complementar
1. BURKE. Peter. **Um ensaio sobre ensaios**. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1305200113.htm. Acesso em: 10 set. 2013. 2. PALHANO, João Maria de Paiva. **Leitura e produção de textos na esfera acadêmica** [Módulo V]. Natal: Editora IFRN, 2021. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2055. Acesso em: 27 set. 2024. 3. STREET, Brian. Dimensões "escondidas" na escrita de artigos acadêmicos. **Perspectiva**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 541–567, 2010. DOI: 10.5007/2175-795X.2010v28n2p541. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n2p541. Acesso em: 26 set. 2024.

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 7- Descrição geral da disciplina "Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Tecnológica nos contextos regionais"

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Tecnológica nos contextos regionais
Carga-Horária: 30h
Créditos: 2
EMENTA
Políticas e Programas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional Tecnológica (EPT). Processos educativos e práticas sociais na EJA em articulação com a EPT em contextos regionais. Tecnologias de Informação e Comunicação e Recursos Educacionais Digitais como ferramentas pedagógicas.
Objetivos
Geral: ● Analisar as políticas e programas destinados à Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional Tecnológica e suas implicações nos processos educativos e nas práticas sociais da EJA em contextos regionais, tendo em vista a ressignificação do currículo escolar e dos processos de ensino e aprendizagem ante aos desafios da sociedade vigente. Específicos: ●Conhecer as principais legislações, políticas e programas educacionais que normatizam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional Tecnológica (EPT) em contextos regionais brasileiros; ●Refletir processos educativos e práticas sociais na EJA, em articulação com a Educação Profissional Tecnológica (EPT), a partir de leituras, análises e discussões de conteúdo(s)/ tema(s) disponibilizados nos referenciais teóricos e outros de interesse do mestrando que contribuam para os objetivos de aprendizagem da disciplina; ●Analisar situações-problema relativas a procedimentos teórico-metodológicos desenvolvidos no ensino e aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos em diferentes contextos regionais; ●Discutir sobre as "novas" competências e habilidades necessárias à formação para o trabalho no contexto do sistema capitalista, "identificando-as" nos programas educacionais destinados à formação continuada de docentes; ●Entender a importância da articulação do currículo escolar com as realidades socioculturais e econômicas do público-alvo da EJA, considerando as premissas da Educação Profissional Tecnológica (EPT) numa perspectiva de formação humana integral e politécnica; ●Refletir sobre a importância do uso de diferentes tecnologias digitais de informação e comunicação TDICs nos processos de ensino e aprendizagem, entendendo-as como recursos educacionais abertos que favorecem o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas na Educação de Jovens e Adultos;

●Apresentar produções acadêmicas sobre o estudo realizado na disciplina por meio de seminários, roda de conversa e/ou dinâmica de grupo GV (Verbalização) GO (Observação).

Conteúdos

- Legislação da educação brasileira aplicada à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e à Educação Profissional Tecnológica (EPT).
- Políticas e Programas Educacionais da Educação de Jovens e Adultos integradas à EPT em contextos regionais.
- Formação continuada de docentes no contexto econômico do século XXI no Brasil.
- Pedagogia histórico-crítica: relação com o currículo escolar e suas contribuições para a quebra de paradigmas na educação dual.
- Tecnologias de informação e informação na sociedade digital.
- Recursos tecnológicos digitais como ferramenta pedagógica.

Procedimentos metodológicos

A disciplina será ofertada por meio da plataforma Moodle com os recursos e atividades disponíveis nesse ambiente virtual de aprendizagem.

Recursos didáticos

Recursos e atividades disponíveis no Moodle, videoaulas, e-books,

Avaliação

A avaliação será processual, considerando a interação e a realização de trabalhos individuais e coletivos, construção de seminários e elaboração, com base nos textos e livros da bibliografia básica ou complementar e na análise de documentos e de *papers.*

Bibliografia básica

1. ARROYO, M. G**. Caminhos da Educação Popular**: Saberes e Experiências *Amazônicas*. Cortez Editora, 2007.
2. CHARLOT**,** B**. A mistificação pedagógica:** realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. São Paulo: Cortez, 2013.
3. DOURADO, L. F. (Org.). **Plano Nacional de Educação**: PNE 2014/2024: avaliação e perspectivas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017. – (Série As Dimensões da Formação Humana).
4. FREIRE**,** P**. Educação como prática da liberdade.** RJ: Ed. Paz e Terra, 2014.
5. FREITAS, M. S**. Educação de Jovens e Adultos:** Saberes da Floresta. Editora da Universidade Federal do Pará (UFPA), 2008.
6. GADOTTI, M., & TAVARES, R. M**. Educação de Jovens e Adultos**: Práticas e Reflexões no Brasil. Global Editora, 2007.
7. GADOTTI**,** M.; ROMÃO, J. E. (orgs). **Educação de jovens e adultos:** teoria, prática e propostas. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2012. MOLL, J. *et al*. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.
8. GASPARIN**,** J.L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5a. edição. Ed. Autores Associados, Campinas, 2012.
9. MALANCHEN**,** J.; MATOS, N. S. D. de; ORSO, P. J.(org.). **A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a base nacional comum curricular**. Campinas, Autores associados, 2020.
10. MARTINS, A. A. **Cartilha Educação Profissional Tecnológica – EPT.** Goiânia: IFG, 2019. Disponível em https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554415/2/Cartilha_EPT.pdf. Acesso em: 28 de setembro de 2024.

Bibliografia complementar
1. BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf Acesso em 29 de set. de 2024. 2. BRASIL. **Decreto nº 5. 154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República: [2004]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm Acesso em: 29 de set. 2024. 3. BRASIL. **Decreto Nº 8.752/2016, de 09 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Metas 15 e 16). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. 4. BRASIL. **Diário Oficial da União nº 208, de 29 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e institui a BNC- Formação Continuada de Professores. Disponível em https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/10/2020&jornal=515&pagina=8. Acesso em 25 nov. 2024. 5. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015. 6. BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. 7. BRASIL. Lei nº 9394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. DF: Senado, 1996. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 28 de set. 2024. 8. BRASIL. Ministério da Educação. **Educação de adultos em retrospectiva**: 60 anos de CONFINTEA. Brasília/DF: UNESCO, 2014. 9. BRASIL. Parecer 11/2000. **Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em 29 de set. de 2024 10. CASTELO BRANCO, A. V.; AMORIM, E.M; **Legislação da Educação Profissional e do Ensino Médio**. Manaus, CEFET-AM/BK Editora, 2007. 11. https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/10/2020&jornal=515&pagina=103 .Acesso em 30 de set. 2024 12. OLIVEIRA, Edna Castro; SCOPEL, Edna Graça. **Uma década do Proeja:** sua gênese, balanço e perspectivas. HOLOS, [S.l.], v. 6, p. 120- 144, out. 2016. Disponível em https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/holos/article/view/4998 Acesso em 03 de outubro de 2024. 13. PAIVA, Jane. **Os sentidos do direito à educação para jovens e adultos.** Rio de Janeiro: Faperj, 2009. 14. TORRES, R. M. **"Educación de Jóvenes y Adultos:** Una Nueva Perspectiva." Buenos Aires: UNESCO-IIPE, 2009.

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 8- Descrição geral da disciplina "Educação inclusiva e políticas afirmativas na Educação Profissional e Tecnológica"

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Educação inclusiva e políticas afirmativas na Educação Profissional e Tecnológica.
Carga-Horária: 30h
Créditos: 2
EMENTA
Educação inclusiva e políticas afirmativas na Educação Profissional e Tecnológica: conceituação, estratégias de acesso, permanência e acompanhamento. Legislação e Políticas públicas educacionais para grupos minorizados. Docência em educação profissional e tecnológica no contexto das ações e espaços afirmativos. Docência, diversidade e inclusão em espaços formais e não formais da educação profissional e tecnológica.
Objetivos
● Compreender os conceitos e princípios fundamentais de educação inclusiva e políticas afirmativas; ● Analisar a legislação brasileira relacionada à educação inclusiva e às políticas afirmativas. ● Identificar os desafios e dificuldades enfrentados por grupos historicamente excluídos na quando integrados educação profissional e tecnológica; ● Desenvolver didáticas que efetivamente promovam, incluam e respeitem a diversidade em sala de aula. ● Analisar ações afirmativas e programas implementados em instituições de educação profissional e tecnológica.
Conteúdos
● Histórico da educação inclusiva e das políticas afirmativas no Brasil e no mundo; ● Legislação e Políticas Públicas - leis brasileiras sobre educação inclusiva e políticas afirmativas na educação profissional - diretrizes e programas; ● Lei 10. 639/03 e 11.645/08; ● Educação escolar indígena; ● Educação escolar quilombola; ● Educação especial na perspectiva inclusiva; ● Desafios da educação inclusiva e das políticas afirmativas na Educação Profissional e tecnológica; ● Práticas Pedagógicas Inclusivas; ● Avaliação e monitoramento das políticas de educação inclusivas e afirmativas: estratégias de avaliação de efetividade das políticas instituições de ensino na Educação Profissional e tecnológica.
Procedimentos metodológicos
A disciplina busca estabelecer uma relação entre o estudo teórico e a análise da prática, propondo uma abordagem abrangente sobre o tema da educação inclusiva e políticas afirmativas na educação profissional e tecnológica, promovendo um espaço para discussão crítica e prática reflexiva na formação dos estudantes do mestrado. Aulas teóricas: o desenvolvimento dos conteúdos se dará mediante aulas dialogadas a partir de materiais previamente disponibilizados aos alunos. Poderão ser utilizados recursos de apoio didático, tais como: aparelho multimídia, computador, lousa digital, trechos de filmes,

documentários, músicas etc. Poderão ser propostos seminários e outras metodologias, visando melhor apreensão dos conteúdos trabalhados na disciplina.
Atividades práticas: discussão de textos a partir de leituras individuais e/ou coletivas; elaboração de fichamentos e resumos sobre os estudados, produções escritas, elaboração de vídeo, apresentações de trabalhos, pesquisa de campo e produção de artigos científicos.
Atividades à distância: atividade de incentivo à leitura acadêmica cientifica de livros e/ou artigos da temática em estudo, disponibilizados constante da bibliografia básica e/ou complementar.

Recursos didáticos

Quadro, pincéis e apagador para quadro branco; computador, multimídia, Internet, material didático digital, bases de dados bibliográficos, Projetor, equipamento de som, seminários, artigos científicos, recursos e atividades disponíveis no Moodle, videoaulas, e-books.

Avaliação

A avaliação, compreendida como processual e contínua, envolverá as atividades realizadas em sala de aula, bem como realizadas de forma extraclasse. As atividades avaliativas têm em vista a compreensão dos conteúdos essenciais trabalhados e aos objetivos propostos para a componente curricular. São critérios gerais de avaliação: o domínio dos conteúdos em sua relação teórico-prática; a clareza e a articulação das ideias; a argumentação pautada na coerência e coesão e o desenvolvimento da criticidade na exposição de ideias orais e escritas. As avaliações serão produzidas individual e coletivamente, a partir de leituras e elaboração de textos, mapas textuais, fichamento, artigos e serão considerados aspectos quantitativos e qualitativos: capacidade de iniciativa, responsabilidade, autonomia e participação nas aulas, pontualidade na entrega das atividades.

Bibliografia Básica

1. BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148 p.
2. GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. 154 p.
3. LUCIANO, Gersem J. dos S. Educação indígena no país e o direito de cidadania plena. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 345-357, jul./dez. 2013. Disponível em: http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/download/310/480. Acesso em: 07 out. 2024.
4. MUNDURUKU, Daniel. Educação indígena: do corpo, da mente e do espírito. **Revista Múltiplas Leituras**, [S.l.], v.2, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2009. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/235209185.pdf. Acesso em: 07 out. 2024.
5. MIRANDA, Theresinha Guimarães.; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Org.) **O professor e a educação inclusiva:** formação, práticas e lugares**.** Salvador: EDUFBA, 491 p., 2012.
6. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.
7. OLIVEIRA, Wanessa Moreira de; DELOU, Cristina Maria Carvalho. A educação profissional e tecnológica, os Institutos Federais e a inclusão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, *[S. l.]*, v. 6, n. 2, p. 04–25, 2022. DOI: 10.36524/profept.v6i2.1622. Disponível em: https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1622. Acesso em: 3 out. 2024.
8. SILVA, Rosa H. D. da. Afinal, quem educa os educadores indígenas? Pensando a questão da formação dos professores indígenas. **Primeira Versão**, Porto Velho, v. 24, n. 247, nov. 2009. Disponível em: http://www.primeiraversao.unir.br/atigos_pdf/247_rosa.pdf. Acesso em: 07 out. 2024.

9. VAZ, Lívia Sant'Anna. **Cotas raciais**. São Paulo: Jandaíra, 2022. 232 p. (Feminismos plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)
10. VERISSIMO, Natalia Barbosa; PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza. **Práticas Pedagógicas Inclusivas:** estratégias e possibilidades de ensino e aprendizagem / Organizadoras– Tutóia, MA: Diálogos, 2023. 185p.

Bibliografia complementar

1. ALMEIDA, Mariangela Lima de Almeida, RAMOS, Inês de Oliveira (organizadoras). **Diálogos sobre práticas pedagógicas inclusivas** – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2012. 194 p.; 21 cm. – (Coleção Educação)
2. BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei L,13146. Acesso em: 3, out. 2024.
3. BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 5, de 22 de junho de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, 2012. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN52012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em: 07 out. 2024.
4. BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
5. BRASIL. **Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 25 nov. 2024.
6. BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: SECAD/ME, 2004.
7. BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 25 nov. 2024.
8. BRASIL. Secretaria de Educação Especial da Educação. **Educação Inclusiva**: direito à diversidade. Documento Orientador. Brasília/DF: MEC/SEESP, 2005.
9. HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: educação como prática de liberdade. / bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
10. MEDEIROS, Tatiane Cimara dos Santos; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A interface entre educação especial e educação profissional: uma perspectiva histórica In: SARAIVA, Ana Maria Alvez; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos; OLIVEIRA, Rita de Cássia. **Políticas educacionais e trabalho docente no século XXI: desafios para a formação humana.** 1. ed. – São Carlos, SP: De Castro, 2020. Disponível em: https://editoradecastro.com.br/produto/esgotado-politicas-educacionais-e-trabalho-docente-no-seculo-xxi-desafios-para-a-formacao-humana/. Acesso em: 03 out. 2024.
11. MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, 1999.
12. SILVA, Aracy L. A educação indígena entre diálogos interculturais e multidisciplinares: introdução. In: SILVA, Aracy L.; FERREIRA, Mariana K. L.

(org.). **Antropologia, História e Educação**: A questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001. 239 p.
13. VERONEZZI, Heloisa Cristina; MENEZES, Maria Christine Berdusco; LAURETH, Cristiane Barriviera. Currículo intercultural da escola indígena e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Imagens da Educação,** v. 14, n. 2, p. 22-42, 25 jun. 2024. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/65637/751375157814. Acesso em: 07 out. 2024.

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 9- Descrição geral da disciplina "Gênero e Diversidade na Educação Profissional"

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Gênero e Diversidade na Educação Profissional
Carga-Horária: 30h
Créditos: 2
EMENTA
Compreensão acerca do desenvolvimento histórico dos conceitos de gênero e diversidade e suas implicações na educação, com foco na educação profissional. Problematização das questões de identidade, das diversidades e sua contribuição a uma formação crítica, humana e cidadã, pautada na equidade. A construção da categoria gênero a partir da contribuição dos feminismos. Os movimentos sociais que contribuem para a discussão sobre gênero e diversidade na educação – movimentos negros, indígenas, de gênero. Reflexões acerca do respeito à diversidade à luz da interseccionalidade. As possibilidades curriculares e práticas de aplicação do respeito à diversidade no cotidiano escolar.
Objetivos
● Ler e discutir sobre os conceitos de identidade, gênero, igualdade e diferença, diversidade e equidade; ● Compreender as bases epistemológicas sobre relações étnico-raciais, identidades, gênero e diversidade. ● Analisar, à luz das leituras indicadas, a relação entre gênero, violência e poder. ● Compreender os marcos legais, as políticas educacionais e suas implicações para a escola a partir de uma perspectiva interseccional. ● Compreender as matrizes interpretativas, abordagens, fontes e metodologias da pesquisa em História da Educação; ● Conhecer as categorias gênero, raça e etnia à luz de uma perspectiva histórica.
Conteúdos
1. Concepções de identidade 2. Diversidade e equidade: conceitos e possibilidades práticas na educação 3. Questões de gênero e seu impacto na educação. 4. Relações Étnico-raciais: políticas afirmativas e implicações educacionais 5. Marcos legais, políticos e pedagógicos dos movimentos sociais organizados em prol da diversidade.
Procedimentos Metodológicos
Aulas expositivas. Atividades teórico-práticas individual e em grupos. Leitura e discussão sobre os temas.

Recursos Didáticos
● Computador. ● Multimídia. ● Internet. ● Material didático digital.
Avaliação
A avaliação será processual, considerando a interação e a realização de trabalhos individuais e coletivos, construção de seminários e a elaboração, com base nos textos e livros da bibliografia básica ou complementar e na análise de documentos, de *papers.*
Bibliografia Básica
1. AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. 2. BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 3. FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017 4. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992. 5. HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014 6. LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes; 1997. 7. MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro, 1970-1990.** São Paulo: Paulinas, 2012. 8. SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 9. MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. SECAD/MEC, Brasília, 2005. 10. SCOTT, Joan S. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas.** Florianópolis, 13 (1): 216, janeiro-abril/2005. 11. SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.
Bibliografia Complementar
1. APPLE, Michael**. Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006 2. GONZALES, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro,1988. 3. CREENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**. N. 171, 1/2002, p. 1 -18. 4. DAVIS, Ângela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2015. 5. DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007. 6. LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 7. LOURO, G. L.; NECKEL, J. F; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. 8. RIBEIRO Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017. 9. SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. jun/dez 1995, v. 20, n. 2. p. 71-99. 10. SILVA, Luiz Heron da; AZEVEDO, José Clóvis de; SANTOS, Edmilson Santos dos (Orgs**.). Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 10- Descrição geral da disciplina "Educação Ambiental e Docência na Educação Profissional e Tecnológica"

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Educação Ambiental e Docência na Educação Profissional e Tecnológica.
Carga-Horária: 30h
Créditos: 2
EMENTA
Estuda os fundamentos da Educação Ambiental: conceitos, princípios básicos, fundamentos históricos e perspectivas. Cidadania e ambiente de vida: desenvolvimento sustentável. Agenda 21. Agenda 2030. Políticas públicas ambientais e demandas sociais. Seus âmbitos: ensino formal, não formal e informal. A educação Ambiental: Docência EPT: articulações entre currículo escolar, cultura, aprendizagem, conteúdos e estratégias de ensino. Formação na inicial e continuada dos Docentes.
Objetivos
● Conhecer os fundamentos teórico-conceituais da Educação Ambiental; ● Analisar os princípios básicos, históricos e perspectivas da Educação Ambiental; ● Compreender: cidadania e ambiente de vida e sustentabilidade; ● Analisar a Agenda 21 e a Agenda 2030, na contribuição para o ensino e sociedade; ● Refletir sobre as Políticas Públicas ambientais e sociedade; ● Reconhecer a educação na escola como articuladora entre o currículo; ● Compreender o papel da Docência e da educação na conscientização ambiental.
Conteúdos
1. Teorias e fundamentos da educação ambiental; 2. Agendas 21 e 2030; 3. Políticas Públicas ambientais; Legislação; 4. Docência EPT; 5. Currículo escolar; 6. Formação Docente.
Procedimentos Metodológicos
Aulas expositivas através de videoaulas. Atividades teórico-práticas individual e em grupos. Discussão dos temas, análise de artigos sobre a educação ambiental.
Recursos Didáticos
Computador; multimídia; Internet; material didático digital; Plataforma Virtual de Aprendizagem.
Avaliação
A avaliação será processual, considerando a interação e a realização de trabalhos individuais e coletivos, construção de seminários e a elaboração, com base nos textos e livros da bibliografia básica ou complementar e na análise de documentos, de *papers.*

Bibliografia Básica

1. BRASIL. **Documento de Contribuição Brasileira à Conferência RIO+20**. Brasília, 1º. Data de novembro de 2011. Disponível www.rio20.gov.br. Acesso: em junho, 2012.
2. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Catálogo nacional dos Cursos superiores de tecnologia.** setec@mec.gov.br; disponível: www.mec.gov.br/setec; 2010 a. Acesso janeiro 2011.
3. BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **LEI 11.892, de 29/12/2008).** Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 2011.
4. BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Um Novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica:** Concepções e Diretrizes, 2010 b. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso: janeiro, 2011.
5. BRASIL. **Agenda 2030.** Outubro de 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso 2016.
6. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental:** A formação do Sujeito Ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.
7. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental a formação do Sujeito Ecológico.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
8. DEMO, Pedro. **Complexidade e Aprendizagem:** A dinâmica não linear do conhecimento. 1ª Ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011.
9. DIAS, Genebaldo Freire**. Educação Ambiental:** Princípios e práticas. 7ª ed. São Paulo: Gaia, 2001.
10. FREITAS, Mário. **A educação para o desenvolvimento sustentável e a formação de educadores/professores.** Florianópolis, Perspectiva, 2004. http;/ www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectivas. Acesso: março, 2013.
11. GADOTTI, Moacir. **Educar para a Sustentabilidade. Uma contribuição à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.
12. GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra.** São Paulo: Peirópolis, 2000.
13. GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro.** 8ª Ed. 1ª reimpressão**.** São Paulo: Ática, 2004.
14. GADOTTI, Moacir. **Educar para um Outro Mundo Possível.** 1ª Ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.
15. LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.). **Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
16. ZABALA, Antoni. **Enfoque Globalizador e Pensamento Complexo:** uma proposta para o currículo escolar**.** Porto Alegre: Ed. Artmed, 2002, reimpressão 2008.
17. IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional formar-se para mudança e a incerteza.** 9. ed. v. 14 São Paulo: Cortez, 2011 a.
18. ZARKRZEVSKI, Sônia Balvedi; LISOVSKI, Lisandra A.; COAN, Cherlei Marcia. **Comentando a Política Nacional de Educação Ambiental. In:** ZARKRZEVSKI, Sônia Balvedi (Org.). **A Educação Ambiental na Escola:** Abordagens Conceituais. Erechim: eDIFaPeS, 2003.

Bibliografia Complementar

1. BRASIL. **Declaração da conferência da ONU sobre o meio ambiente humano**. **Agenda 21**, p. 1-6. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc> Acesso em: mar. 2010, Brasília: MMA, 2004.

2. BRASIL. **Agenda 21 Brasileira**. **Capítulo 36**. 2002. Disponível em: http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/brasileira. Acesso em junho, 2010.
3. BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA),** 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm, acesso em 2010.
4. BRASIL. **Documento de Contribuição Brasileira à Conferência RIO+20**. Data de 10 de janeiro de 2012. Disponível em www.rio20.gov.br. Acesso: em junho, 2012.
5. FREIRE, Paulo. **Conscientização:** Teoria prática da libertação. 3ª ed. São Paulo: Moraes Ltda., 1980.
6. FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 21ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.
7. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação.** 8ª reimpressão**.** São Paulo: UNESP, 2000.
8. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2008.
9. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1987.
10. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 41ª reimpressão**.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.
11. GOTTSCHALL, Carlos Antonio Mascia. Do Mito ao Pensamento Científico. São Paulo: Editora Atheneu, 2003.
12. HENGEMÜHLE, Adelar. **Formação de Professores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
13. HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado (Org.). **Ciência, Tecnologia e Sociedade: Desafios da construção do conhecimento**. São Carlos: EdUFUSCar, 2011.
14. MATURANA, Humberto R.; VARELA G, Francisco. **A Árvore do Conhecimento**. São Paulo: Editorial Psy, 1995.
15. MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
16. MORIN, Edgar. **Saberes Globais e Saberes Locais o olhar transdisciplinar.** São Paulo: Editora Garamond Ltda, 2000.
17. MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
18. MORIN, Edgar.**A Religação dos Saberes.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
19. MORIN, Edgar; CIURANA, Emílio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era Planetária:** o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez editora, 2003
20. NÓVOA, António. Org. **Profissão Professor.** Portugal: Porto Editora, Ltda, 1995.
21. ONU, Organização das Nações Unidas. **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável:** Rio + 20. O Futuro que Queremos.10 de janeiro de 2012. Disponível www.rio20.gov.br. Acesso junho 2012.
22. PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação. Disponível: www.mec.gov.br. Acesso: janeiro, 2010.
23. REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
24. ROOS, Alana; BECKER, Elsbeth Leia Spode. **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental. REGET/UFSM (E-issn: 2236-1170), 2012. Disponível em WWW.ufsm.br/reget.
25. SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ A.I. Pérez (Org.).. **Compreender e Transformar o Ensino.** Porto Alegre: Editora ARTMED, 1998, reimpressão 2007.
26. TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** 14ª Ed.São Paulo: Vozes, 2012.
27. TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente** - elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 2 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2005.

28. ZAUITH, Gabriela; OGATA, Márcia Niituma; HAYASHI, I. P. Maria Cristina. **Um Breve Panorama sobre a Educação CTS no Brasil**. In: HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado (Org.). **Ciência, Tecnologia e Sociedade:** Desafios da construção do conhecimento. São Carlos: EdUFUSCar, 2011.

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 11- Descrição geral da disciplina "Educação do Campo e Educação Profissional e Tecnológica"

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Educação do Campo e Educação Profissional e Tecnológica
Carga-Horária: 30h
Créditos: 2
EMENTA
Origens agrárias do Estado brasileiro. Educação, trabalho e a questão agrária no Brasil. Fundamentos históricos, políticos e socioeconômicos da Educação do Campo no Brasil. Educação profissional do Campo. Formação e trabalho docente nas escolas do campo.
PROGRAMA
Objetivos
● Analisar as origens agrárias do Estado Brasileiro na sua relação com a educação e o trabalho; ● Compreender os fundamentos históricos, políticos e socioeconômicos da educação do campo e da educação profissional do campo, no Brasil; ● Apreender as concepções, os fundamentos e as características da educação profissional do campo no Brasil; ● Identificar as principais concepções que permeiam o currículo, a formação e o trabalho docente na educação escolar do campo.
Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)
1. O Estado brasileiro e a questão agrária. 2. Educação, trabalho e a questão agrária. 3. Educação, trabalho, movimentos histórico-políticos e os embates socioeconômicos no campo. 4. Fundamentos, diretrizes e bases curriculares da educação profissional do campo. 5. Políticas, programas e projetos voltados para a formação e o trabalho docente no campo brasileiro.
Procedimentos Metodológicos
A metodologia tem como base os princípios da dialogicidade constituída na relação docente e pós-graduando, com o encaminhamento dos seguintes procedimentos: aulas expositivas dialogadas, estudos dirigidos, uso de ferramentas digitais e midiáticas, além da metodologia do Tempo-Espaço-Acadêmico/Tempo-Espaço-comunidade/Tempo-Espaço-Retorno, fundamentados na Metodologia da Alternância.
Recursos Didáticos

Lousa física e/ou digital, projetor multimídia, computador, livros e artigos digitais, websites especializadas, blogs de educação do campo, filmes e documentários sobre a temática.
Avaliação
A avaliação será compreendida como atividade formativa, processual, dialógica e contínua, desenvolvida no processo ensino-aprendizagem, para verificar se os objetivos propostos para a disciplina foram atingidos. Ademais, será avaliado a participação e o envolvimento dos estudantes nas diferentes atividades, incluindo aquelas decorrentes da Metodologia da Alternância. A avalição também observará a produção de curtas didáticos, no formato de documentários.
Bibliografia Básica
1. AZEVEDO, M. A. de; SILVA, L. L. S.; ARRUDA, E. V. C. de. **Educação do campo, educação de jovens e adultos e diversidade:** contextos, fundamentos e práticas. João Pessoa: IFPB, 2019. Disponível em: http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/207. 2. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo/Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. Disponível em:< https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. 3. SILVA, M. V. Políticas educacionais para a educação do campo: dimensões históricas e perspectivas curriculares. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.47, p. 314-332, Set. 2012. ISSN: 1676-2584.
Bibliografia Complementar
1. KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, P. Ricardo.; CALDART, Roseli Salete. (Orgs). **Educação do Campo:** Identidade e Políticas Públicas. 3. ed. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, 4). 2. JESUS, Sônia Meire Azevedo de; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2004. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, 5). 3. KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão Israel José.; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs). **Educação do Campo.** 3. ed. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, 1). 4. SANTOS, S. R. dos. **Ligando Campos:** Estado, Avaliação e Educação Profissional do Campo**.** Natal: IFRN, 2020. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1766.

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 12- Descrição geral da disciplina "Movimentos Sociais e a Educação Profissional e Tecnológica"

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Movimentos Sociais e a Educação Profissional e Tecnológica
Carga-Horária: 30h
Créditos: 2
EMENTA
Movimentos sociais: História, memória e contextos. Movimentos sociais e as lutas pela educação no Brasil. Movimentos sociais, educação e trabalho. Movimentos sociais e as políticas públicas para a educação no Brasil. Movimentos sociais, docência e a educação profissional e tecnológica.
Objetivos
● Compreender os fundamentos e as concepções históricas, políticas e socioeconômicas dos movimentos sociais no contexto brasileiro; ● Analisar a relação entre os movimentos sociais e as lutas históricas vinculadas à educação no Brasil; ● Identificar os principais movimentos de lutas históricas na relação entre a educação e o trabalho, no Brasil; ● Compreender a importância dos movimentos sociais no âmbito da agenda, formulação e implementação de políticas públicas para a educação no Brasil; ● Analisar a triangulação entre os movimentos sociais e a docência para/na educação profissional.
Conteúdos
1. Movimentos sociais, História e Memória. 2. Movimentos sociais na perspectiva histórico-política. 3. Movimentos sociais, educação e trabalho. 4. Movimentos sociais e políticas públicas para a educação no Brasil. 5. Movimentos sociais no Brasil, docência e trabalho docente.
Procedimentos Metodológicos
A metodologia tem como base os princípios da dialogicidade constituída na relação docente e pós-graduando, com o encaminhamento dos seguintes procedimentos: aulas expositivas dialogadas, estudos dirigidos, uso de ferramentas digitais e midiáticas, além da metodologia do Tempo-Espaço-Acadêmico/Tempo-Espaço-comunidade/Tempo-Espaço-Retorno, fundamentados na Metodologia da Alternância.
Recursos Didáticos

Lousa física e/ou digital, projetor multimídia, computador, livros e artigos digitais, websites especializadas, além de recursos midiáticos, como filmes, documentários e podcast sobre a temática.

Avaliação

A avaliação será compreendida como atividade formativa, processual, dialógica e contínua, desenvolvida no processo ensino-aprendizagem, para verificar se os objetivos propostos para a disciplina foram atingidos. Ademais, será avaliado a participação e o envolvimento dos estudantes nas diferentes atividades, incluindo aquelas decorrentes da Metodologia da Alternância. A avalição também observará a apresentação de seminários, resumos expandidos e produção de curtas didáticos, no formato de documentários.

Bibliografia Básica

1. DO BEM, Arim Soares. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006.
2. FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova,** São Paulo, n. 17, p. 19-48, jun. 1989.
3. GOHN. Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47 maio/ago. 2011.

Bibliografia Complementar

1. FRIGOTTO, Gaudêncio. contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, n. 20, julho/dezembro 2015.
2. MEJIÁ, Marco Raúl. **Transformação social:** educação popular e movimentos sociais no fim do século. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
3. MEURER, Ane; Carine; DE DAVID, Cesar. (Orgs.). **Espaços-tempos de itinerância:** interlocuções entre Universidade e escola itinerante do MST. Santa Maria: UFSM, 2006.
4. ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; LUZ, Paulino Pereira; DOS ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha. **Sociedade capitalista, educação e as lutas dos trabalhadores.** São Paulo: Outras expressões, 2014.
5. PASCOAL, Ana Stella Bezerra Saraiva; BRITO, Marília Garcia de Sousa. Transformação social no Brasil: o impacto dos movimentos sociais na educação. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 4, n. 1, p.1-16, 2023. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/. ISSN: 2675-9144
6. PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** 21. ed. Trad. José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez, 2005.
7. SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
8. SOUZA FILHO, Alípio de; ANDRADE, João Maria Valença de. Estudar, trabalhar e ficar rico: a teoria do capital humano e a fábula da ascensão social. **Educação em Questão**, v. 2, n. 2, p. 22-27, jun. 1989. Disponível em:< https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/11522>.
9. TOMIMURA, Patrícia; MUNIZ, Helder Pordeus. Ocupações do Movimento dos Sem-Teto e a psicologia do trabalho**. Psicologia & Sociedade** [on line], v. 24, n. 2, p. 453-461, 2012.
10. VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135,

maio/ago. 2007.

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 13 - Descrição geral da disciplina "Políticas públicas na/para a Educação Profissional e Tecnológica"

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Políticas públicas na/para a Educação Profissional e Tecnológica
Carga-Horária: 30h
Créditos: 2
EMENTA
Concepções e bases conceituais sobre Estado e políticas educacionais; análise de políticas públicas do Brasil em educação profissional, educação básica, educação de jovens e adultos e formação docente; produção histórica das políticas públicas e das bases legais da educação básica, da educação profissional, da educação de jovens e adultos e da formação docente no estado brasileiro.
Objetivos
Discutir as concepções de Estado e suas relações com as políticas públicas educacionais, por meio de autores clássicos e contemporâneos, contribuindo para uma reflexão crítica sobre elas; refletir sobre as relações entre as políticas públicas em educação profissional, educação básica, educação de jovens e adultos e formação docente na sua correlação com a dinâmica do Estado e da sociedade.
Conteúdos
1. Concepções e bases conceituais sobre Estado: Estado moderno; Estado liberal; Estado de bem-estar social, Estado neoliberal; 2. Políticas educacionais no Brasil: gênese; 3. Relações entre educação básica, educação profissional, educação de jovens e adultos e formação docente
Procedimentos Metodológicos
A disciplina será ofertada por meio da plataforma Moodle com os recursos e atividades disponíveis nesse ambiente virtual de aprendizagem.
Recursos Didáticos
Recursos e atividades disponíveis no Moodle, videoaulas, e-books,
Avaliação
A avaliação será processual considerando a interação e a realização de trabalhos individuais e coletivos, com base nos textos e livros da bibliografia básica e/ou complementar (ou outros que se façam necessários) e na análise de documentos.
Bibliografia Básica
1. BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

2. CABRAL NETO, Antônio. Mudanças contextuais e as novas regulações: repercussões no campo da política educacional. **Revista Educação em Questão** (UFRN. Impresso), v. 42, p. 7-40, 2012.
3. GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com maquiavel**: as concepções de estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci. Trad. Dario Canali. 16. ed. Porto Alegre: L&PM, 2001.
4. HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento; LEMOS, Elizama das Chagas; MORAIS, João Kaio Cavalcante de. Dossiê: a produção do conhecimento em educação profissional: políticas, história e formação docente: PPGEP: 10 anos contra hegemonia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 24, 2024. ISSN 2447-1801. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/issue/view/260. Acesso em: 23 jul. 2024.
5. IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
6. MOURA, Dante Henrique. **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.
7. OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Vozes, 2003.
8. PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.
9. POULANTZAS, Nico. **O Estado, O Poder, O Socialismo.** 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
10. ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Bibliografia Complementar

1. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
2. GERMANO, José W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
3. HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. (Org.). **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.
4. IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 2004.
5. MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 14 - Descrição geral da disciplina “Políticas Públicas de Formação Docente para Educação Profissional e Tecnológica”.

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional

Disciplina: Políticas Públicas de Formação Docente para Educação Profissional e Tecnológica

Carga-Horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA

Cenário das políticas de formação de professores no brasil; pressupostos específicos da educação profissional e tecnológica. Articulação da educação profissional e tecnológica com a educação básica. Promover a interação da educação profissional e tecnológica com outras políticas públicas.

Objetivos

- Compreender o atual cenário das políticas de formação de professores no Brasil;
- Compreender a inter-relação entre as políticas de formação de docentes no Brasil e os fundamentos históricos, políticos e socioeconômicos da educação profissional e tecnológica;
- Compreender aspectos fundantes sobre a articulação da educação profissional e tecnológica com a educação básica;
- Compreender a interação entre as políticas públicas de formação de professores e a educação profissional e tecnológica.

Conteúdos

1. Educação profissional e tecnológica na/com a formação de professores;
2. Educação profissional e tecnológica no mundo do trabalho;
3. Interação da educação profissional e tecnológica com outras políticas públicas;
4. Formação e valorização dos profissionais de educação profissional e tecnológica;
5. O poder normativo da LDB 9.394/1996 atualizada (art. 22, 35, 36 e 39 a 42).

Procedimentos Metodológicos

A metodologia tem como base os princípios da dialogicidade constituída na relação docente e pós-graduando, com o encaminhamento dos seguintes procedimentos: aulas expositivas dialogadas, estudos dirigidos, uso de interfaces digitais, além da metodologia da aprendizagem baseada em problemas alinhada com a abordagem ciberformacional e STEAM.

Recursos Didáticos

Lousa física e/ou digital, projetor multimídia, computador, livros e artigos digitais, websites especializadas, blogs de educação do campo, filmes e documentários sobre a temática. Material de reaproveitamento como papelão, papel e outros (oficina STEAM).

Avaliação

A avaliação será compreendida como formativa e processual numa perspectiva que considere a co-avaliação. A avaliação também observará a produção de protótipos cocriados durante a oficina STEAM.

Bibliografia Básica

1. CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. Folha de S. Paulo, São Paulo, 9 de maio de 1999.
2. BRASIL. **Decreto 8.752 de 09/05/2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação

dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, DF:
3. NILDA, Alves. **Trajetórias e redes na formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
4. NÓVOA, António. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: EDUCA, 2002.
5. RIBEIRO, SJT. **Formação de professores formadores**: uma ciberpesquisa-formação na jornada da educação online durante a pandemia da covid-19. Orientador: EDMÉA OLIVEIRA DOS SANTOS. 2023. 209 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [S. l.], 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1CeMKcPf9vHJUMGo0KHMS7xQv4FQdeiOA/view. Acesso em: 8 out. 2024.

Bibliografia Complementar

1. BRASIL. MEC. SEMTEC. Seminário nacional de educação profissional. Relatório Final (2ª versão preliminar). Brasília: MEC/SEMTEC/PROEP, 2003.
2. BRASIL. MEC. SEMTEC. PROEP. Educação profissional. Legislação básica. 5ª ed. Brasília: MEC, jan. 2001.
3. BUARQUE, Cristovam. Uma escola do tamanho do Brasil. S.I., s.d., mimeo.
4. CAMINHOS para a redefinição da política pública para a educação tecnológica e o sistema nacional de formação profissional continuada – Proposições. Niterói: Projeto Integrado UFF-CNPq, dez. 2002.
5. CARVALHO, Olgamir F. de. Relatório dos trabalhos do grupo 01. "A educação profissional como política pública". [Relatório Final... Brasília: MEC/SEMTEC/PROEP, 2003].

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 15 - Descrição geral da disciplina "Juventudes, educação profissional e mundo do trabalho".

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Juventudes, educação profissional e mundo do trabalho
Carga-Horária: 30h

Créditos: 2

EMENTA

Juventude enquanto categoria social. Culturas juvenis na contemporaneidade. Realidade e condição juvenil na contemporaneidade. Dimensões da condição juvenil e qualidade de vida das juventudes no Brasil e América Latina. Globalização e seus impactos às juventudes, à educação e ao mundo do trabalho.

Objetivos

- Refletir sobre a realidade juvenil e a relação das juventudes com a educação, a educação profissional e o mundo do trabalho.
- Analisar políticas públicas de educação, especialmente da EPT, e de trabalho voltadas às juventudes.

Conteúdos

1. Conceito de juventudes.
2. Culturas juvenis.
3. Realidade e condição juvenil.
4. Globalização e seus impactos às juventudes, à educação e ao mundo do trabalho.
5. Educação e juventudes.
6. Juventudes e o mundo do trabalho.

Procedimentos Metodológicos

A disciplina será ofertada por meio da plataforma Moodle com os recursos e atividades disponíveis nesse ambiente virtual de aprendizagem. Aulas expositivas através de videoaulas. Atividades teórico-práticas individual e em grupos. Discussão dos temas.

Recursos Didáticos

Computador. Multimídia. Internet. Material didático digital. Recursos disponíveis no Moodle. Videoaulas. Livros eletrônicos

.

Avaliação

A avaliação será processual considerando a interação e a realização de trabalhos individuais e coletivos, construção de seminários e produção teórica, com base nos textos e livros da bibliografia básica e/ou complementar (ou outros que se façam necessários) e na análise de documentos e artigos.

Bibliografia Básica

1. ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira:** análises de uma pesquisa nacional**.** São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
2. CORREIA, Vanessa Araújo (org). **Juventude no mundo contemporâneo: temas em debate**. São Paulo: Edições Loyola, 2019.
3. DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Org.). **Juventude e ensino médio:** sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014
4. LEÃO, Geraldo Magela Pereira. CARMO, Helen Cristina do. **Juventudes e Escola**. Ebook - Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.
5. NOVAES, Regina. VANNUCHI, Paulo (org). **Juventude e Sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação**.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

6. OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. **Debates sobre Juventudes.** Porto Alegre: GEPJUVE, 2023.
7. OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; CASTILHO, Rosane (Org.) . **JUVENTUDES BRASILEIRAS: questões contemporâneas**. Acadêmica Editorial, 2021.
8. OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; LACERDA, M (Org.) . **Juventudes e Educação:** a escola como território juvenil**.** Porto Alegre: GEPJUVE/UFRGS, 2024.
9. PERONDI, Maurício. SCHERER, Giovane Antonio. VIEIRA, Patrícia Machado. GROSSI, Patricia Krieger. **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos:** onde estamos? para onde vamos? Porto Alegre: EDIPUCRC, 2018.
10. SOFIATI, Flávio Munhoz; VETTORASSI, A. (Org.) . **Dimensões do trabalho na contemporaneidade**. Goiânia: CEGRAF / UFG, 2020.

Bibliografia Complementar

1. CASTILHO, Rosane (Org.) ; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (Org.) . **Juventudes Latino-americanas**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.
2. DAYRELL, Juarez. (org). **Por uma pedagogia das juventudes: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.
3. DICK, Hilário Henrique. **Gritos silenciados, mas evidentes. Jovens construindo juventude na história**. 1. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
4. DICK, Hilário. **Silêncios e Barulhos Juvenis Latino-americanos**. São Leopoldo: Unisinos, 2012.
5. FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.
6. GROPPO, Luís Antonio . **Introdução à Sociologia da Juventude.** 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
7. GROPPO, Luís Antonio . **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2000
8. GALLO, Silvio. MENDONÇA, Samuel. (org). **A escola: uma questão pública**. Sâo Paulo: Parábola, 2020.

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 16 - Descrição geral da disciplina “Espaços formais e não formais da Educação Profissional e Tecnológica”.

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Espaços formais e não formais da Educação Profissional e Tecnológica.
Carga-Horária: 30h
Créditos: 2
EMENTA
Estudo acerca dos conceitos de educação formal, não formal e informal. Concepções e práticas de Educação Integral, Pedagogia Social, Cidade Educadora e do Mundo Educador.

Processos de humanização na relação educação-trabalho. Espaços formais e não formais de formação profissional e redes solidárias de trabalho e renda.

Objetivos

- Estudar sobre as distinções sobre os conceitos de educação formal, não formal e informal;
- Discutir sobre as concepções e práticas da Educação Integral e da Pedagogia Social;
- Compreender a proposição da Cidade Educadora e do Mundo Educador;
- Analisar que processos de humanização possíveis na relação educação-trabalho em espaços formais e não formais de formação profissional;
- Conhecer redes de economia solidária no movimento social contra hegemônico de organização e produção do trabalho.

Conteúdos

1. Educação formal, não formal e informal;
2. Concepções e práticas de Educação Integral e Pedagogia Social;
3. Cidade Educadora e Mundo Educador;
4. Processos de humanização na relação educação-trabalho;
5. Espaços formais e não formais de formação profissional e redes solidárias de trabalho e renda.

Procedimentos Metodológicos

Aulas dialogadas por meio de videoaulas. Fóruns e Seminários para discussão das temáticas em estudo. Atividades teórico-práticas individual e em grupo para vivência e reelaboração de conceitos.

Recursos Didáticos

Computador. Multimídia. Internet. Material didático digital e impresso.

Avaliação

A avaliação será processual, considerando a interação e a realização de trabalhos individuais e coletivos, construção de seminários e a elaboração, com base nos textos e livros da bibliografia básica ou complementar e na análise de documentos, de *papers*.

Bibliografia Básica

1. AFONSO, Almerindo Janela. Sociologia da educação não-formal. In: Park, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro**. Educação não-formal**: contextos, percursos e sujeitos. Campinas: Setembro, 2005.
2. BIASOTTO, Wilson Valentim. **Edificando a nossa cidade educadora**. Dourados: Nicanor Coelho Editor, 2006.
3. FÁVERO, Osmar. **Educação Não Formal**: contextos, percursos e sujeitos**. Educ. Soc.**, Campinas, v.28, n.99, p. 614-617, maio/ago. 2007. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br
4. FREIRE, Paulo. **Educação na Cidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
5. GADOTTI, M. A escola na cidade que educa. **Cadernos CENPEC,** São Paulo, p. 133-139, 2006.
6. GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
7. GRACIANI, Maria Stela Santos. A formação do educador social e a Pedagogia da Convivência. In. Ramos, Marcos Fadanelli; Roman, Artur. **Educadores Sociais**: a importância da formação na implementação de Tecnologias Sociais. Brasília, DF:

Fundação Banco do Brasil, 2011.
8. HAHN, Adriano Luís. **O "ser mais" em Paulo Freire, humaniza o indivíduo?** São Leopoldo: Casa Leiria, 2021.
9. PADILHA, Paulo Roberto. **Educar em todos os cantos**: reflexões e canções por uma educação intertranscultural. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2007.
10. SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em:

Bibliografia Complementar

1. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
2. CABEZUDO, Alícia. Cidade Educadora: uma proposta para os governos locais. In: GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto & CABEZUDO, Alícia. (Orgs.). **Cidade educadora: princípios e experiências**. São Paulo: Cortez/IPF; Buenos Aires: Ciudades Educadoras America Latina, 2004
3. GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
4. GOHN, Maria da Glória. Educação não formal na pedagogia social. CONGRESSO. INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, I. **Anais**... Mar. 2006.
5. GOMES, Jarbas Maurício; LIMA, André Suêldo Tavares de. Os espaços não formais de ensino e prática pedagógica no Ensino Médio Integrado. **Revista Humanidades e inovação**. v. 08, n. 53, p. 365-379, 2021
6. GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 17 – Descrição geral da disciplina "Tecnologias Digitais, Produtos e Recursos Educacionais Abertos na/para a Educação Profissional".

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Tecnologias Digitais, Produtos e Recursos Educacionais Abertos na/para a Educação Profissional
Carga-Horária: 30h
Créditos: 2
EMENTA
Educação aberta. Educação aberta online. Recursos Educacionais Abertos. Soluções nacionais e internacionais de repositórios abertos. Direitos autorais e implicações éticas.

Objetivos

- Ler e discutir sobre os conceitos ligados à educação aberta.
- Refletir sobre a educação aberta online e suas dimensões de pesquisa, remixagem e compartilhamento.
- Compreender a definição e características dos Recursos Educacionais Abertos.
- Compreender o histórico dos Recursos Educacionais Abertos no âmbito nacional e internacional.
- Discutir sobre estratégias para utilização das tecnologias no contexto educativo.
- Refletir sobre questões éticas e de direitos autorais para uso de Recursos Educacionais Abertos.

Conteúdos

1. Os conceitos de educação aberta e suas dimensões e práticas
2. Educação aberta online: pesquisar, remixar e compartilhar.
3. Recursos Educacionais Abertos: definição e características
4. Histórico dos Recursos Educacionais Abertos no Brasil e no Mundo
5. O cenário educacional brasileiro e os Recursos Educacionais Abertos
6. Estratégias para utilização das tecnologias e Recursos Educacionais Abertos no contexto da educação profissional.
7. Direitos autorais e tipos de licença.

Procedimentos Metodológicos

Aulas expositivas através de vídeo aulas. Atividades teórico-práticas individuais e em grupo. Discussão dos temas.

Recursos Didáticos

Computador. Multimídia. Internet. Material didático digital. Recursos disponíveis no Moodle. Videoaulas. Livros eletrônicos

Avaliação

A avaliação será processual, considerando a interação e a realização de trabalhos individuais e coletivos, construção de seminários e a elaboração, com base nos textos e livros da bibliografia básica ou complementar e na análise de documentos, de *papers*.

Bibliografia Básica

1. CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.
2. LITTO, F. C.; Mattar, J. **Educação aberta online**: pesquisar, remixar e compartilhar. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.
3. FRIEDMAN, Thomas L.**O Mundo É Plano**: Uma História Breve Do Século XXI. São Paulo: Objetiva, 2005.
4. MORAN, José Manuel; Masetto, Marcos T; Behrens, Maria Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas-SP: Papirus, 2000.
5. SANTOS, Andreia Inamorato dos. **Recursos Educacionais Abertos no Brasil:** o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação. Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013.
6. SELWYN, Neil. Educação e Tecnologia: questões críticas. In: Ferreira, Giselle Martins dos Santos; Rosado, Luiz Alexandre da Silva; Carvalho, Jaciara de Sá. **Educação e Tecnologia:** abordagens críticas. Rio de Janeiro: SESES, 2017.

Bibliografia Complementar

1. OLIVEIRA, João Paulo de.; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. Tecnologia: surgimento, definição e concepção no Projeto Político-Pedagógico do IFRN. **Revista Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 2, n. 05, 2016.
2. MILL, Daniel (Org.). *In*: **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância**: Tecnologia. Campinas, SP: Papirus, 2018.
3. WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social:** a exclusão digital em debate. São Paulo, Senac, 2006.
4. PEIXOTO, Joana; ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos. Tecnologia e educação: algumas considerações sobre o discurso pedagógico contemporâneo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 253-268, jan.-mar. 2012 Disponível em https://www.scielo.br/j/es/a/fKjYHb7qD8nK4MWQZFchr6K/?format=pdf&lang=pt

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 18 – Descrição geral da disciplina "Produtos Educacionais na/para Educação Profissional e Tecnológica".

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Produtos Educacionais na/para Educação Profissional e Tecnológica
Carga-Horária: 30h
Créditos: 2
EMENTA
Compreensão do papel da educação na sociedade contemporânea e suas relações com as tecnologias digitais. Produtos educacionais. Metodologias ativas. Recursos tecnológicos com foco na criação de produtos educacionais. Produtos educacionais na educação profissional e tecnológica, suas características, produção, utilização e avaliação.
Objetivos
● Objetivo Geral: Compreender os aspectos referentes aos produtos educacionais na

educação profissional e tecnológica, por meio de referenciais teóricos, metodologias e tecnologias de desenvolvimento.

- Objetivos Específicos:
    1. Compreender o papel da educação na sociedade contemporânea e suas relações com as tecnologias digitais;
    2. Conceituar produtos educacionais;
    3. Estudar e reconhecer as metodologias ativas;
    4. Reconhecer recursos tecnológicos para criação de produtos educacionais;
    5. Identificar características, produção, utilização e avaliação de produtos educacionais na educação profissional e tecnológica.

Conteúdos

1. A sociedade contemporânea e suas relações com as tecnologias digitais;
2. Recursos educacionais;
3. Metodologias ativas;
4. Recursos tecnológicos;
5. Produtos educacionais na educação profissional e tecnológica.

Procedimentos Metodológicos

Aulas expositivas. Videoaulas em ambientes virtuais de aprendizagem. Atividades teórico-práticas individuais e em grupos. Discussões temáticas.

Recursos Didáticos

Ambiente virtual de aprendizagem; computador; multimídia; Internet; material didático digital.

Avaliação

A avaliação será processual, considerando a interação e a realização de trabalhos individuais e coletivos, construção de seminários e a elaboração de projetos de utilização de produtos educacionais.

Bibliografia Básica

1. BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.
2. CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de; IVANOFF, Gregório Bittar. **Tecnologias que educam**: ensinar e aprender com as tecnologias de informação e comunicação. São Paulo, SP: Pearson, 2010.
3. CASTELLS, M. A sociedade em Rede. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. 24ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
4. FARIAS, Marcella Sarah Filgueiras de; MENDONÇA, Andréa Pereira. **Concepções de produtos educacionais para um mestrado profissional**. Manaus, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/18KlYM0_K-2C3u2h5L6CgQXWUuIuYWfH8/view. Acesso em: 7 out. 2024.
5. FILATRO, Andrea. **Design instrucional na prática.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.
6. LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
7. MENDES, Marcos. **Design Instrucional**: na prática. Formiga (MG): Editora Union, 2022. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/701471/2/Design%20Instrucional%20n

a%20prática.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.
8. MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 16. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.
9. SIEMENS, George. **Conectivismo**: uma teoria da aprendizagem para a era digital. Tradução de Bruno Leite. 2011. Disponível em: https://www.calameo.com/read/0015019673183e95e0491. Acesso em: 7 out. 2024.
10. WILSON, Carolyn. **Alfabetização midiática e informacional Currículo para formação de professores**. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418. Acesso em: 7 out. 2024.

Bibliografia Complementar

1. FILATRO, Andrea; CAVALCANTI, Carolina Costa. **Metodologias Inov-ativas na educação presencial, a distância e corporativa**. 1.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
2. **Fluência Tecnológico-Pedagógica (FTP) em Recursos Educacionais Abertos (REA)**. Organização Elena Maria Mallmann, Mara Denize Mazzardo. Santa Maria, RS: UFSM, GEPETER, 2020. E-book. Disponível em: https://gepeter.proj.ufsm.br/pressbook/livrorea. Acesso em: 7 out. 2024.
3. FURNIEL, Ana Cristina da Matta; MENDONÇA, Ana Paula Bernardo; SILVA, Rosane Mendes da. **Recursos Educacionais Abertos**: Conceitos e Princípios. Disponível em: https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/guiarea/assets/files/Guia1.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.
4. MENDOÇA, A.P.; RIZZATTI, I.M. RÔÇAS, G.; FARIAS, M.S.F.. **O que contém e o que está contido em um Processo/Produto Educacional**? Reflexões sobre um conjunto de ações demandadas para Programas de Pós-Graduação na Área de Ensino. Educitec. v. 8, e21 1422, 2022. Disponível em: https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/2114/877. Acesso em: 7 out. 2024.
5. SANTOS, Andreia Inamorato dos. **Recursos Educacionais Abertos no Brasil**: o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/8/rea-andreia-inamorato.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 19 - Descrição geral da disciplina "Saberes Tradicionais e a Educação Profissional e Tecnológica na Amazônia."

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Saberes Tradicionais e a Educação Profissional e Tecnológica na Amazônia.
Carga-Horária: 30h
Créditos: 2
EMENTA
Saberes tradicionais indígenas, quilombolas e ribeirinhos na educação da região amazônica e suas relações com a ciência, tecnologia, cultura, história e desenvolvimento local. A escola como interlocutora dos saberes tradicionais na prática pedagógica docente na EPT numa perspectiva da diversidade**.**

Objetivos
Geral: Compreender a importância dos saberes tradicionais indígenas, quilombolas e ribeirinhos da região amazônica, com vistas à prática docente na EPT numa perspectiva da inclusão e da diversidade. Específicos: ● Identificar os saberes tradicionais das comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas da região amazônica, com foco na prática docente e sua relação com a EPT; ● Analisar as interações entre saberes tradicionais e conhecimento científico no campo da ciência e tecnologia, refletindo sobre como essas interações podem enriquecer as práticas pedagógicas na EPT; ● Discutir sobre o papel da escola como interlocutora entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico, fortalecendo o diálogo intercultural na prática docente. ● Desenvolver estratégias de ensino que respeitem e valorizem a diversidade cultural na EPT, com ênfase na inclusão de alunos provenientes de comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas.
Conteúdos
1. Saberes Tradicionais e Educação ▪ Saberes indígenas, quilombolas e ribeirinhos: Estudo das tradições, conhecimentos e práticas dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos na Amazônia. ▪ Relações entre saberes tradicionais e educação: A importância dos saberes comunitários e locais no contexto educacional, com foco na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). ▪ Diversidade e inclusão: Reflexão sobre a diversidade cultural nas práticas educativas e sua relevância para a construção de uma educação inclusiva e plural. 2. Saberes Tradicionais e sua Relação com a Ciência, Tecnologia e Cultura ▪ Integração entre saberes tradicionais e ciência: Diálogo entre as práticas ancestrais e o conhecimento científico contemporâneo, explorando pontos de convergência e desafios. ▪ Tecnologia e desenvolvimento local: Análise de como os saberes tradicionais podem contribuir para o desenvolvimento sustentável e tecnológico das comunidades amazônicas. ▪ Preservação e transmissão cultural: Estudo das formas de preservação e transmissão dos saberes tradicionais através da educação e da cultura local. 3. A Escola como Interlocutora dos Saberes Tradicionais na EPT ▪ A prática pedagógica docente e os saberes tradicionais: Reflexão sobre o papel da escola na mediação entre os saberes tradicionais e o ensino formal na EPT. ▪ Perspectiva da diversidade na educação: Abordagem de estratégias pedagógicas que promovam a valorização da diversidade cultural e a integração dos saberes locais ao currículo escolar. ▪ Desenvolvimento local e educação: O papel da escola na promoção do desenvolvimento local por meio da articulação entre saberes tradicionais, ciência e tecnologia.
Procedimentos Metodológicos
Aulas expositivas dialogadas. Atividades teórico-práticas individual e em grupos. Discussão dos temas.
Avaliação
A avaliação será processual, considerando a interação e a realização de trabalhos individuais e

coletivos, construção de seminários e elaboração, com base nos textos e livros da bibliografia básica ou complementar e na análise de documentos de *Papers*.
Bibliografia básica
1. GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 2. MENDONÇA, Maurício de A. **Educação, Diversidade Cultural e Saberes Tradicionais na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2015. 3. SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente**: Contra o Desperdício da Experiência. São Paulo: Cortez, 2000. 4. TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissiona**l. 15a. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
Bibliografia Complementar
1. BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro**: O Que Você Precisa Saber sobre os Povos Indígenas no Brasil de Hoje. Brasília: MEC/UNESCO, 2006. 2. CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com Aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. 3. GUIMARÃES, Mauro W. **Educação Ambiental**: Abordagens Múltiplas. Campinas: Papirus, 2004. 4. LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis: Vozes, 2002.

Fonte: elaboração própria (2024).

Quadro 20 - Descrição geral da disciplina "Teorias da aprendizagem e trabalho pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica"

Programa de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional
Disciplina: Teorias da aprendizagem e trabalho pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica.
Carga-Horária: 30h
Créditos: 2
EMENTA
Abordagens teóricas da aprendizagem fundamentadas nas principais correntes do conhecimento: comportamentalista, cognitivista, psicanalista, humanista e interacionista. Perspectivas teóricas atuais da Psicologia da Aprendizagem para a Educação. Dimensão operacional, subjetiva e tipos de aprendizagem. Trabalho pedagógico com ênfase nas práticas pedagógicas da Educação Profissional e Tecnológica.
Objetivos
● Compreender as principais teorias psicológicas relacionadas à aprendizagem, estabelecendo relações entre elas; ● Conhecer teorias da aprendizagem em perspectivas mais atuais; ● Identificar tipos de aprendizagem (principalmente a memorística, compreensiva e criativa); ● Analisar aspectos operacionais e subjetivos da aprendizagem; ● Refletir sobre o trabalho pedagógico com ênfase nas práticas pedagógicas da Educação Profissional e Tecnológica e desenvolver práticas de ensino mais efetivas.

Conteúdos
1. Abordagens teóricas da aprendizagem fundamentadas nas principais correntes do conhecimento: comportamentalista, cognitivista, psicanalista, humanista e interacionista. 2. Perspectivas teóricas atuais da Psicologia da Aprendizagem para a Educação. 3. Tipos de aprendizagem. 4. Aspectos operacionais e subjetivos da aprendizagem. 5. Trabalho Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica com ênfase nas práticas pedagógicas para uma aprendizagem mais efetiva.
Procedimentos Metodológicos
Aulas expositivas. Estudos individuais e coletivos por meio de videoaulas. Atividades teórico-práticas individual e em grupos. Discussão dos temas e produção de trabalhos escritos.
Recursos Didáticos
Computador; multimídia; Internet; material didático digital.
Avaliação
A avaliação será processual, considerando a interação e a realização de trabalhos individuais e coletivos, construções com base nos textos e livros da bibliografia básica ou complementar e na análise de documentos.
Bibliografia Básica
1. BIGGE, Morris L. **Teorias da Aprendizagem para professores**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1977. 2. BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias:** uma introdução ao estudo de psicologia**.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 3. DAVIS, C.L.F.; ALMEIDA, L.R.; RIBEIRO, M.P.O.; RACHMAN, C.B. **Abordagens vygotskiana, walloniana e piagetiana:** diferentes olhares para a sala de aula. Psicologia da Educação, São Paulo, 34, 1ºsem.2012 4. GOMES, Heloisa Maria; MARINS, Hiloko Ogihara. **A ação docente na educação profissional.** 2. ed. São Paulo, SP: SENAC São Paulo, 2013. 5. GOULART, Íris Barbosa. **Psicologia da educação:** fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 6. ILLERIS, Knud (Org.) **Teorias Contemporâneas da Aprendizagem.** Porto Alegre: Penso-Artmed, 2013. 7. MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GONZÁLEZ REY, Fernando Luiz. O Subjetivo e o operacional na aprendizagem escolar: pesquisas e reflexões. *In*: MITJÁNS MARTINÉZ, A. SCOZ, B. J.L.; CASTANHO, M.I.S.; **Ensino e Aprendizagem**: a subjetividade em foco. Brasília: Liberlivro, 2012. 8. MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GONZÁLEZ REY, Fernando Luiz. **Psicologia, educação e aprendizagem escolar:** avançando na contribuição da leitura cultural-histórica. São Paulo: Cortez, 2017. 9. MITJÁNS MARTINEZ, Albertina; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa; TUNES, Elizabeth. Uma crítica às teorias clássicas da aprendizagem e à sua expressão no campo educativo. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 12, n. 22, p.109-130, jan./jun. 2006. 10. TACCA, Maria Carmen Villela Rosa (Org.). **Aprendizagem e trabalho pedagógico**. Campinas: Alínea, 2008.
Bibliografia Complementar
1. GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

2. GONZÁLEZ REY, Fernando Luiz. O sujeito que aprende: desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na Psicologia e na prática pedagógica. *In*: TACCA, M. C. V. R. (Org.). **Aprendizagem e trabalho pedagógico**. Campinas: Alínea, 2006, cap. 2, p. 29-44.
3. GUIMARÃES SALES, Ivy Elida. Psicologia e educação: novas perspectivas para a educação brasileira. Doxa: **Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 21-30, jan./jun., 2020.
4. LEFRANÇOIS, Guy R. **Teorias da Aprendizagem:** O que o professor disse. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
5. MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. Aprendizagem criativa: desafios para a prática pedagógica. In: NUNES, C. **Didática e formação de professores**. Ijuí: Unijuí, 2012, p. 93-124.
6. MOREIRA, Marco Antonio. **Teorias de aprendizagem**. 3. Rio de Janeiro LTC 2021.

Fonte: elaboração própria (2024).

Cópia de documento digital impresso por Roberta Bermudes (1942565) em 28 de Setembro de 2026 às 15:40.

Documento Digitalizado Público

Projeto Pedagógico do Curso

Assunto: Projeto Pedagógico do Curso
Assinado por: Joao Brezolin
Tipo do Documento: Documento
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Joao Mario Lopes Brezolin**, **PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 25/09/2026 19:41:41.

Este documento foi armazenado no SUAP em 25/09/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifsul.edu.br/verificar-documento-externo/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1073701
Código de Autenticação: f69373e7a7